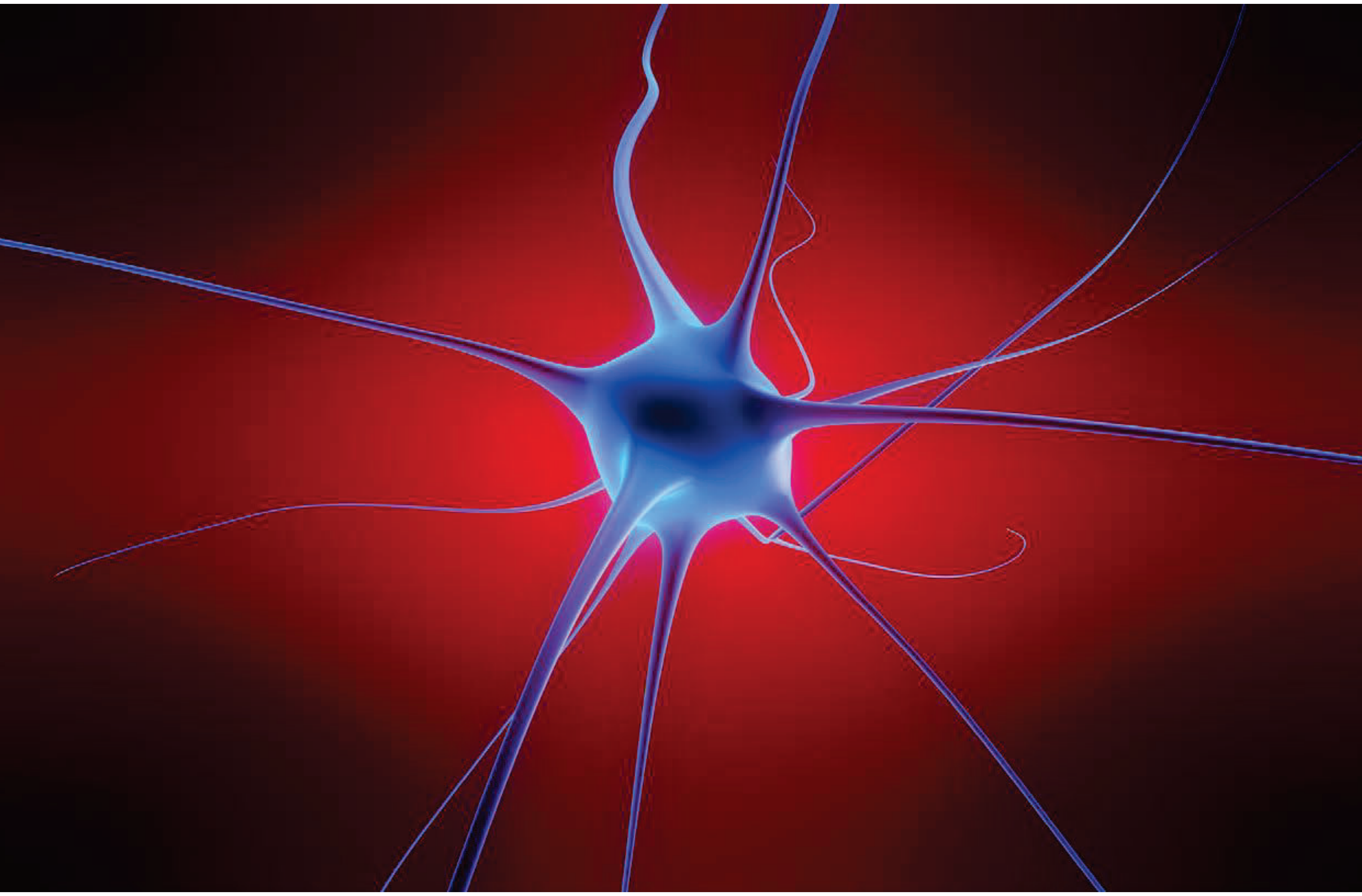
THIAGO STRAUSS
MARCELO LEITE

revisão por Mapas Mentais

*Otimizando o aprendizado e a memorização, com a revisão esquematizada da matéria*



# DIREITO ADMINISTRATIVO EM MAPAS MENTAIS

(Turma 4)

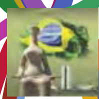
*Edição revista e atualizada*

Ponto DOS CONCURSOS

# SUMÁRIO

# DIREITO ADMINISTRATIVO - VISÃO GERAL

**DIREITO ADMINISTRATIVO**



- **1. Introdução ao Direito Administrativo**
  - Conceito, objeto, fontes
  - Sistemas administrativos
  - Regime jurídico-administrativo
- **2. Administração Pública**
  - Administração Pública e descentralização administrativa
  - Desconcentração e órgão
  - Entidades em espécie
    - Autarquia
    - Fundações públicas
    - Empresa pública
    - Sociedade de economia mista
  - Entidades Paraestatais
    - Sistema S
    - OS
    - OSCIP
- **3. Princípios fundamentais**
  - Supremacia do interesse público
  - Indisponibilidade do interesse público
  - Legalidade
  - Impessoalidade
  - Moralidade
  - Publicidade
  - Eficiência
  - Razoabilidade e proporcionalidade
  - Autotutela
  - Continuidade
- **4. Poderes administrativos**
  - Noções introdutórias
  - Poder vinculado
  - Poder discricionário
  - Poder hierárquico
  - Poder disciplinar
  - Poder regulamentar
  - Poder de polícia
- **5. Atos administrativos**
  - Conceito e atributos
  - Classificação
  - Requisitos
  - Espécies
  - Atos discricionários e vinculados
  - Formas de extinção e vícios
- **6. Licitação**
  - Conceito, finalidade e abrangência
  - Princípios
  - Contratação direta
    - Inexigibilidade
    - Dispensa
  - Modalidades
  - Tipos de licitação
  - Fases, anulação e revogação
- **7. Contratos administrativos**
  - Conceito e formalização
  - Cláusulas exorbitantes
  - Mutabilidade e extinção
- **8. Servidores públicos**
  - Agentes públicos
  - Normas constitucionais
  - Lei 8.112/90
  - Processo Administrativo Disciplinar - PAD
- **9. Serviços públicos**
  - Conceito, classificação, formas de prestação
  - Delegação
    - Concessão
      - Comum
      - Parcerias Público-Privadas
    - Permissão
    - Autorização
  - Disposições da Lei 8.987/95
  - Parcerias Público-Privadas (PPP)
- **10. Responsabilidade civil do Estado**
  - Conceito
  - Evolução histórica
  - Responsabilidade extracontratual na CF/88
  - Ação de reparação
- **11. Controle da Administração Pública**
  - Conceito
  - Classificação
- **12. Improbidade administrativa**
  - Aspectos gerais
  - Descrição dos atos de improbidade
  - Sanções
  - Procedimentos administrativos e ações judiciais
- **13. Processo administrativo**
  - Abrangência e aplicação
  - Princípios
  - Início do processo e legitimados
  - Impedimento e suspeição
  - Forma, tempo e lugar dos atos
  - Recurso administrativo e prazos
- **14. Bens públicos**
  - Conceito, classificação e características
  - Afetação e desafetação
  - Principais espécies de bens públicos
  - Uso privado de bens públicos

# INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO I

**Direito Administrativo**

- **1. Conceito**
  - **Critério mais aceito**
    - É o ramo do **direito público** que tem por objeto
      - i. Conjunto de **órgãos**, **agentes** e **pessoas jurídicas** administrativas
        - Administração Pública em sentido **SUBJETIVO**
      - ii. Função administrativa
        - Atividade jurídica não contenciosa
        - Administração Pública em sentido **OBJETIVO**
      - iii. Gestão dos bens públicos
    - **Critério da Administração Pública**
      - Segundo esse critério, o Direito Administrativo abrange o conjunto de princípios que regem a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
      - **Administração Pública**
        - **Sentido subjetivo**
          - Conjunto de órgãos e pessoas jurídicas
        - **Sentido objetivo**
          - Atividades do Estado destinadas à satisfação concreta e imediata dos interesses públicos
          - Atividade jurídica **não contenciosa**
    - **Maria Sylvia**
      - Ramo do **direito público** que tem por objeto
        - i. Os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública
        - ii. A atividade jurídica **não contenciosa** que exerce; e
        - iii. Os bens de que se utiliza para consecução de seus fins, de natureza pública
    - **Hely Lopes**
      - Conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado
  - **Critérios não adotados**
    - Critério legalista
      - Segundo este critério, o Direito Administrativo abrangeria o conjunto de **leis administrativas vigentes** (leis, decretos, regulamentos)
      - **Crítica**
        - Conceito restritivo
          - Desconsidera demais fontes do Direito Administrativo
          - **Ex.:** Princípios jurídicos
        - Cretella
          - "A ciência jurídica é um conjunto de princípios e não pode consistir em comentários da legislação positiva"
    - Critério do Poder Executivo
      - Segundo este critério, o Direito Administrativo abrangeria o conjunto de princípios jurídicos que disciplinam a organização e a atividade do **Poder Executivo**
      - **Crítica**
        - Demais Poderes também exercem a atividade administrativa
    - Critério da relação jurídica
      - Segundo este critério, o Direito Administrativo abrangeria o conjunto de normas que regem as **relações** entre
        - **Administração**
        - **Administrado**
      - **Crítica**
        - Outros ramos do Direito também disciplinam tais relações jurídicas
        - Critério insuficiente
          - Direito Administrativo abrange ainda a organização interna da Administração Pública
    - Critério do serviço público
      - Segundo este critério, o Direito Administrativo abrangeria a disciplina jurídica que regula a instituição, a organização e o funcionamento dos **serviços públicos**
        - Inspirado na jurisprudência do Conselho de Estado francês (fixação da competência dos tribunais administrativos em função da execução de serviços públicos)
      - **Crítica**
        - Critério restritivo
        - A locução "serviço público" integra o conceito sem estar definida
        - Não distingue o regime jurídico a que se sujeita a atividade
    - Critério teleológico
      - Segundo este critério, o Direito Administrativo abrangeria o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para cumprimento de seus **fins**
      - **Crítica**
        - Oferece expressões não definidas
          - Atividade do Estado
          - Fins do Estado
    - Critério negativista ou residual
      - Segundo este critério, o Direito Administrativo seria o ramo do Direito que regula toda a atividade estatal que **não seja legislativa e jurisdicional**
      - **Crítica**
        - Conceito pouco agrega
- **2. Objeto**
  - i. Relações internas à Administração Pública
    - Entre os órgãos e entidades administrativas, uns com os outros, e entre a administração e seus agentes, estatutários e celetistas
  - ii. Relações entre a administração e os administrados
  - iii. Atividades de administração pública em sentido material exercidas por particulares sob regime do direito público
    - **Ex.:** Prestação de serviços públicos mediante contratos de concessão ou de permissão

# INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO II

**Direito Administrativo**

- **3. Sistemas Administrativos**
  - **a) Conceito**
    - É o regime adotado pelo Estado para o **controle de legalidade** e **legitimidade** dos atos administrativos
  - **b) Sistema francês**
    - **Contencioso administrativo**
    - **Dualidade de jurisdição**
      - **i. Jurisdição comum**
        - Poder Judiciário
      - **ii. Jurisdição administrativa**
        - Jurisdição especial do contencioso administrativo
        - Resolve litígios nos quais a administração é parte
        - Tribunais Administrativos e Conselho de Estado
        - Independência dos Poderes e desconfiança com relação ao Judiciário
  - **c) Sistema inglês**
    - **Sistema judiciário** ou de **jurisdição una**
    - **Unicidade de jurisdição**
      - **i. Poder judiciário**
        - Aprecia todas hipóteses de litígio (resolução de conflitos)
      - **ii. Administração Pública**
        - Decide (julga) **sem jurisdição**
        - Sem definitividade
    - Sistema administrativo **utilizado no BRASIL**
      - Princípio da **inafastabilidade de jurisdição** (**CF, art. 5°, inc. XXXV**)
- **4. Fontes**
  - **a) Lei**
    - **Fonte primária**
    - Sentido amplo, incluindo medidas provisórias e regulamentos
  - **b) Jurisprudência**
    - **Fonte secundária**
    - Reiteradas decisões judiciais proferidas no mesmo sentido
    - Em regra, **não possuem força coercitiva** para a administração
      - **Exceto**
        - i. Controle de constitucionalidade; e
        - ii. Súmula vinculante do STF
  - **c) Doutrina**
    - **Fonte secundária**
    - Forma o sistema teórico de princípios aplicáveis ao direito positivo
  - **d) Costumes**
    - **Fonte secundária**
    - **Reiteração uniforme** de um comportamento tido como **obrigação legal**
      - Presença de **2 elementos**
        - **Elemento objetivo (substancial)**
          - Uso continuado da prática no tempo
        - **Elemento subjetivo (relacional)**
          - Convicção da obrigatoriedade da prática como necessidade social
    - Somente admitidos quando não forem contrários às leis (***contra legem***)
    - **Não se confunde com a PRAXE ADMINISTRATIVA** (rotina administrativa)
      - Não possui o **elemento subjetivo** (convicção geral da correção do comportamento)
      - Diogenes Gasparini afirma que, na opinião da maioria dos autores, **não é fonte do Direito Administrativo**
- **5. Regime Jurídico-Administrativo**
  - **a) Conceito**
    - Regime de **direito público**, aplicável
      - aos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública; e
      - à atuação dos agentes administrativos
    - Conjunto sistematizado de princípios e regras que dão identidade ao Direito Administrativo diferenciando-o dos demais ramos do Direito
    - Ao mesmo tempo que as **PRERROGATIVAS** colocam a administração em posição de **supremacia** perante o particular, as restrições (**SUJEIÇÕES**) **limitam** sua atividade a determinados fins e princípios
  - **b) Supremacia do interesse público**
    - **PRERROGATIVAS** ou poderes especiais da Administração Pública
    - **i. Posição previlegiada**
      - São benefícios concedidos pela ordem jurídica
      - Visam garantir a consecução dos interesses públicos
      - **Ex.:** Prazos maiores em processos judiciais
    - **ii. Posição de supremacia**
      - Verticalidade nas relações administração-particular
      - Deveres-Poderes
        - Caráter instrumental
      - **Ex.: Cláusulas exorbitantes** dos contratos administrativos
  - **c) Indisponibilidade do interesse público**
    - Indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos
      - **SUJEIÇÕES**
    - **i. Princípio da legalidade**
      - Administrar é aplicar a lei de ofício
    - **ii. Sujeições**
      - Bens e interesses públicos não se encontram à livre disposição do administrador
      - É a ordem legal que dispõe sobre a finalidade
    - **Ex.:** Necessidade de realização de **licitações** para celebração de contratos

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I

**Administração Pública**

- **1. Estado**
  - **a) Elementos do Estado**
    - **i. Território** — Elemento físico
    - **ii. Povo** — Elemento humano
    - **iii. Governo soberano** — Organização do Estado ocorre conforme sua livre e soberana vontade
  - **b) Acepção jurídica**
    - Para o Direito, o Estado é pessoa jurídica territorial soberana, regida pelo direito público
    - Possui **personalidade jurídica**
      - Aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações
      - Atributo necessário para ser sujeito nas relações jurídicas
- **2. Poderes do Estado**
  - **a) Noções históricas**
    - **Aristóteles**
      - Identificou **3 funções** distintas exercidas pelo poder soberano
        - **Função Legislativa** — Elaborar **normas** gerais e abstratas
        - **Função Executiva** — Aplicar as normas gerais aos **casos concretos**
        - **Função Judicante** — Aplicar as normas gerais para dirimir eventuais **conflitos** ocorridos
    - **Montesquieu**
      - **Princípio da separação dos poderes**
      - Propôs que as 3 funções não poderiam ser exercidas pelo mesmo órgão
      - Para **evitar abuso no** exercício do **poder**, as funções deveriam ser distribuídas por **centros independentes entre si**, de forma a possibilitar a "**limitação do poder pelo poder**"
    - **Sistema atual**
      - Divisão **flexível** das funções estatais
      - Cada poder exerce
        - Uma função precípua (**típica**); e
        - Outras funções de natureza acessória (**atípicas**)
      - Mecanismo de controles recíprocos entre os Poderes — **Sistema de freios e contrapesos**
  - **b) Conceito**
    - Representam uma divisão estrutural interna, com finalidade de estabelecer o equilíbrio e o controle do exercício do poder de soberania
      - Freios e contrapresos
    - São segmentos estruturais em que se divide o poder geral e abstrato da soberania
  - **c) Distribuição das funções na CF/88**
    - **Funções TÍPICAS**
      - Cada Poder exerce uma **função precípua**
      - **Poder Legislativo** — Exerce a função **legislativa** e de **controle**
      - **Poder Executivo** — Exerce a função **administrativa**
      - **Poder Judiciário** — Exerce a função **jurisdicional**
    - **Funções ATÍPICAS**
      - Não há exclusividade no exercício das funções
      - **Poder Legislativo**
        - Julga os crimes de responsabilidade
          - Crimes de natureza política
          - **CF, art. 52**
        - Administra
          - Organiza seus serviços internos
          - **CF, arts. 51 e 52**
      - **Poder Executivo**
        - Exerce o poder regulamentar — **CF, art. 84**
        - Julga
          - Não é definitivo (não faz coisa julgada)
            - Princípio da inafastabilidade da jurisdição (**CF, art. 5°, XXXV**)
          - Sem jurisdição
      - **Poder Judiciário**
        - Exerce a função normativa (elabora regimentos internos) — **CF, art. 96, I, "a"**
        - Administra
          - Organiza seus serviços internos
          - **CF, art. 96**

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II

## Administração Pública

- A **Administração Pública** (em sentido AMPLO) abrange
  - i. **Governo**
  - ii. **Administração Pública** (**sentido estrito**)
- **1. Governo**
  - **a) Sentido objetivo**
    - Compreende a **FUNÇÃO POLÍTICA**
      - Atividade de
        - **Planejar**
          - Estabelece os planos de ação
        - **Dirigir**
          - Define as diretrizes
        - **Comandar**
      - Atos de governo (políticos)
        - Sanção e veto
        - Nomeação de ministro
        - Declaração
          - Guerra e paz
          - Estado de sítio
          - Estado de emergência
  - **b) Sentido subjetivo**
    - Envolve os Poderes e órgãos constitucionais responsáveis pela função política
    - **Poder Executivo**
      - Traça diretrizes
      - Dirige e comanda a Administração Pública
      - Elabora planos de governo
    - **Poder Legislativo**
      - Participa com menor predominância
      - Atividade de aprovação e controle
    - **Agentes políticos**
      - Exercem competências constitucionais
      - Possuem conduta independente
        - Manifestação da soberania
- **2. Administração Pública em sentido estrito**
  - **a) Sentido objetivo**
    - Também chamado de sentido material ou funcional
    - Compreende a **FUNÇÃO ADMINISTRATIVA**
      - Atividade de
        - **Executar**
        - **Prestar serviço**
      - **Conceito**
        - Atividade concreta e imediata que o Estado exerce
        - Sob regime jurídico de **direito público**
        - Para consecução de interesses coletivo
      - **Abrange**
        - **i. Serviço Público**
          - Atividade que, por sua essencialidade ou relevância, foram assumidas pelo Estado, com ou sem exclusividade
        - **ii. Polícia Administrativa**
          - Poder de polícia
          - Administração Pública pode condicionar ou restringir o uso e o gozo de bens, direitos e atividades individuais em benefício da coletividade ou do Estado
        - **iii. Fomento**
          - Incentivo à iniciativa privada de interesse público
        - **iv. Intervenção**
          - Intervenção do Estado no setor privado
            - Intervenção na propriedade privada (**CF, art. 5º, XXIV**)
            - Intervenção **indireta** no domínio econômico (**CF, art. 174**)
          - **Obs.:**
            - Maria Sylvia não considera a atuação **direta** do Estado no domínio econômico como função administrativa
            - Nesse caso, o Estado submete-se ao regime jurídico de direito privado (**CF, art. 173**)
  - **b) Sentido subjetivo**
    - Também chamado de sentido formal ou orgânico
    - Abrange o conjunto de **órgãos**, **pessoas jurídicas** e **agentes** integrantes da Administração Pública
      - O Brasil adota o **critério formal** de Administração Pública
      - As **entidades privadas** que prestam **serviço público** mediante delegação (concessionárias e permissionárias), apesar de exercerem atividades próprias da função administrativa, **não integram** a **Administração Pública**
    - Integrada por
      - i. Órgãos da administração direta
      - ii. Entidades da administração indireta
      - iii. Agentes administrativos

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III

**Administração Pública**

- **1. Centralização Administrativa**
  - **a) Conceito**
    - Forma de organização e atuação administrativa na qual o Estado executa suas tarefas **diretamente**, por meio dos órgãos e agentes integrantes da **ADMINISTRAÇÃO DIRETA**
  - **b) Execução da atividade / prestação do serviço**
    - Forma **direta** e **imediata**
- **2. Descentralização Administrativa**
  - **a) Conceito**
    - Forma de organização e atuação administrativa na qual o Estado desempenha suas atribuições por meio de **outras pessoas**
    - É a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica
  - **b) Execução da atividade / prestação do serviço**
    - Forma **indireta** e **mediata**
  - **c) Formas de descentralização**
    - **i. Outorga**
      - Descentralização por **serviços**
      - Poder Público cria uma pessoa jurídica e a ela atribui a **TITULARIDADE** e a **EXECUÇÃO** de serviço público
      - Ocorre mediante **LEI**
      - Pressupõe obrigatoriamente a edição de uma lei que **institua** a entidade, ou **autorize** sua criação
    - **ii. Delegação**
      - Descentralização por **colaboração**
      - Poder Público atribui a uma pessoa jurídica de direito privado a **EXECUÇÃO** de serviço público
      - Ocorre mediante
        - **CONTRATO**; ou
        - **ATO UNILATERAL**
    - **iii. Territorial**
      - Descentralização **geográfica**
      - **Territórios federais**
      - Entidade local, geograficamente delimitada, dotada de personalidade jurídica própria, de direito público, com capacidade administrativa genérica
      - Autarquia territorial ou geográfica
        - **CF, art. 18**
        - **CF, art. 33**
  - **Ver Mapa Mental de "Descentralização Administrativa"**
- **3. Desconcentração Administrativa**
  - **a) Conceito**
    - Técnica administrativa de **distribuição interna** de competências de uma pessoa jurídica
    - Repartição de funções entre vários **órgãos despersonalizados**, sem quebra da hierarquia
    - Desconcentração envolve, obrigatoriamente, **uma só pessoa jurídica**
    - **Ex.:** União distribui competências entre diversos órgãos de sua própria estrutura, como os ministérios
  - **b) Execução da atividade / prestação do serviço**
    - Forma **direta** e **imediata**
  - **c) Controle exercido**
    - **AUTOTUTELA**
      - **CONTROLE HIERÁRQUICO**
        - Ocorre nas relações de hierarquia e de subordinação existentes entre os órgãos resultantes da desconcentração
      - **RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO**
        - De caráter **interno**
      - **Abrangência**
        - Verifica
          - Legalidade
          - Mérito
            - Conveniência
            - Oportunidade
      - **Ex.:** Recurso hierárquico

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IV - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Descentralização Administrativa**

- **1. Conceito**
  - Forma de atuação em que o Estado desempenha suas atribuições por meio de **outras pessoas**
  - É a **distribuição de competências** de uma para outra pessoa, física ou jurídica
  - Execução da atividade / prestação do serviço
    - Forma **indireta** e **mediata**
  - **Formas de descentralização**
    - i. **Outorga**
    - ii. **Delegação**
    - iii. **Territorial** (geográfica)
    - **Obs.:**
      - **Não há hierarquia** nas formas de descentralização
      - Entre a administração direta e indireta
        - ✔ Há **VINCULAÇÃO**
        - **Não há subordinação**
- **2. Outorga**
  - Descentralização por **serviços**
  - Poder Público **cria** uma pessoa jurídica e a ela atribui a
    - **TITULARIDADE**; e
    - a **EXECUÇÃO**
    - de serviço público
    - Pressupõe obrigatoriamente a edição de uma **LEI** que
      - **Institua** a entidade; ou
      - **Autorize** sua criação
  - **Características**
    - Transferência por meio de **lei** (**CF, art. 37, XIX**)
      - Lei **CRIA** a entidade
        - Pessoa jurídica de direito **público**
          - Autarquia
          - Fundação pública de direito PÚBLICO
      - Lei **AUTORIZA** a criação da entidade
        - Pessoa jurídica de direito **privado**
          - Fundação pública de direito PRIVADO
          - Empresa pública
          - Sociedade de economia mista
    - Ente político
      - Perde a disponibilidade do serviço
      - Para retomá-lo, dependerá de lei
  - **Controle exercido**
    - **TUTELA ADMINISTRATIVA**
      - **CONTROLE FINALÍSTICO**
        - Depende de **previsão legal** que estabeleça meios, aspectos e ocasiões de controle (**atos de tutela**)
          - **Não há tutela sem lei que a preveja**
        - Visa a assegurar a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade
          - Verificação dos resultados
          - Harmonização com as políticas governamentais
      - **RELAÇÃO DE VINCULAÇÃO**
        - De caráter **externo**
          - Exercido pela administração direta sobre administração indireta
        - **Supervisão ministerial**
          - Exercido pelo Ministério ao qual a entidade esteja **vinculada**
      - **Abrangência**
        - Verifica o alcance dos objetivos da entidade, **fixados na lei**
        - Deve **preservar a autonomia** da entidade descentralizada
      - **Ex.:** Controles prévios - Nomeação de dirigentes
- **3. Delegação**
  - Descentralização por **colaboração**
  - Poder Público atribui a uma pessoa jurídica de direito privado a **EXECUÇÃO** de serviço público
  - Ocorre mediante **CONTRATO** ou **ATO UNILATERAL**
  - **Espécies**
    - **i. Por contrato**
      - Efetivada por prazo determinado
      - Modalidades
        - **Concessão**
        - **Permissão**
      - **CF, art. 175**
    - **ii. Por ato administrativo**
      - Em regra, não há prazo certo, em razão da precariedade
      - Possibilidade de revogação a qualquer tempo
      - Modalidade
        - **Autorização** de serviço público (**CF, art. 21, XI e XII**)
      - **Obs.:**
        - A transferência **não** é da **prestação**, mas sim da **exploração** de determinado serviço público
- **4. Territorial (geográfica)**
  - **Territórios Federais**
    - Entidade local, geograficamente delimitada, dotada de personalidade jurídica própria, de direito público, com capacidade administrativa genérica
    - Autarquia territorial ou geográfica (**CF, arts. 18 e 33**)
  - **Características**
    - i. Personalidade jurídica de direito público
    - ii. Capacidade de autoadministração
    - iii. Delimitação geográfica
    - iv. Capacidade administrativa genérica
      - Atuação em diversas áreas do setor público
    - v. Sujeição ao controle pelo poder central

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ÓRGÃO

**Órgão**

- **1. Conceito**
  - Unidade de atuação integrante da estrutura da **administração direta** ou **administração indireta**
    - **Lei 9.784/99, art. 1º**
    - **Não** tem **personalidade jurídica**
  - **Centros de competência** instituídos para o desempenho de funções estatais, por meio de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem
- **2. Teorias**
  - São teorias que surgiram para explicar as relações do **Estado** (pessoa jurídica) com seus **agentes**
  - ✔ **Teoria do órgão**
    - **Teoria adotada pela doutrina e jurisprudência**
    - A pessoa jurídica manifesta sua vontade por meio dos órgãos, de forma que, quando os agentes que os compõe manifestam a sua vontade, é como se o próprio Estado o fizesse
    - **Princípio da imputação volitiva**
      - A vontade da pessoa jurídica deve ser atribuída aos órgãos que a compõem, sendo estes compostos de agentes
      - Aplicação concreta
        - Justifica a validade dos atos praticados por **funcionário de fato**
        - **Função de Fato**
          - Pessoa pratica ato estando **irregularmente investida no cargo**
          - Mas com **aparência de legalidade**
  - ✘ **Teoria da representação**
    - O agente público seria **representante** do Estado
    - Agente público seria equiparado ao representante (tutor ou curador) de pessoas incapazes
    - **Critíca**
      - Equipara a pessoa jurídica (Estado) ao incapaz
      - Problemas quanto à responsabilização da pessoa jurídica para os casos nos quais o representante ultrapassasse os poderes da representação
  - ✘ **Teoria do mandato**
    - O agente público seria **mandatário** do Estado
    - **Mandato**
      - Contrato mediante o qual uma pessoa (mandante) outorga poderes a outra (mandatário) para que este execute determinados atos em nome do mandante e sob responsabilidade deste
      - Instrumento do contrato de mandato
        - Procuração
    - **Crítica**
      - Estado, que não possui vontade própria, não pode outorgar mandato
      - Problemas quanto à responsabilização da pessoa jurídica para os casos nos quais o mandatário exorbitasse os limites da procuração
- **3. Classificação**
  - **a) Quanto à estrutura**
    - **i. Simples**
      - Constituídos por um só centro de competência
    - **ii. Composto**
      - Desconcentração interna
      - Reúnem em sua estrutura diversos órgãos
      - **Ex.:** É o que ocorre com os Ministérios e as Secretarias
  - **b) Quanto à atuação funcional**
    - **i. Singular**
      - Monocrático - decisões são atribuição de um único agente
    - **ii. Colegiado**
      - Atuam e decidem mediante manifestação conjunta de seus membros
  - **c) Quanto à posição estatal**
    - **i. Independentes**
      - Originários da Constituição Federal
      - Representativos dos Poderes do Estado
      - Características
        - Órgãos primários
          - Sem subordinação hierárquica ou funcional
        - Sujeitos somente aos controles constitucionais de um Poder sobre o outro
    - **ii. Autônomos**
      - Subordinados aos chefes dos órgãos independentes
      - Autonomia
        - Financeira
        - Administrativa
        - Operacional
      - Exercem funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades
      - **Ex.:** Ministérios, Secretarias de Estado, Advocacia-Geral da União
    - **iii. Superiores**
      - Sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico
      - Detêm poder de
        - Direção
        - Controle
        - Decisão
        - Comando
      - **Não gozam de autonomia** financeira, administrativa e operacional
      - **Ex.:** Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
    - **iv. Subalternos**
      - Exercem atribuições de mera execução

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENTIDADES EM ESPÉCIE I

**Entidades em Espécie**

- **1. Autarquia**
  - **a) Conceito**
    - Pessoa jurídica de **DIREITO PÚBLICO** de capacidade exclusivamente **administrativa**
    - Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar **ATIVIDADES TÍPICAS** da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira **descentralizada**
    - **Ex.:** Banco central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ibama
  - **b) Espécies**
    - **i. Autarquia comum**
    - **ii. Autarquia fundacional**
      - **Fundação pública de direito público**
    - **iii. Autarquia territorial**
      - É a divisão geográfica, com personalidade jurídica própria, criada para prestar serviços genéricos à sociedade
      - **Territórios federais**
    - **iv. Autarquia profissional (corporativa)**
      - **Conselhos de fiscalização de profissões**
    - **v. Autarquia interfederativa**
      - Na forma de associação pública
        - Consórcios públicos
      - Integra a administração indireta de mais de um ente federado
  - **Ver Mapas Mentais de "Autarquias I" e "Autarquias II"**
- **2. Fundação Pública**
  - **a) Conceito**
    - **Patrimônio**
      - Dotado de personalidade jurídica de **DIREITO PÚBLICO** ou de **DIREITO PRIVADO**
      - Destinado, por lei, à prestação de atividades públicas na **área social**
    - Atribuição de personalidade jurídica a determinado **patrimônio**, destinado a fim específico
    - Área de atuação
      - Lei complementar
        - **CF, art. 37, XIX**
  - **b) Natureza Jurídica**
    - **i. Fundação pública de direito PÚBLICO**
      - **Criação**
        - Criada por **LEI específica**
        - **CF, art. 37, XIX**
      - **Regime jurídico**
        - Regime jurídico de **DIREITO PÚBLICO**
        - Submete-se às mesmas **sujeições** e **prerrogativas** que caracterizam o regime jurídico de **direito público**
        - Espécie do gênero autarquia
          - **Fundação autárquica**
      - **Ex.:** Funai
    - **ii. Fundação pública de direito PRIVADO**
      - **Criação**
        - Criada por **ATO** do Poder Público, mediante **autorização** em **lei específica**
        - **CF, art. 37, XIX**
      - **Regime jurídico HÍBRIDO**
        - Regime jurídico de **DIREITO PRIVADO** com **derrogações** de normas de **DIREITO PÚBLICO**
        - Exemplos de incidência do direito público
          - **Prerrogativas**
            - Imunidade recíproca
            - **CF, art. 150, § 2°**
          - **Sujeições**
            - Licitação
            - Concurso público
            - Vedação de acumulação de cargo

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENTIDADES EM ESPÉCIE II

- **Entidades em Espécie**
  - **3. Empresa Pública**
    - **a) Conceito**
      - Pessoa jurídica de **DIREITO PRIVADO**, integrante da administração indireta, instituída pelo Poder Público mediante **autorização em lei específica**, sob **qualquer forma jurídica** e com **capital exclusivamente público**
    - **b) Criação**
      - **ATO** do Poder Público
        - Inscrição do **ato** constitutivo no registro competente
          - **CC, art. 45**
        - Após autorização em **lei específica**
          - **CF, art. 37, XIX**
      - Criação de **Subsidiária**
        - Necessária **autorização legislativa** para criação
          - **CF, art. 37, XX**
          - ✘ **Não** precisa ser autorização **específica**
          - Pode constar da própria lei que autorizou a instituição da estatal
    - **c) Regime jurídico**
      - **i. Explora atividade econômica**
        - Regime jurídico de **direito privado**
          - **Derrogado** somente no que dispõe a **CF**
        - **CF, art. 173, § 1°, II**
      - **ii. Presta serviço público**
        - Regime jurídico de **direito privado**
          - **Derrogado** por
            - **CF**
              - **Ex.:**
                - Responsabilidade civil objetiva (**sujeição**)
                - **CF, art. 37, § 6°**
            - **Lei**
        - **CF, art. 175**
    - **d) Traços distintos**
      - **i. Forma de organização**
        - **Qualquer das formas** admitidas no Direito
      - **ii. Composição do capital**
        - Exclusivamente **público**
      - **iii. Foro processual**
        - Empresa Pública Federal
          - Justiça **Federal**
            - Exceto causas trabalhistas
            - **CF, art. 109, I**
    - **e) Regime de pessoal**
      - **Emprego Público**
        - **CLT**
        - Obrigatoriedade de concurso público
  - **4. Sociedade de Economia Mista**
    - **a) Conceito**
      - Pessoa jurídica de **DIREITO PRIVADO**, integrante da administração indireta, instituída pelo Poder Público, mediante **autorização em lei específica**, sob a forma de **sociedade anônima** e com **capital público e privado**
    - **b) Criação**
      - **ATO** do Poder Público
        - Inscrição do **ato** constitutivo no registro competente
          - **CC, art. 45**
        - Após autorização em **lei específica**
          - **CF, art. 37, XIX**
      - Criação de **Subsidiária**
        - Necessária **autorização legislativa** para criação
          - **CF, art. 37, XX**
          - ✘ **Não** precisa ser **específica**
          - Pode constar da própria lei que autorizou a instituição da estatal
    - **c) Regime jurídico**
      - **i. Explora atividade econômica**
        - Regime jurídico de **direito privado**
          - **Derrogado** somente no que dispõe a **CF**
        - **CF, art. 173, § 1°, II**
      - **ii. Presta serviço público**
        - Regime jurídico de **direito privado**
          - **Derrogado** por
            - **CF**
              - **Ex.:**
                - Responsabilidade civil objetiva (**sujeição**)
                - **CF, art. 37, § 6°**
            - **Lei**
        - **CF, art. 175**
    - **d) Traços distintos**
      - **i. Forma de organização**
        - **Sociedade anônima** (capital aberto ou fechado)
      - **ii. Composição do capital**
        - Capital **público** e **privado**
      - **iii. Foro processual**
        - Justiça **estadual**
    - **e) Regime de pessoal**
      - **Emprego Público**
        - **CLT**
        - Obrigatoriedade de concurso público

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENTIDADES EM ESPÉCIE - AUTARQUIA I

**Autarquia**

- **1. Conceito**
  - Surge a partir da **descentralização administrativa por outorga** (por serviços, funcional ou técnica)
  - Pessoa jurídica de **DIREITO PÚBLICO** de capacidade exclusivamente **administrativa**
  - É criada para desempenhar **ATIVIDADES TÍPICAS** da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira **descentralizada** (**DL 200/67, art. 5º, I**)
  - **Ex.:** Banco central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ibama
- **2. Características**
  - **a) Criação por lei específica**
    - **CF, art. 37, XIX**
    - Com início da vigência da lei, a autarquia adquire personalidade jurídica e está instituída
  - **b) Personalidade jurídica de direito público**
    - Por possuir personalidade jurídica, é titular de direitos e obrigações
    - Regime jurídico de **DIREITO PÚBLICO**
      - Sujeições
      - Prerrogativas
  - **c) Capacidade de autoadministração**
    - **Não** possui **capacidade política**
    - ✔ Possui **capacidade administrativa**
      - **i. Genérica**
        - Autarquia geográfica ou territorial
        - Exerce múltiplos serviços no âmbito de seu território
      - **ii. Específica**
        - Autarquia de serviço ou institucional
        - Exerce o serviço que lhe é atribuído por lei
  - **d) Especialização dos fins ou atividades**
    - Característica da descentralização administrativa por serviços ou funcional
    - **Princípio da especialização**
      - Cada autarquia é especializada na matéria que a lei lhe atribuiu
      - Os serviços prestados requerem maior grau de especialização
    - **Obs.:** Essa característica **não se aplica** à **autarquia geográfica** ou **territorial**
  - **e) Sujeição ao controle ou tutela**
    - Sujeita a controle da pessoa política que a criou, à qual é vinculada
      - **Relação de vinculação**
      - **Controle finalístico**
  - **f) Responsabilidade civil**
    - Responsabilidade **objetiva**
  - **g) Juízo competente**
    - Litígios comuns das autarquias federais
      - Justiça **Federal** (**CF, art. 109, I**)
  - **h) Imunidade tributária**
    - **Vedado** instituição de **impostos** sobre patrimônio, renda e serviços das autarquias
    - **CF, art. 150, § 2°**
  - **i) Dirigentes**
    - **i. Forma de investidura**
      - Conforme previsão na lei ou estatuto da autarquia
    - **ii. Nomeação**
      - Competência
        - **Chefe do Executivo** (**CF, art. 84, XXV**)
      - Poderá ser exigida (na CF ou na lei) a **aprovação prévia** do **Senado Federal**
        - **CF, art. 84, XIV**
        - **Ex.:** Bacen
    - **iii. Exoneração**
      - **Não pode** a lei estabelecer hipóteses de exigência de **aprovação legislativa prévia**
      - Ofensa ao princípio da separação dos poderes (**STF**)
- **3. Espécies**
  - **a) Autarquia comum**
  - **b) Autarquia fundacional**
    - **Fundação pública** instituída diretamente por lei específica, com personalidade jurídica de **direito público**
  - **c) Autarquia territorial**
    - É a divisão geográfica, com personalidade jurídica própria, criada para prestar serviços genéricos à sociedade
    - É uma exceção ao princípio da especialização
    - **Territórios federais**
      - Integram a União
      - Criação por lei complementar
      - Prestação de contas de governo
        - Congresso Nacional com parecer prévio do TCU
  - **d) Autarquia profissional (corporativa)**
    - **Conselhos de fiscalização de profissões**
      - Efetua os serviços de fiscalização de **profissões regulamentadas**
      - Exerce, no que tange às atividades profissionais regulamentadas:
        - Poder de polícia
        - Poder de tributar
        - Poder de punir
    - **STF**
      - **Não** está na **administração indireta**
        - Mas possui natureza jurídica de **direito público**
      - **Não** inclui **OAB**
  - **e) Autarquia interfederativa**
    - Na forma de **associação pública**
      - Consórcios públicos (**CF, art. 241** c/c **CC, art. 41, IV**)
    - Integra a administração indireta de mais de um ente federado

# AUTARQUIA II - AGÊNCIAS REGULADORAS

**Agência Reguladora**

- **1. Contexto de surgimento**
  - **Reforma da Administração Pública**
    - **a) Problemas**
      - i. Crise financeira (fiscal)
      - ii. Ineficiência na prestação dos serviços públicos
    - **b) Solução proposta**
      - Privatização em sentido amplo
        - i. Gestão privada de serviços públicos
        - ii. Desestatização
          - Privatização em sentido estrito
        - iii. Desregulação
          - Redução da intervenção na atividade econômica
- **2. Definição**
  - Autarquia sob **regime especial**, com a atribuição de exercer a **REGULAÇÃO**
    - de **serviços públicos econômicos** (comerciais e industriais)
      - Concessões e permissões de serviços públicos
        - **CF, art. 175**
      - **Ex.:** Anatel
    - de **atividades econômicas**
      - Estado como agente regulador da atividade econômica
        - **CF, art. 174**
      - **Ex.:** ANP
  - Existem ainda aquelas que exercem função de **polícia administrativa**
    - Impõem limitações administrativas previstas em lei, fiscalizam, reprimem, aplicam penalidades
    - **Ex.:** ANA, Anvisa, ANS
  - **Obs.:**
    - **Não há obrigatoriedade**, expressa no ordenamento jurídico, de que as agências reguladoras se constituam na forma de **autarquias**. No entanto, devem, em razão da natureza da atividade que desempenham, ter **personalidade jurídica de direito público**
- **3. Características**
  - **a) Exerce**
    - **i. Função normativa**
      - De natureza técnica
      - Regulamentação sobre matéria de ordem técnica, com base nos parâmetros e nas diretrizes da lei
    - **ii. Função administrativa**
      - Realiza procedimentos licitatórios para escolha de concessionário ou permissionário de serviço público
      - Celebra contratos de concessão e permissão de serviço público
      - Pratica ato unilateral de outorga da autorização
      - Fiscaliza a execução de atividades sob sua competência
      - Aplica sanções administrativas
    - **iii. Função quase judicial**
      - Resolução de conflitos afetos à área regulada
      - Instância administrativa
  - **b) Possui**
    - **i. Autonomia decisória**
      - Caráter final de suas decisões
      - Não passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da Administração Pública
    - **ii. Autonomia administrativa**
      - Relativa estabilidade de seus dirigentes
        - Investidura a termo (**mandato fixo**)
        - **Vedada exoneração *ad nutum***
    - **iii. Autonomia financeira**
      - Possui recursos próprios
      - Instituição de taxas de regulação
  - **c) Controle**
    - **i. Controle do Legislativo**
      - Seus atos normativos não podem conflitar com normas constitucionais e legais
      - Sujeita ao controle e à fiscalização do Congresso Nacional
        - **CF, art. 49, X**
      - Sujeita ao controle financeiro, contábil e orçamentário
        - **CF, art. 70**
    - **ii. Controle do Executivo**
      - **Tutela administrativa** ou **controle finalístico**
      - Exercido pelo Ministério a que se acha **vinculada**
        - **Supervisão ministerial**
        - **CF, art. 87, inc. I**
    - **iii. Controle do Judiciário**
      - Sujeita ao controle jurisdicional
      - Princípio da inafastabilidade da jurisdição
      - **CF, art. 5º, inc. XXXV**
- **4. Finalidade**
  - Exercer o controle e a fiscalização
    - i. Dos serviços públicos
      - Delegados
      - Livres
    - ii. De atividades de interesse público

# REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR - ENTIDADES PARAESTATAIS I

## Entidades Paraestatais

- **1. Definição**
  - Pessoas **privadas**, sem fins lucrativos, que exercem **atividades de interesse público**, mas **não exclusivas do Estado**, recebendo fomento do Poder Público, e que **não integram** a **Administração Pública** em **sentido formal**
- **2. Características**
  - i. Entidades privadas, **sem finalidade lucrativa**
  - ii. Exercem **atividade de interesse público**
    - Serviços **não exclusivos** do Estado, aos quais o Poder Público dispensa especial proteção
  - iii. Recebem incentivo do Poder Público
    - **Fomento**
    - Segundo Maria Sylvia, por essa razão, sujeitam-se ao controle pela Administração Pública e pelo TCU
  - iv. Integram o **Terceiro Setor**
    - Setor Público Não Estatal
    - **Não** abrangem as entidades da **Administração Indireta**
    - ⚠ **Obs.:**
      - **Primeiro Setor** – Composto pelo Estado
      - **Segundo Setor** – Composto pelo mercado
- **3. Serviços Sociais Autônomos**
  - **a) Definição**
    - São pessoas jurídicas privadas, criadas, em regra, por entidades privadas representativas de categorias econômicas (Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio etc.), após **autorização em lei**, mantidas por **contribuições parafiscais**
    - **Ex.:**
      - Sesc (Serviço Social do Comércio)
      - Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)
      - Sesi (Serviço Social da Indústria)
      - Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)
  - **b) Criação**
    - **Lei autorizadora**
      - Inicialmente, sua criação é prevista em lei
    - **Ato** da respectiva entidade representativa
      - A aquisição de personalidade jurídica ocorre quando a entidade privada instituidora inscreve o respectivo ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas (**Código Civil, art. 45**)
      - Possuem personalidade jurídica de **direito privado**
  - **c) Finalidade**
    - Prestam **atividade social**, como assistência e ensino profissionalizante, aos respectivos **grupos sociais** ou **profissionais**
  - **d) Características**
    - i. Pessoas jurídicas de direito **privado** sem fins lucrativos
    - ii. Mantidos por **contribuições parafiscais**
      - Tributo
      - Natureza compulsória
      - **CF, art. 240**
    - iii. **Colaboram** com o Poder Público
      - Prestam **atividade social**
      - Normalmente direcionada para prestação de um **serviço de utilidade pública**
    - iv. **Controle** pelo Poder Público
      - Nomeação de dirigentes
      - Regulamento
        - Normalmente aprovados por decretos
      - Supervisão Ministerial
        - **DL 200/67, art. 183**
      - Sujeitos à jurisdição do TCU
        - Administram **recursos públicos**
      - **Não** se sujeitam à **Lei 8.666/93**
        - **Jurisprudência TCU**

# REFORMA ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR - ENTIDADES PARAESTATAIS II

**Entidades Paraestatais**

- **4. Organizações Sociais (OS)**
  - **a) Definição**
    - **Qualificação** concedida pelo Poder Executivo
      - A pessoas jurídicas de direito privado
      - Sem fins lucrativos
      - Para prestar atividade de interesse coletivo
    - **Área de atuação (PETCuMAS)**
      - i. **P**esquisa Científica
      - ii. **E**nsino
      - iii. Desenvolvimento **T**ecnológico
      - iv. **Cu**ltura
      - v. **M**eio **A**mbiente
      - vi. **S**aúde
    - **PNP**
      - **Programa Nacional de Publicização**
      - **Objetivo**: Estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de OS
      - **Finalidade**: Absorção de atividades desenvolvidas por entidades e órgãos públicos da União, que atuem nas áreas citadas (**PETCuMAS**)
  - **b) Requisitos de habilitação**
    - Devem ter personalidade jurídica de **direito privado**
    - **Não** podem ter **finalidade lucrativa**
      - Devem investir os excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades
    - Devem atuar em atividades relacionadas às áreas citadas (**PETCuMAS**)
    - **Obs.:**
      - **Não** são **delegatárias** de serviços públicos
      - **Não** exercem **atividades públicas** em nome do Estado
  - **c) Qualificação**
    - **Ato de qualificação**
      - **Discricionário**: Segundo critérios de conveniência e oportunidade
      - Competência
        - i. Ministro
        - ii. Titular do órgão
  - **d) Desqualificação**
    - **Motivo**: Descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão
    - **Forma**: Processo administrativo
      - Assegurada a ampla defesa
    - **Consequência**: Reversão
      - Dos bens permitidos
      - Dos valores entregues à utilização da OS
  - **e) Contrato de gestão**
    - **Definição**
      - Vínculo de parceria, que envolve:
        - **Fomento** do Poder Público
        - **Execução** de atividades, pela OS, relacionadas às áreas citadas (**PETCuMAS**)
      - Instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como OS, visando a formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas citadas (**PETCuMAS**) (**Lei 9.637/98**)
    - **Execução**
      - Abrange:
        - Programa de trabalho proposto pela OS
        - **Metas** a serem atingidas
        - **Prazos** de execução
        - Critérios objetivos de **avaliação de desempenho**
      - **Obs.:** A execução será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da respectiva área de atuação
    - **Fomento**
      - Abrange
        - i. Recursos orçamentários
        - ii. Bens públicos
          - Dispensada licitação
          - Permissão de uso
        - iii. Cessão especial de servidor
- **5. OSCIP**
  - **a) Definição**
    - **Qualificação** jurídica atribuída a algumas pessoas de **direito privado**, em razão das atividades que venham a desenvolver em regime de **parceria** com o **Poder Público**
    - Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por particulares, para desempenhar **serviços sociais não exclusivos do Estado**, com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por **termo de parceria** (**Lei 9.790/99**)
  - **b) Características**
    - Desempenham atividades de interesse público, por meio de **termo de parceria**
    - **Sociedades sem fins lucrativos**
      - Não distribuem entre sócios, associados, conselheiros, diretores ou empregados lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio
    - **Ato de qualificação**
      - **Vinculado**: Atendidos os requisitos previstos na lei, é expedido certificado de qualificação
      - Competência: Ministro da Justiça
    - **Termo de parceria**
      - **Vínculo jurídico**
      - Estabelece um vínculo de cooperação entre a OS e o Poder Público

# CONTRATO DE GESTÃO

**Contrato de Gestão**

- **1. Conceito**
  - Instrumento inserido no Direito Administrativo a partir da reforma administrativa (também chamado pela doutrina de **Acordo-Programa**)
  - Ajuste firmado entre a administração direta e:
    - i. Órgão ou entidade da Administração Pública — **CF, art. 37, § 8º** (incluído pela **EC 19/98**)
    - ii. Autarquia ou fundação pública — **Lei 9.649/98**
    - iii. Organização social — **Lei 9.637/98**
  - ⚠ Obs.:
    - **Não** possui características de **contrato**
    - Instrumento de controle por **resultado**
    - Contexto — Administração gerencial
- **2. Celebrado com:**
  - **a) Órgão ou entidade da Administração Pública**
    - A **EC 19/98** inseriu, no **§ 8º do art. 37**, a base constitucional para celebração do **contrato de gestão** com a **administração direta** e a **indireta**
    - Ligado ao **princípio da eficiência**, estabelece um meio para o **controle de resultados** da Administração Pública (**administração gerencial**)
    - **Objetivo**
      - Estabelecer o **controle de resultados** mediante
        - Fixação de metas de desempenho
        - Controles e critérios de avaliação de desempenho
      - **Ampliar** a **autonomia** gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades
  - **b) Autarquia ou fundação pública**
    - A **Lei 9.649/98** autorizou o Poder Executivo a **qualificar** como **AGÊNCIA EXECUTIVA** a **autarquia** ou a **fundação pública** que, atendendo a determinados requisitos, celebre **contrato de gestão** com o ministério supervisor
      - **Agência Executiva**
        - **Não** se trata de novo **tipo de pessoa jurídica**
        - ✔ Trata-se de **QUALIFICAÇÃO** concedida às **autarquias** e às **fundações públicas**
    - **Objetivo**
      - Estabelecer o **controle de resultados**
      - **Ampliar** a **autonomia** gerencial, orçamentária e financeira das entidades qualificadas
    - **Requisitos de qualificação**
      - i. Ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento
        - Objetiva a melhoria da qualidade da gestão e a redução de custos
      - ii. Ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor
    - **Qualificação**
      - Concedida por **decreto** do Presidente da República
    - **Contrato de Gestão**
      - Celebrado com periodicidade mínima de **um ano**
      - Estabelece
        - Objetivos, metas e indicadores de desempenho da entidade
        - Recursos necessários e os critérios e instrumentos para avaliação do seu cumprimento
  - **c) Organização social**
    - **Objetivo**
      - Estabelecer uma **relação de parceria** com entidades sem fins lucrativos (publicização)
      - **Restringir** a **autonomia** da pessoa privada
        - Ela passa a sujeitar-se às exigências contidas no contrato, ao atingimento dos resultados pactuados e ao controle relativo à gestão dos bens e dos recursos públicos a ela concedidos
      - O Poder Público destina recursos e cobra o atingimento de metas na prestação de serviços de interesse público
    - **Contrato de Gestão**
      - Estabelece um **vínculo de parceria**
      - Envolve
        - i. Execução (compete à OS)
          - Programa de trabalho
          - Metas
          - Prazos de execução
          - Critérios objetivos de avaliação de desempenho
        - ii. Fomento (compete ao Poder Público)
          - Recursos orçamentários
          - Bens públicos
            - Dispensada licitação
            - Permissão de uso
          - Cessão especial de servidor

# PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS I

**Princípios Administrativos**

- **1. Supremacia do interesse público**
  - Princípio implícito
  - **a) Conceito**
    - Nas relações jurídicas em que o Estado atue como representante da sociedade, seus interesses prevalecem contra interesses particulares
    - Declara a superioridade do interesse da coletividade, determinando a prevalência dele sobre o particular
  - **b) Deve-se distinguir**
    - i. Interesse **primário** do Estado
      - Interesse público propriamente dito
      - Dimensão pública dos interesses individuais
    - ii. Interesse **secundário** do Estado
      - Interesses Individuais do Estado
      - Somente válidos quando instrumentais ao interesse público
  - **c) Consequências do princípio**
    - **PRERROGATIVAS**
      - **Presunção de legitimidade** e **veracidade** dos atos administrativos
      - **Poder de império** ou extroverso
      - **Autoexecutoriedade** dos atos administrativos
      - Outras
- **2. Indisponibilidade do interesse público**
  - Princípio implícito
  - **a) Conceito**
    - O interesse público, qualificado como próprio da coletividade, é indisponível, inapropriável
    - Na Administração Pública, os bens e interesses **não** estão à livre disposição da vontade do administrador
    - É a ordem legal que dispõe sobre a finalidade a que estão adstritos
  - **b) Consequências do princípio**
    - **SUJEIÇÕES**
      - **Princípio da legalidade**
      - Obrigatoriedade do **desempenho** da atividade pública
      - **Inalienabilidade dos direitos** concernentes a interesses públicos
      - Outras
- **3. Legalidade**
  - **Princípio constitucional expresso** (**CF, art. 37, *caput***)
  - **Maria Sylvia**
    - Para o **particular**
      - Significa **autonomia da vontade**
        - Pode fazer tudo o que a lei não proíbe
        - **CF, 5º, II**
          - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei
    - Para **Administração Pública**
      - Significa **vontade legal**
        - A Administração Pública só pode fazer o que a lei permite
  - **Hely Lopes**
    - Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal
    - Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza
  - **Celso Antônio**
    - É princípio específico do Estado de Direito
      - Fruto da submissão do Estado à lei
    - Surge como **decorrência** natural da **indisponibilidade do interesse público**
      - Os interesses públicos são definidos pelo Legislativo, que representa o povo
      - Submissão da função administrativa (atos concretos) à função legislativa (atos gerais, impessoais e abstratos)
- **4. Impessoalidade**
  - **Princípio constitucional expresso** (**CF, art. 37, *caput***)
  - **Maria Sylvia**
    - **a) Com relação à Administração Pública**
      - Os atos e provimentos administrativos são **imputados** ao órgão ou à entidade a que se vincula o agente público, não a ele próprio
      - **Teoria do órgão**
        - As pessoas jurídicas expressam sua vontade por meio dos seus órgãos
        - ✔ **Relação de IMPUTAÇÃO**
          - A atividade dos órgãos identifica-se e relaciona-se com a da entidade
    - **b) Com relação aos administrados**
      - Relacionado ao **princípio da finalidade**
        - É sempre o interesse público que deve nortear o comportamento da administração
        - Qualquer ato da Administração Pública deve zelar pelo interesse público, não pessoal
  - **Hely Lopes**
    - É o mesmo **princípio da finalidade**
      - Impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu **fim legal**
      - A finalidade tem sempre como objetivo certo e inafastável o interesse público
    - Está entrelaçado com o **princípio da igualdade**
      - Impõe à Administração tratar igualmente a todos que estejam na mesma situação fática e jurídica

# PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS II

## Princípios Administrativos

### 5. Moralidade

- **Princípio constitucional expresso** (**CF, art. 37, *caput***)
- **a) Conceito**
  - **Não** se trata da **moral comum**
    - Acepção **subjetiva**
  - Trata-se da **moral jurídica**
    - Acepção **objetiva**
    - Conjunto de **regras de conduta** tiradas da disciplina interior da Administração Pública
    - Moral interna da instituição, complementar à lei
    - Os atos devem ser, além de legais, honestos, e seguir os bons costumes e a boa administração
- **b) Teoria dos círculos concêntricos**
  - Antiga é a distinção entre moral e direito, ambos representados por círculos concêntricos, sendo o maior correspondente à moral e, o menor, ao direito

### 6. Publicidade

- **Princípio constitucional expresso** (**CF, art. 37, *caput***)
- **Regra**
  - Todos os atos devem ser públicos, garantindo a **transparência** estatal
- **Exceções ao princípio**
  - Devem ser legalmente previstas e também atenderem ao interesse público
  - **Ex.:**
    - Segurança Nacional — **CF, art. 5°, XXXIII**
    - Defesa da intimidade — **CF, art. 5°, LX**
- **Obs.:**
  - Publicação oficial dos atos externos da administração pública
    - É **requisito** de **eficácia**
    - **Não é** pressuposto de **validade**

### 7. Eficiência

- **Princípio constitucional expresso** (**CF, art. 37, *caput*** - inserido pela **EC 19/98**)
- Prega a **maximização de resultados** na atuação da Administração Pública, que deve ser rápida, útil, econômica

### 8. Razoabilidade e proporcionalidade

- Princípio constitucional implícito (**CF, art. 5°, LIV**)
- **a) Conceito**
  - O princípio conduz às ideias de
    - **i. Adequação**
      - Conduta apta a produzir os efeitos desejados
    - **ii. Necessidade**
      - Conduta dentro dos padrões normais de aceitabilidade
      - Inexistência de outro meio menos gravoso para alcançar o fim desejado
    - **iii. Proporcionalidade**
      - Ponderação entre
        - Meios empregados
        - Fins alcançados
- **b) Aplicação**
  - **Limitação à discricionariedade administrativa**
  - Ampliação do âmbito de apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário
    - Poder Judiciário aprecia se as restrições são
      - Adequadas
      - Justificadas pelo interesse público
  - Forma de controle do **excesso de poder**

### 9. Autotutela

- Cabe à Administração Pública rever seus próprios atos, **anulando** os ilegais e **revogando** os inconvenientes ou inoportunos
- É **controle interno**
  - Diferente da **tutela**, que é **controle externo** (sujeição exercida por outra pessoa)
- **a) Conceito**
  - É o poder que tem a Administração para rever seus próprios atos
- **b) Abrangência**
  - i. Aspecto de **legalidade** e **legitimidade**
    - Conduz a
      - Anulação
      - Convalidação
  - ii. Aspecto de **mérito**
    - Análise de conveniência e de oportunidade
    - Conduz a
      - Revogação
- **Súmula 437 STF**
  - A Administração pode **anular** seus próprios atos, quando eivados de **vícios** que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou pode **revogá-los**, por motivo de **conveniência** ou **oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial

### 10. Continuidade

- Princípio constitucional implícito (**CF, art. 175, IV**)
- **Conceito**
  - Estabelece a necessidade de que a Administração Pública não interrompa a prestação de seus serviços, pois são fundamentais e essenciais à coletividade
  - Para a **Lei 8.987/95**, **serviço adequado** é aquele que satisfaz, entre outras, as condições de continuidade

# PODERES ADMINISTRATIVOS I

**Poderes Administrativos**

- **1. Noções introdutórias**
  - **a) Conceito**
    - Prerrogativas concedidas pelo ordenamento jurídico à Administração Pública para consecução dos fins públicos
    - Decorrência direta do princípio da supremacia do interesse público
  - **b) Abuso de poder**
    - **Conceito**
      - i. Uso do poder
        - Prerrogativa especial concedida pelo Direito Público para consecução dos fins públicos
      - ii. Abuso de poder
        - Ocorre quando há **exercício ilegítimo** dessas prerrogativas
    - Modalidades de **ABUSO DE PODER**
      - i. Excesso de poder
        - Agente atua fora dos limites da sua **competência**
        - Vício no elemento **competência**
        - **Lei 4.717/65, art. 2°, "a"**
      - ii. Desvio de poder
        - Agente, embora dentro de sua órbita de competências, **afasta-se** do **interesse público**
        - Busca alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu, explícita ou implicitamente
        - Vício no elemento **finalidade**
          - **Desvio de finalidade**
        - **Lei 4.717/65, art. 2°, "e"**
- **2. Poder vinculado**
  - **a) Conceito**
    - É o poder de que dispõe a Administração Pública para prática de atos vinculados
    - Trata-se mais de um **dever** do que propriamente de um poder
  - **b) Ato vinculado**
    - A lei determina todos os **elementos necessários** à prática do ato
      - Competência
      - Finalidade
      - Forma
      - Motivo
      - Objeto
    - Não há margem de liberdade ao administrador (conveniência e oportunidade)
- **3. Poder discricionário**
  - **a) Conceito**
    - É o poder de que dispõe a Administração Pública para prática de atos discricionários
    - O Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, o poder para prática de atos administrativos com liberdade de escolha
    - **Mérito administrativo**
      - Liberdade de escolha
        - Conveniência
        - Oportunidade
  - **b) Elementos vinculados**
    - Competência
    - Finalidade
    - Forma
  - **c) Elementos discricionários**
    - Motivo
    - Objeto
  - **d) Controle exercido pelo Poder Judiciário**
    - Controle de **LEGALIDADE** e **LEGITIMIDADE**
      - Abrange elementos vinculados
      - Abrange elementos discricionários
        - Limitações impostas pelos princípios gerais do direito
      - Fundamento
        - Princípio da inafastabilidade da jurisdição
        - **CF, art. 5°, XXXV**
    - **Não** há controle de **MÉRITO**
  - **e) Controle exercido pela Administração Pública**
    - Controle de **LEGALIDADE** e **LEGITIMIDADE**
      - Abrange elementos vinculados
      - Abrange elementos discricionários
        - Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade (controle de legitimidade)
      - Fundamento
        - Princípio da autotutela
    - Controle de **MÉRITO**

# PODERES ADMINISTRATIVOS II

- **Poderes Administrativos**
  - **4. Poder Hierárquico**
    - **a) Conceito**
      - Poder de que dispõe a Administração Pública para
        - i. Distribuir e escalonar **funções**
        - ii. Ordenar e rever **atuação de seus agentes**
      - Está relacionado à própria forma de organização da função administrativa
      - **Hierarquia**
        - É a relação de subordinação existente entre órgãos e agentes da Administração Pública
        - **Relação de subordinação** consiste em
          - Distribuição de funções
          - Graduação da autoridade dos agentes
      - **Obs.:**
        - **Não** há hierarquia entre **diferentes pessoas jurídicas**
        - **Não** há hierarquia no **Judiciário** e **Legislativo**, nas suas funções próprias
          - Função jurisdicional (livre convicção do juiz)
          - Função legislativa
        - A relação existente entre a administração direta e as entidades da administração indireta é a **relação de VINCULAÇÃO**
          - Tutela administrativa
          - Controle finalístico
          - Supervisão
    - **b) Faculdades decorrentes do Poder Hierárquico**
      - **i. Ordenar**
        - Consequência
          - Dever de **obediência**
          - As determinações superiores devem ser fielmente cumpridas, **a menos que** sejam **manifestamente ilegais**
      - **ii. Controlar**
        - Consequência
          - **Manutenção** de atos válidos, convenientes e oportunos
          - **Revogação** de atos discricionários inconvenientes ou inoportunos
          - **Anulação** de atos ilegais
          - **Convalidação** de atos com defeitos sanáveis
      - **iii. Delegar**
        - **Ato discricionário**, revogável a qualquer tempo, no qual o agente originalmente competente (delegante) confere a outro agente (delegado) o exercício **temporário** de algumas atribuições
        - **Agente delegado**
          - **Não** precisa ser **hierarquicamente subordinado**
          - **Lei 9.784/99, art. 12**
      - **iv. Avocar**
        - Ato discricionário no qual o **superior hierárquico traz para si** o exercício temporário de atribuição de um subordinado
        - **Agente delegado**
          - Precisa ser **hierarquicamente subordinado**
          - **Lei 9.784/99, art. 15**
    - **Não confundir**
      - **i. Subordinação administrativa**
        - **Caráter interno**
          - Estabelecido entre órgãos de uma **mesma pessoa administrativa**
        - Decorre da **AUTOTUTELA**
      - **ii. Vinculação administrativa**
        - **Caráter externo**
          - Resulta do controle que pessoas federativas exercem sobre pessoas pertencentes à administração indireta
        - Decorre da **TUTELA**
  - **5. Poder Disciplinar**
    - **a) Conceito**
      - É a faculdade de
        - i. Punir internamente **infrações funcionais** dos seus servidores
        - ii. Punir **infrações administrativas** cometidas por pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública
    - **b) Características**
      - **i. Relação com poder hierárquico**
        - Poder disciplinar é correlato ao poder hierárquico, mas com ele **não se confunde**
        - Sanção disciplinar em agente público (**infração funcional**)
          - Decorrência direta do **poder disciplinar**
          - Decorrência indireta do **poder hierárquico**
        - Sanção por descumprimento de contrato administrativo (**infração administrativa**)
          - Há exercício do **poder disciplinar**
          - **Não** existe **relação hierárquica**
      - **ii. Decorre da supremacia especial**
        - A Administração Pública exerce **supremacia especial** sobre todos aqueles que a ela se vinculam por relações de qualquer natureza, subordinando-se às normas de funcionamento do serviço ou do estabelecimento que passam a integrar definitiva e transitoriamente
        - Decorre da supremacia especial
          - Vínculo jurídico específico
      - **iii. Não se confunde com o poder punitivo do Estado**
        - Função jurisdicional
          - Repressão de crimes e contravenções penais
        - Decorre da supremacia geral
      - **iv. Discricionariedade**
        - Quanto
          - À graduação da penalidade disciplinar
          - Ao enquadramento da conduta dentre as hipóteses previstas na lei (conceitos jurídicos indeterminados)
      - **v. Vinculação**
        - Quanto à
          - Apuração da responsabilidade (**Lei 8.112/90, arts. 143 e 144**)
          - Aplicação da pena cabível
        - Motivação
          - O ato de aplicação de penalidade deve ser motivado

# PODERES ADMINISTRATIVOS III

**Poderes Administrativos**

- **6. Poder Regulamentar**
  - **a) Conceito**
    - Prerrogativa conferida ao **chefe do Poder Executivo** para editar decretos e regulamentos para a fiel execução das leis (**CF, art. 84, IV**)
    - A competência para expedição dos decretos ou regulamentos de execução não é passível de delegação (**CF, art. 84, p. único**)
    - É espécie do gênero **poder normativo**
    - **Obs.:**
      - **Poder normativo**
        - Prerrogativa conferida à **Administração Pública** para editar atos normativos gerais e abstratos para complementar as leis e permitir sua efetiva aplicação
      - **Poder regulador**
        - Competência para
          - Regulamentação técnica
          - Mediante parâmetros previamente estabelecidos na lei
        - Âmbito
          - Atividades administrativas de alta complexidade técnica
  - **b) Formas de controle**
    - **i. Controle legislativo**
      - Decreto Legislativo
        - Susta atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (**CF, art. 49, V**)
    - **ii. Controle jurisdicional**
      - **Do decreto regulamentar**
        - Existência de lei
          - É ato normativo derivado
        - Controle de legalidade e legitimidade
      - **Do decreto autônomo**
        - Inexistência de lei
          - É ato normativo originário
        - Controle de constitucionalidade
          - (STF) 2 Pressupostos
            - Caráter Normativo
            - Caráter Autônomo
  - **c) Limites**
    - **Não** pode criar **direitos** e **obrigações**
      - Ato normativo extrapola os limites da lei
    - **Não** pode contrariar os comandos **legais**
      - Princípio da legalidade (**CF, art. 5°, II**)
- **7. Poder de Polícia**
  - **a) Conceito**
    - Faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar ou restringir o uso e o gozo de bens, direitos e atividades individuais em benefício da coletividade ou do Estado
  - **b) Incidência**
    - Incide sobre
      - **Bens**
      - **Direitos**
      - **Atividades**
    - **Não** incide sobre **PESSOAS**
    - **Obs.:**
      - **Polícia**
        - **Órgãos administrativos**
          - **Polícia administrativa**
            - Incide sobre bens, direitos e atividades
            - Incide no âmbito das infrações administrativas
        - **Órgãos de segurança (corporações especializadas)**
          - **Polícia de manutenção da ordem pública**
            - Incide diretamente sobre **pessoas**
          - **Polícia judiciária**
            - Incide no âmbito dos ilícitos penais
          - ✘ Não se trata do poder de polícia estudado no Direito Administrativo
  - **c) Atributos**
    - **i. Discricionariedade**
    - **ii. Autoexecutoriedade**
      - **Exceto** na cobrança de **multas**
    - **iii. Coercibilidade**
      - Não se aplica a todos os casos
  - **d) Meios de atuação**
    - **i. Expedição de normas limitadoras e sancionadoras da conduta**
      - Poder Legislativo estabelece, por lei, as limitações administrativas
        - Fixa
          - Condições
          - Requisitos
      - A Administração Pública expede **atos normativos**, regulamentares às leis
      - A Administração Pública expede **atos negociais** (de consentimento)
        - Outorga o **ALVARÁ**
          - **Alvará de licença**
            - Definitivo e vinculante
          - **Alvará de autorização**
            - Precário e discricionário
    - **ii. Fiscalização das atividade e bens sujeitos ao controle da Administração Pública**
      - Expedição de **atos punitivos** (sancionatórios)
        - Multa
  - **e) Competência**
    - Tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria

# ATOS ADMINISTRATIVOS - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

**Atos Administrativos**

- **1. Conceito**
  - Os atos administrativos são espécie do gênero **ato jurídico**
    - **ATO JURÍDICO**: Manifestação unilateral de vontade, **sem conteúdo negocial**, que determina a produção de efeitos **legalmente** previstos
  - **Hely Lopes**: Ato administrativo é toda **manifestação unilateral de vontade** da Administração Pública que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato **adquirir**, **resguardar**, **transferir**, **modificar**, **extinguir** e **declarar direitos** ou **impor obrigações** aos administrados ou a si próprio
  - **Maria Sylvia**: Declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário
  - **Elementos**
    - **i. Subjetivo**
      - I - Agentes da Administração Pública
        - **Ex.:** Servidores públicos
      - II - Delegatários
        - Concessionários e permissionários de serviço público
        - **Ex.:** Promoção expropriatória
    - **ii. Objetivo**
      - Produção de efeitos jurídicos com fim público
    - **iii. Regime jurídico**
      - Direito público
  - **Categorias de atos** existentes no exercício da **atividade pública**
    - i. Atos Legislativos
      - Elaboração de normas primárias
    - ii. Atos Judiciais
      - Aplicação das normas na solução de conflitos de interesse
    - **iii. Atos administrativos**
      - Aplicação das normas no caso concreto, na gestão dos interesses coletivos
- **2. Atos da Administração**
  - Na sua acepção mais ampla, **atos da administração** se referem a todos os atos praticados pela Administração Pública
  - Abrangem
    - **i. Atos jurídicos**
      - **I - De direito privado**
      - **II - De direito público**
        - **Atos administrativos**
    - **ii. Atos ajurídicos**
      - **I - Atos materiais**
        - São atos de mera execução de determinações administrativas
        - Não têm como conteúdo uma manifestação de vontade
        - **Ex.:** Construção de uma escola
      - **II - Atos de conhecimento, opinião, juízo e valor**

# CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

**Classificação dos Atos Administrativos**

- **1. Quanto à imperatividade**
  - **a) Atos de império**
    - Impostos ao particular, independentemente de seu consentimento
  - **b) Atos negociais**
    - Resultam do consentimento de ambas as partes (Administração Pública e particular)
    - **Ex.:** Licença, autorização, nomeação, exoneração a pedido
- **2. Quanto à formação da vontade**
  - **a) Simples**
    - Declaração de vontade de um único órgão
  - **b) Complexos**
    - Manifestação de vontade de dois ou mais órgãos
    - Vontades se fundem para formar **único ato** (requisito de **perfeição**)
    - Conjugação de vontades
      - Vontades **autônomas**
  - **c) Compostos**
    - Manifestação de vontade de dois ou mais órgãos
    - **Dois atos**
      - **Principal**
        - **Autônomo** (determina o **conteúdo** do ato)
      - **Acessório**
        - **Instrumental** (**autoriza** o ato, ou lhe confere **eficácia**)
- **3. Quanto aos destinatários**
  - **a) Gerais**
    - **Destinatários**
      - Incertos
      - Indeterminados
    - Atingem quantidade indeterminada de pessoas que se encontram na mesma situação fática
    - Atos **normativos**
      - **Ex.:** Regulamentos, portarias
  - **b) Individuais**
    - **Destinatários**
      - Certos
      - Determinados
    - Atinge destinatários individualizados, definidos, mesmo coletivamente
    - Atos **concretos**
      - Produzem efeito jurídico no caso concreto
      - **Ex.:**
        - Nomeação
        - Licença
        - Autorização
- **4. Quanto à exequibilidade**
  - **a) Perfeito**
    - Completou ciclo de formação
    - Está em condições de produzir efeitos
  - **b) Imperfeito**
    - Não completou ciclo de formação
    - **Ex.:** Ausência de homologação
  - **c) Pendente**
    - **Perfeito**, mas sujeito a **condição** ou **termo** para que produza efeitos
  - **d) Consumado**
    - Já exauriu seus efeitos
- **5. Quanto aos efeitos**
  - **a) Constitutivo**
    - É aquele em que a Administração cria, modifica ou extingue direitos
    - **Ex.:** Permissão, autorização
  - **b) Declaratório**
    - É aquele em que a Administração apenas reconhece direito existente
    - **Ex.:** Licença
  - **c) Enunciativo**
    - Atesta ou reconhece situação de fato ou de direito
    - Encerra juízo, conhecimento, opinião
    - Meros atos administrativos
- **6. Quanto à validade e existência**
  - **a) Válido**
    - É o que está em total conformidade com o ordenamento jurídico
  - **b) Nulo**
    - Afetado de **vício insanável**
      - Infringência à lei
      - Infringência aos princípios do direito público
    - **Teoria das nulidades**
      - Sistema dicotômico (teoria dualista)
      - **i. Atos nulos**
        - Nulidade **absoluta**
        - Vício **insanável**
          - **Não** pode ser **convalidado**
      - **ii. Atos anuláveis**
        - Nulidade **relativa**
        - Pode ser **convalidado**
        - Vício **sanável**
          - **Competência** não exclusiva
          - **Forma** não essencial
  - **c) Inexistente**
    - Apenas tem aparência de manifestação regular da Administração
    - Não chega a se aperfeiçoar como ato administrativo
    - Equipara-se aos atos nulos e se subordina às mesmas regras de invalidação
    - **Ex.:** Ato praticado por usurpador de função pública

# REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS I

**Requisitos do Ato Administrativo**

- **1. Competência**
  - **a) Conceito**
    - Poder legal para prática do ato
  - **b) Distribuição de competência**
    - **i. Entes políticos**
      - Dotados de personalidade jurídica
        - São titulares de direitos e obrigações
      - Constituição Federal - CF
        - Define as competências de cada ente político
        - **CF, art. 21**
    - **ii. Órgãos administrativos**
      - São centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais
      - Exercem as funções que competem aos entes políticos
      - Lei
        - Determina a competência
        - **CF, art. 61, § 1º, II c/c art. 84, VI, "a"**
    - **iii. Agentes**
      - Normas administrativas de caráter interno distribuem a competência fixada inicialmente para o órgão no qual atuam
  - **c) Características**
    - **i. Decorre sempre de lei**
    - **ii. Intransferível**
    - **iii. Imodificável pela vontade do agente**
    - **iv. Imprescritível**
      - O não exercício da competência, não importando por quanto tempo, não a extingue
    - **v. Irrenunciável**
      - **Salvo autorização legal**
      - **Lei 9.784/99, art. 2°, parágrafo único, II**
    - **vi. Delegação**
      - Princípio da administração pública
      - Para órgão hierarquicamente subordinado ou não
      - Revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
      - **Vedada** a **delegação**
        - I - Atos normativos
        - II - Decisão de recursos administrativos
        - III - Competência exclusiva
      - **Lei 9.784/99, arts. 12-14**
    - **vii. Avocação**
      - Caráter excepcional e motivos relevantes, devidamente justificados
      - Somente para órgão hierarquicamente subordinado
      - **Lei 9.784/99, art. 15**
- **2. Finalidade**
  - **a) Sentido amplo**
    - Interesse público
    - Defeito
      - Desvio de finalidade genérico
  - **b) Sentido estrito**
    - Fim legal, especificado na lei
    - Defeito
      - Desvio de finalidade específico
      - **Ex.:** Remoção como forma de punição
- **3. Forma**
- **4. Motivo**
- **5. Objeto**

# REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS II

**Requisitos do Ato Administrativo**

- **1. Competência**
- **2. Finalidade**
- **3. Forma**
  - **a) Conceito**
    - Revestimento **exteriorizador** do ato administrativo
  - **b) Doutrina**
    - **Hely Lopes**
      - Distingue
        - **Forma**
          - Revestimento material do ato
        - **Procedimento**
          - Conjunto de operações exigidas para perfeição do ato
    - **Maria Sylvia**
      - **Concepção restritiva**
        - **Exteriorização do ato**
          - Modo pelo qual a declaração se exterioriza
        - **Ex.:** Escrita, verbal, decreto, portaria
      - **Concepção ampla**
        - Abrange
          - **i. Exteriorização do ato**
          - **ii. Procedimento**
            - Formalidades que devem ser observadas durante o processo de formação da vontade da administração
          - **iii. Publicidade**
      - **Obs.:**
        - O aspecto formal constitui **garantia jurídica** para o administrado e para a própria Administração, pois possibilita o controle do ato
        - **Aspecto formal**
          - Observância
            - Forma
            - Procedimento
      - **Classificação**
        - **i. Essencial**
          - Observância obrigatória
          - Afeta a **validade do ato**
            - Inobservância torna o ato nulo
            - Garantia de respeito aos direitos individuais
          - **Ex.:** Decreto que declara imóvel como de interesse social (**CF, art. 184**)
        - **ii. Não essencial**
  - **c) Motivação**
    - **Definição**
      - Referente à **exposição dos motivos** do ato administrativo
      - A motivação é **elemento formalístico** do ato administrativo
    - **Requisitos**
      - Deve conter
        - **i. Regra de Direito**
          - Pressupostos de Direito
          - Fundamento jurídico
        - **ii. Fatos**
          - Pressupostos de fato
        - **iii. Relação de pertinência lógica**
    - **Modalidades**
      - **i. Contextual**
        - Motivo contido no próprio ato
      - **ii. Aliunde**
        - Motivo expresso fora do ato
    - **Lei 9.784/99, art. 50**
- **4. Motivo**
  - **a) Definição**
    - **C. A. Bandeira de Mello**
      - É o pressuposto de fato que autoriza ou exige a prática do ato
      - Pode ser previsto em lei ou não
    - **Diogenes Gasparini**
      - Circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo
  - **b) Motivo de fato**
    - Situação objetiva, real, empírica
      - Mundo dos fatos (plano da existência)
    - **Ex.:** Construção irregular pode ensejar a edição de um ato administrativo (embargo)
  - **c) Motivo de direito**
    - Previsão abstrata de uma situação fática (norma jurídica)
    - **Diogenes Gasparini**
      - O motivo pode estar ou não na lei
      - Se o motivo de direito for constante da lei, a prática do ato dependerá da efetiva ocorrência da situação prevista
    - **Ex.:** Demissão de servidor por acumulação ilegal de cargos (**Lei 8.112/90, art. 133, § 6°**)
  - **d) Teoria dos motivos determinantes**
    - Os fatos que serviram de suporte à sua decisão integram a **validade** do ato
    - O ato somente será válido se os motivos enunciados efetivamente aconteceram
- **5. Objeto**
  - É o **EFEITO JURÍDICO IMEDIATO** que o ato produz

# ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

**Atributos dos Atos Administrativos**

- **1. Presunção de Legitimidade**
  - Decorrência do **princípio da legalidade**
    - Se a atuação administrativa ocorre somente quando autorizada por lei, há de se presumir serem legítimos seus atos
  - **a) Presunção de legitimidade em sentido estrito**
    - **ATO**
    - Refere-se ao próprio ato
    - Conformidade com a lei + interesse público
  - **b) Presunção de veracidade**
    - **FATO**
    - Refere-se aos **fatos** alegados pela Administração Pública
      - Presumem-se verdadeiros
    - **Efeitos**
      - i. Enquanto não decretada invalidade, o ato produzirá efeitos e deve ser cumprido
      - ii. Presunção relativa (*juris tantum*)
        - **Regra**
          - A Administração Pública não necessita comprovar a validade / conformidade do ato com o Direito
          - Cabe ao administrado o ônus da prova
          - Inversão do ônus da prova
        - **Exceção**
          - **Lei 8.666/93, art. 113**
          - Relativamente aos órgãos de controle
          - Cabe à Administração Pública a comprovação da legalidade e da regularidade da **despesa**
- **2. Imperatividade**
  - Qualidade de se **impor** a terceiros, **independentemente da vontade do administrado**
  - **Impor**
    - Cria uma obrigação
    - **Poder extroverso**
  - **Não é absoluta**
    - Não existe em atos que outorguem direitos
      - **Ex.:**
        - Permissão
        - Autorização
- **3. Autoexecutoriedade**
  - Qualidade de **compelir** materialmente o administrado, **independentemente de ordem judicial**
  - **Executar**
    - Meios **diretos** de coerção
  - **Decorre**
    - i. Autorização expressa
      - Lei
    - ii. Autorização implícita
      - Situação indispensável a garantia do interesse público
        - Urgência
      - **Ex.:** Ato de demolição de prédio que ameaça ruir
- **4. Exigibilidade**
  - Qualidade de **exigir**
    - Impele o destinatário à obediência de obrigações impostas
  - **Exigir**
    - Meios **indiretos** de coerção
    - Descumprimento
      - Sanção
      - **Ex.:** Multa
- **5. Tipicidade**
  - Atributo pelo qual o ato deve corresponder a **figuras previamente definidas em lei**
  - Decorrência do **princípio da legalidade**
    - **Administração Pública**
      - Vontade legal (autorizada)
    - **Particular**
      - Autonomia da vontade
  - Representa uma garantia para o administrado

# ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS I

**Espécies de Atos Administrativos**

- **1. Normativos**
  - Os **atos normativos** contêm determinações **gerais**, **impessoais** e **abstratas**
  - **a) Decreto**
    - **i. Normativo / Geral**
      - I - Independente ou autônomo — **CF, art. 84, VI**
      - II - Regulamentar ou de execução — **CF, art. 84, IV**
    - **ii. Específico / Individual**
      - **Não é ato normativo**
      - Ato de efeito concreto, pois provê situações particulares
      - **Ex.:**
        - Nomeação e exoneração
        - Desapropriação
  - **b) Regimento**
    - Atos administrativos normativos de atuação **interna**
    - Se destinam a reger o funcionamento de órgãos e corporações legislativas
  - **c) Instrução normativa**
    - Expedidos por Ministros de Estado para execução das leis, regulamentos e decretos
    - **CF, art. 87, II**
  - **Obs.:** Outros exemplos: Resoluções, deliberações e portarias
- **2. Ordinatórios**
  - Disciplinam o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes
    - Emanam do **poder hierárquico**
    - Abrangência **interna**
  - **Ex.:** Instruções, circulares, avisos, portarias, ordens de serviço, despacho
- **3. Enunciativos**
  - São aqueles pelo qual a Administração apenas atesta ou reconhece determinada situação de fato ou de direito (declara o que já existe)
  - **a) Parecer**
    - **i. Facultativo**
      - Solicitação a critério da Administração
      - **Caráter opinativo** — Autoridade não está vinculada ao seu teor ( ✘ **não é ato administrativo**)
    - **ii. Obrigatório**
      - Lei exige como pressuposto para prática do ato
      - Obrigatoriedade quanto à solicitação
      - **Caráter opinativo** — Autoridade não está vinculada ao seu teor ( **não é ato administrativo**)
    - **iii. Vinculante**
      - Administração é obrigada a solicitá-lo e a acatar sua decisão
      - **Perdem o caráter opinativo** — É **ato administrativo**
      - **Ex.:**
        - Junta médica oficial
        - **Lei 8.112/90, art. 25, I**
  - **b) Certidão**
    - Declaração de conhecimento
  - **c) Apostila**
    - Enunciam ou declaram situação anterior criada por lei
  - ⚠ **Obs.:** Doutrina
    - Os atos enunciativos de **caráter opinativo** são **meros atos administrativos**, pois encerram juízo, conhecimento ou opinião e não manifestação de vontade produtora de efeitos jurídicos
    - **Não são atos administrativos** propriamente ditos e puros

# ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS II

- **Espécies de Atos Administrativos**
  - **4. Negociais**
    - Declaração da vontade do Poder Público coincidente com a pretensão do particular
    - **Não** possuem o ATRIBUTO DE **IMPERATIVIDADE**
      - **Interesse recíproco** da Administração e do administrado
    - **a) Licença**
      - Ato administrativo **vinculado** e **definitivo**, pelo qual o Poder Público, verificando que o interessado atendeu todas as exigências legais, faculta-lhe:
        - i. O desempenho de atividades
        - ii. A realização de fatos materiais antes vedados ao particular
      - **Características**
        - **i. Vinculado**
          - Lei estabelece os requisitos para sua formação
          - Direito individual do requerente
          - **Ato declaratório** de direito
        - **ii. Definitivo**
          - Praticado em face de um direito individual do requerente
      - **Ex.:** Licença para o exercício de profissão, alvará para construção de uma obra
    - **b) Autorização**
      - Ato administrativo **discricionário** e **precário**, por meio do qual o Poder Público torna possível ao pretendente
        - i. A realização de certa atividade, serviço
        - ii. A utilização de determinados bens particulares ou públicos
        - Interesse
          - Exclusivo ou predominante interesse do pretendente
      - **Características**
        - **i. Discricionário**
          - Conforme critérios de **conveniência** e **oportunidade**
          - Surge de uma **liberalidade** da Administração Pública
          - **Não** há **direito subjetivo** a sua obtenção
          - **Ato constitutivo**
        - **ii. Precário**
          - Podem ser revogados a qualquer tempo
      - **Hipóteses**
        - **i. Ato de polícia administrativa**
          - **Atividade privada** que necessita de consentimento público
          - **Ex.:**
            - Porte de arma
            - Produção e comércio de material bélico
        - **ii. De uso de bem público**
          - Faculta ao particular a utilização de um bem público
          - **Ex.:** Utilização de vias públicas para feiras livres
        - **iii. De serviço público**
          - Delega ao particular a exploração de serviço público, a título precário
          - **Ex.:** Autorização para prestação de serviço de táxi
    - **c) Permissão**
      - **Uso de bem público**
        - Ato administrativo **discricionário** e **precário**, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa de bem público
        - Interesses concorrentes do permitente, do permissionário e do público
      - **Permissão de serviços públicos**
        - **Não é ato administrativo**
        - **Contrato administrativo** (**Lei 8.987/95**)
  - **5. Punitivos**
    - Visam **punir** e **reprimir** infrações administrativas
    - **a) De atuação externa**
      - i. Multa
      - ii. Interdição de atividade
      - iii. Destruição de coisa
    - **b) De atuação interna**
      - Visam à disciplina dos servidores
      - Conforme estabelecido no regime jurídico a que estão sujeitos

# ATOS DISCRICIONÁRIOS E VINCULADOS

**Atos Discricionários e Vinculados**

- **1. Ato Discricionário**
  - **a) Discricionariedade**
    - Liberdade dentro da lei
  - **b) Mérito administrativo**
    - Poder conferido pela lei ao agente público para que ele decida sobre a **conveniência** e **oportunidade** de praticar determinado ato discricionário
      - Valoração dos **motivos**
      - Escolha do **objeto**
    - **i. Conveniência**
      - Relacionada à utilidade do ato
      - Interesse público
    - **ii. Oportunidade**
      - Relacionada ao momento
  - **c) Elementos**
    - **i. Vinculados**
      - **I - Competência**
      - **II - Finalidade**
      - **III - Forma**
        - Quando exigida por lei
        - **Ex.:** Declaração de imóvel de interesse social para fins de reforma agrária
          - Forma: Decreto
          - **CF, art. 184, § 2°**
    - **ii. Discricionários**
      - **I - Motivo**
        - I - Lei não define o motivo
          - **Ex.:** Exoneração *ad nutum*
        - II - Utilização de conceitos jurídicos indeterminados
          - **Ex.:** Penas expulsivas
            - Insubordinação grave e conduta escandalosa
          - **Obs.:** Carvalho Filho entende que a discricionariedade não pressupõe imprecisão de sentido
      - **II - Objeto**
  - **d) Hipóteses**
    - **i. Expresso na lei**
      - **Ex.:**
        - Reversão no interesse da Administração (**Lei 8.112/90, art. 25**)
        - Remoção *ex officio* e a critério da Administração
    - **ii. Lei é omissa**
    - **iii. Lei prevê determinada competência, mas não estabelece a conduta**
      - **Ex.:** Matérias afetas ao poder de polícia
  - **e) Controle dos atos discricionários**
    - **i. Poder Judiciário**
      - **Controle de legalidade**
        - Verifica a conformidade com a lei dos elementos **competência**, **finalidade** e **forma**
      - **Controle de legitimidade**
        - Verifica se o **motivo** e o **objeto** do ato estão em conformidade com os princípios do Direito Administrativo, em especial o da razoabilidade e da proporcionalidade
    - **ii. Administração Pública**
      - Controle amplo
        - Controle de **legalidade**
        - Controle de **legitimidade**
        - Controle de **mérito**
- **2. Ato Vinculado**
  - **a) Vinculação**
    - Situação de fato delineada na norma legal
      - Tipificação legal
      - Não existe apreciação subjetiva
      - Não há margem de liberdade para decidir ou agir
  - **b) Elementos**
    - Lei define todos os elementos
  - **c) Consequência**
    - Direito subjetivo do administrado
  - **Ex.:** Outorga de licença para construir
- **3. Perfeição, validade e eficácia**
  - **a) Perfeito**
    - Ato completo ou formado
    - Completou seu ciclo de formação
  - **b) Válido**
    - Conformidade com o ordenamento jurídico
  - **c) Eficaz**
    - Apto a produzir efeitos jurídicos
    - **Não sujeito a**
      - **Condição**
        - Evento futuro e **incerto** que subordina a eficácia do ato
      - **Termo**
        - Evento futuro e **certo** que subordina a eficácia do ato
      - **Ato de Controle**
        - Aprovação, homologação

# FORMAS DE EXTINÇÃO E VÍCIOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

- **Formas de Extinção e Vícios**
  - **1. Formas de extinção**
    - **a) Cumprimento dos efeitos**
      - i. Esgotamento do efeito jurídico
        - **Ex.:** Gozo de férias
      - ii. Execução material
        - **Ex.:** Execução de ordem de demolição de casa
      - iii. Implemento de **condição resolutiva** ou **termo final**
    - **b) Desaparecimento**
      - **i. Sujeito**
        - **Ex.:** Morte de servidor extingue a nomeação
      - **ii. Objeto**
    - **c) Retirada**
      - Poder público emite ato com efeito extintivo
      - **i. Revogação**
        - **Conceito**
          - Desfazimento de ato administrativo **discricionário** e **válido**, por razões de **oportunidade** e **conveniência**
          - Decorre da **autotutela**
        - **Motivo**
          - Interesse público
            - Ato tornou-se inconveniente e inoportuno
        - **Efeito**
          - Não retroativo (*ex nunc*)
      - **ii. Anulação**
        - **Conceito**
          - Desfazimento do ato administrativo por razões de **ilegalidade**
          - Decorre da **autotutela**
        - **Motivo**
          - Princípio da legalidade estrita
            - Dever de anular atos ilegais
        - **Efeito**
          - Retroativo (*ex tunc*)
        - **Teoria das nulidades**
          - Teoria dualista
          - **I - Ato nulo**
            - Nulidade **absoluta**
            - **Defeito insanável**
          - **II - Ato anulável**
            - Nulidade **relativa**
            - Pode ser **convalidado**
            - Defeito **sanável**
      - **iii. Cassação**
        - Destinatário do ato administrativo descumpriu condições
        - Ilegalidade na execução
      - **iv. Caducidade**
        - Retirada ato administrativo porque sobreveio norma jurídica
      - **v. Contraposição**
        - Emissão de ato contraposto (ato posterior contrário ao ato inicial)
        - **Ex.:** Nomeação e exoneração
  - **2. Vícios do ato**
    - **a) Competência**
      - **i. Incompetência**
        - **I - Usurpação de função**
          - Crime
          - Prática de ato sem investidura no cargo, emprego ou função
        - **II - Excesso de poder**
          - Espécie de abuso de poder
          - Agente excede limites da competência
        - **III - Função de fato**
          - Investidura irregular no cargo, emprego ou função
          - Aparência de legalidade
      - **ii. Incapacidade**
        - **I - Impedimento**
          - Presunção absoluta de incapacidade
          - Autoridade tem dever de comunicar
          - **Lei 9.784/99, art. 18**
        - **II - Suspeição**
          - Presunção relativa de incapacidade
          - Deve ser arguida pelo interessado
          - **Lei 9.784/99, art. 20**
    - **b) Finalidade**
      - Desvio de finalidade
        - Espécie de abuso de poder
        - **i. Amplo**
          - Interesse público
        - **ii. Restrito**
          - Lei
          - **Ex.:** Remoção *ex offício* com objetivo de punir
    - **c) Forma**
    - **d) Motivo**
      - i. Inexistência / falsidade do motivo
      - ii. Falta de congruência entre
        - Motivo
        - Resultado do ato
    - **e) Objeto**
      - **Deve ser**
        - **i. Lícito**
          - **Vício: ilicitude**
        - **ii. Possível**
          - **Vício: impossibilidade**
        - **iii. Moral**
          - **Vício: imoralidade**
        - **iv. Determinado**
          - **Vício: incerteza**
    - **Lei 4.717/65, art. 2º**

# LICITAÇÕES

**Licitações**

- **1. Conceito**
  - Licitação é um procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a **proposta mais vantajosa** para o contrato
  - Decorre diretamente do
    - i. Princípio da **legalidade**
    - ii. Princípio da **indisponibilidade do interesse público**
    - } Sujeições
- **2. Finalidade da licitação** } **Lei 8.666/93, art. 3°**
  - i. Selecionar a **proposta mais vantajosa** para a Administração
    - melhor relação
      - **Custo** — Onerosidade
      - **Benefício** — Qualidade
  - ii Assegurar a observância do princípio constitucional da **isonomia**
    - Competição
  - iii. Promover o **desenvolvimento nacional sustentável**
- **3. Abrangência**
  - Refere-se a quem se submete à legislação de licitação pública (**abrangência subjetiva**) e para quais hipóteses (**abrangência objetiva**)
  - **a) Objetiva (o que)**
    - **C.A.S.O** } **CF, art. 37, inc. XXI**
      - **C**ompras
      - **A**lienações
      - **S**erviços
      - **O**bras
    - **Locações** — **Lei 8.666/93, art. 1°**
    - **Concessões e permissões**
      - i. De uso de bens públicos
      - ii. De serviço público
        - Aplicação subsidiária da **Lei 8.666/93** (casos que não conflitem com a legislação específica) — **Lei 8.666/93, art. 124**
        - Legislação específica
          - **Lei 8.987/95**
          - **Lei 11.079/04**
  - **b) Subjetiva (quem)**
    - **i. Administração direta**
    - **ii. Administração indireta**
    - ⚠ **Obs.:**
      - I - **Repartições** sediadas no **exterior** devem observar:
        - 1. **Peculiaridades locais**; e
        - 2. Os **princípios básicos** da Lei 8.666/93, na forma de **regulamentação específica**
        - **Lei 8.666/93, art. 123**
      - II - Empresa pública e sociedade de economia mista **exploradoras de atividade econômica**
        - **TCU**
          - **Regra**
            - Submetem-se à **Lei 8.666/93**, enquanto não editado o estatuto jurídico previsto no **art. 173, § 1º, da CF**
          - **Ressalva**: Podem prescindir da Lei 8.666/93
            - 1. Para contratações de bens e serviços que constituam sua **atividade-fim**
            - 2. Nos casos em que a lei constitua **óbice intransponível** à **atividade negocial** da estatal
        - **STF**
          - Petrobrás
            - Utiliza o Regulamento de Procedimento Licitatório Simplificado
          - **Decreto 2.745/98** c/c **art. 67 da Lei 9.478/97**
      - III - Entidades paraestatais
        - **Não** integram a **Administração Pública** em sentido formal
        - **Não** se sujeitam à **Lei 8.666/93**
        - Mas devem seguir os **princípios** da Administração Pública para a contratação
  - **c) Normas**
    - **CF, art. 22, XXVII**
    - **CF, art. 37, XXI**
    - **CF, art. 173, § 1°, III**
    - **Lei 8.666/93**
    - **Lei 10.520/02**

# PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

**Princípios da Licitação**

- **1. Legalidade**
  - **Hely Lopes**
    - Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal
    - Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, na **administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza**
  - **Maria Sylvia**
    - **Particular**
      - Autonomia da vontade
        - Pode fazer tudo o que a lei não proíbe
        - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (**CF, art. 5°, II**)
    - **Administração pública**
      - Vontade legal
        - A Administração Pública só pode fazer o que a lei permite (**CF, art. 37, *caput***)
- **2. Impessoalidade**
  - O princípio impõe ao administrador a busca do **interesse público**
  - Intimamente ligado aos **princípios da isonomia** e do **julgamento objetivo**
    - Todos os licitantes devem ser tratados igualmente, em termos de direitos e obrigações
- **3. Igualdade (isonomia)**
  - Princípio constitucional expresso (**CF, art. 37, XXI**)
  - Veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de licitantes em detrimento dos demais
    - Vedação a discriminações injustificadas
    - Tratamento igualitário aos semelhantes
  - Implícito ao princípio da **competitividade**
    - É vedado cláusulas e condições que frustrem o caráter competitivo da licitação
    - Admissibilidade de critérios de habilitação que visem a garantir a adequada execução do objeto licitado
  - **Obs.:**
    - i. Em igualdade de condições, como **critério de desempate**, é assegurada a preferência:
      - i. Bens e serviços produzidos no país
      - ii. Bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras
      - iii. Bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país
      - **Lei 8.666/93, art. 3°, § 2°**
    - ii. Procedimentos licitatórios nos quais pode-se estabelecer **margens de preferência**
      - **I - Margem básica**
        - Para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras
        - **Obs.:** A margem básica é extensível aos bens e serviços originários dos Estados-Partes do Mercosul
      - **II - Margem adicional**
        - Para produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país
      - **Obs.:**
        - Tais margens não podem ultrapassar o montante de 25% sobre o preço dos respectivos produtos ou serviços
        - **Lei 8.666/93, art. 3°, §§ 5° a 12**
    - iii. Preferência na contratação de **microempresas** e **empresas de pequeno porte** (**LC 123/06, art. 44**)
- **4. Moralidade**
  - Conduta pautada na **moral jurídica**
    - Conjunto de regras de conduta, tiradas da disciplina interior da Administração
  - Exigência de atuação ética dos agentes da Administração durante todo o procedimento licitatório
- **5. Publicidade**
  - Os atos do procedimento licitatório serão **públicos**
    - **Salvo** quanto ao **SIGILO DAS PROPOSTAS**, até a respectiva abertura
  - Requisito de **eficácia** do contrato (**Lei 8.666/93, art. 61**)
- **6. Adjudicação compulsória**
  - **Conceito**
    - **Adjudicar** significa entregar o objeto da licitação ao vencedor
    - O princípio impede que a Administração, concluído o procedimento, atribua o objeto da licitação a outrem que não o vencedor
  - **Cuidado**
    - O princípio **não obriga** a Administração a convocar o vencedor para celebrar o contrato
    - Possíveis consequências da licitação
      - i. Revogação do certame
        - Existência de justa causa superveniente
      - ii. Anulação do certame
        - Existência de vício de legalidade
      - iii. Celebração do contrato
- **7. Vinculação ao instrumento convocatório**
  - **Instrumento convocatório** da licitação
    - Edital ou carta-convite
    - É "**a lei interna da licitação**"
  - Vincula aos seus termos tanto os licitantes como a administração que o expediu
- **8. Julgamento objetivo**
  - A apreciação das propostas ocorre segundo **critérios objetivos**, claros e definidos no instrumento convocatório
- **9. Competição**
  - O princípio impõe o dever de ampliação do acesso dos interessados ao certame
  - É vedado cláusulas e condições que frustrem o caráter competitivo da licitação

# ALIENAÇÃO DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Alienação de Bens**

- **1. Bens imóveis**
  - **a) Administração direta, autarquias e fundações públicas**
    - **Requisitos**
      - i. Interesse público devidamente justificado
      - ii. Avaliação prévia
      - iii. **Autorização legislativa**
    - **Modalidade**
      - **Concorrência**
      - Ressalvadas as hipóteses de **licitação dispensada**
    - **Lei 8.666/93, art. 17, I**
  - **b) Empresas públicas e sociedades de economia mista**
    - **Requisitos**
      - i. Interesse público devidamente justificado
      - ii. Avaliação prévia
      - ⚠ **Obs.:** **Não** há exigência de **autorização legislativa**
    - **Modalidade**
      - **Concorrência**
      - Ressalvadas as hipóteses de **licitação dispensada**
    - **Lei 8.666/93, art. 17, I**
  - **c) Bens adquiridos de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento**
    - Envolve bens imóveis de qualquer **órgão** ou **entidade** da Administração Pública adquiridos por:
      - i. **Procedimentos judiciais**
      - ii. **Dação em pagamento**
    - **Requisitos**
      - i. Avaliação dos bens alienáveis
      - ii. Comprovação da necessidade ou utilidade da alienação
      - ⚠ **Obs.:** **Não** há exigência de **autorização legislativa**
    - **Modalidade**
      - **Concorrência**; ou
      - **Leilão**
    - **Lei 8.666/93, art. 19**
- **2. Bens móveis**
  - **a) Abrangência**
    - Envolve bens móveis de qualquer **órgão** ou **entidade** da Administração Pública
  - **b) Requisitos**
    - i. Interesse público devidamente justificado
    - ii. Avaliação prévia
    - ⚠ **Obs.:** **Não** há exigência de **autorização legislativa**
  - **c) Modalidade**
    - i. Para venda de bens móveis avaliados em quantia **não superior** a R$ 650.000,00
      - **Leilão**
    - ii. Para os demais casos
      - A lei **não** estabelece modalidade específica de licitação
      - Ressalvadas as hipóteses de **licitação dispensada**

# CONTRATAÇÃO DIRETA

**Contratação Direta**

- **1. Noções gerais**
  - **Regra geral**
    - Exige-se **licitação** prévia para contratações da Administração Pública
    - Decorrência do princípio da **indisponibilidade do interesse público**
  - **Exceção**
    - Há situações em que a licitação torna-se **impossível** ou **inadequada** para a realização das funções estatais
    - Para esses casos, a CF prevê (**art. 37, XXI**) a possibilidade de **contratação direta**, hipóteses em que a licitação **não ocorrerá** ou **poderá não ocorrer**
  - Espécies de **contratações direta**
    - i. **Inexigibilidade**
    - ii. **Dispensa**
      - I - Licitação **DISPENSADA**
      - II - Licitação **DISPENSÁVEL**
    - As hipóteses de contratação direta **não se aplicam** às **CONCESSÕES** e **PERMISSÕES** de serviço público
- **2. Inexigibilidade**
  - A licitação é **INEXIGÍVEL** nas hipóteses em que haja **INVIABILIDADE jurídica de competição** (licitação é juridicamente impossível)
  - Rol exemplificativo
    - **Lei 8.666/93, art. 25**
  - **Hipóteses**
    - **i. Aquisições**
      - Fornecedor exclusivo
      - **Vedada** preferência de **MARCA**
    - **ii. Contratação de serviço técnico profissional especializado (STPE)**
      - **Requisitos**
        - i. **Serviço técnico profissional especializado** (STPE)
        - ii. **Natureza singular** do objeto
        - iii. **Notória especialização** do contratado
      - **Vedado** para serviços de **PUBLICIDADE** e **DIVULGAÇÃO**
    - **iii. Contratação de profissional do setor artístico**
      - Diretamente ou por meio de empresário exclusivo
      - Deve ser artista consagrado
        - Pela crítica especializada; ou
        - Pela opinião pública
- **3. Dispensa**
  - A **DISPENSA** de licitação ocorre nas hipóteses previstas na lei, quando haja **VIABILIDADE jurídica de competição** (licitação é juridicamente possível)
  - **a) Licitação DISPENSADA**
    - São hipóteses **vinculadas**
      - O administrador **DEVE** dispensar
    - Trata-se de dispensa de licitação para **alienações**
      - Rol exaustivo (**Lei 8.666/93, art. 17**)
    - **Alienação**
      - É a transferência voluntária do domínio de um bem ou direito
  - **b) Licitação DISPENSÁVEL**
    - São hipóteses **discricionárias**
      - O administrador **PODE** dispensar
      - Conforme critérios de **conveniência** e **oportunidade**
    - Rol exaustivo
      - **Lei 8.666/93, art. 24**
    - **Ver Mapa Mental "Principais Casos de Licitação Dispensável"**
- **4. Requisitos**
  - Os processos de dispensa e inexigibilidade devem conter:
    - **Lei 8.666/93, art. 26**
    - i. Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso
    - ii. Razão da escolha do fornecedor ou executante
    - iii. Justificativa do preço
    - iv. Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados
  - É obrigatória a **motivação** do ato administrativo que decida sobre a dispensa ou a inexigibilidade de licitação
    - **Lei 9.784/99, art. 50, IV**

# PRINCIPAIS CASOS DE LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

**Licitação Dispensável**

- **1. Obras, serviços e compras de pequeno valor**
  - **i. Obras e serviços de engenharia**
    - Valor até 10% convite (**15 mil reais**)
  - **ii. Outros serviços e compras**
    - Valor até 10% do convite (**8 mil reais**)
  - **Limite de 20% do convite**
    - Consórcio público
    - Sociedade de economia mista
    - Empresa pública
    - Agência executiva
    - Lei 8.666/93, art. 24, parágrafo único
  - **Vedado fracionamento de despesa**
    - Configura falta de planejamento a dispensa de licitação para contratações/aquisições de **mesma natureza**, em **idêntico exercício financeiro**, cujos valores globais excedam o limite previsto
- **2. Guerra ou grave perturbação da ordem**
- **3. Emergência ou calamidade pública**
  - **Abrangência**
    - Bens necessários ao atendimento da situação
    - Parcelas de obras / serviços concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos, contados da ocorrência da emergência / calamidade
  - **Pressupostos para a dispensa**
    - i. Emergência ou calamidade pública
    - ii. Urgência de atendimento
      - Ocasionar prejuízo
      - Comprometer segurança
  - **Vedada prorrogação** dos respectivos contratos
- **4. Licitação deserta**
  - Ocorre quando a licitação é convocada, mas **não aparecem interessados**
  - **Pressupostos para a dispensa**
    - i. Demonstração de que a repetição da licitação causará prejuízo para a Administração
    - ii. Manutenção, na contratação direta, de todas as condições preestabelecidas
- **5. Licitação fracassada**
  - A licitação fracassada ocorre quando aparecem interessados, mas **nenhum é selecionado**, em razão de:
    - **Inabilitação** dos licitantes
    - **Desclassificação** das propostas
  - A licitação fracassada poderá resultar em **contratação direta especificamente** quando todos os licitantes forem **desclassificados** por apresentarem propostas com:
    - Preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional
    - Preços incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais competentes
  - **Pressupostos para a dispensa**
    - Somente dispensará após fixar aos licitantes
      - Prazo de **8 dias úteis** para nova proposta
      - **Convite**
        - Prazo de **3 dias úteis**
    - Persistindo a situação
      - Será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por **valor não superior** ao constante do **registro de preços**, ou dos serviços
    - **Lei 8.666/93, art. 24, VII c/c art. 48, § 3°**
- **6. Remanescente**
  - Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de **rescisão contratual**
  - **Pressupostos para a dispensa**
    - i. Atendida a ordem de classificação da licitação anterior
    - ii. Aceitas as mesmas condições do vencedor, inclusive quanto ao preço (corrigido monetariamente)

# MODALIDADES DE LICITAÇÃO I

**Modalidades de licitação**

- **1. Concorrência**
  - Procedimento licitatório adotado em razão da **estimativa da contratação**
  - **Abrangência**
    - **Sujeito**
      - Qualquer interessado que comprove requisitos mínimos
      - Exige **habilitação preliminar**
    - **Objeto**
      - i. Obras e serviços de engenharia **acima de R$ 1.500.000,00**
      - ii. Compras e serviços que **não** sejam de **engenharia acima de R$ 650.000,00**
      - iii. Compra e alienação de bens imóveis
      - iv. Concessões de direito real de uso
      - v. Licitações internacionais
  - **Obs.:** A **concorrência** se aplica aos casos em que couber **tomada de preços** e **convite**
- **2. Tomada de preços**
  - Procedimento licitatório adotado em razão da **estimativa da contratação**
  - **Abrangência**
    - **Sujeito**
      - **i. Interessados devidamente cadastrados**
        - Exige **cadastramento**
          - Corresponde à fase de Habilitação
          - É prévio
      - **ii. Interessados não cadastrados que atenderem condições exigidas para o cadastramento**
        - Até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas
    - **Objeto**
      - i. Obras e serviços de engenharia **até R$ 1.500.000,00**
      - ii. Compras e serviços que **não** sejam de **engenharia até R$ 650.000,00**
      - iii. Licitações internacionais
        - Se a Administração possuir cadastro internacional
  - **Obs.:** A **tomada de preço** se aplica aos casos em que couber **convite**
- **3. Convite**
  - Procedimento licitatório adotado em razão da **estimativa da contratação**
  - **a) Abrangência**
    - **Sujeito**
      - **i. Convidados interessados do ramo pertinente ao seu objeto**
        - Cadastrados ou não
        - No número mínimo de 3 participantes
      - **ii. Cadastrados que manifestarem interesse**
        - Até 24 horas antes do prazo para entrega das propostas
    - **Objeto**
      - i. Obras e serviços de engenharia **até R$ 150.000,00**
      - ii. Compras e serviços que não sejam de engenharia **até R$ 80.000,00**
      - iii. Licitação internacional, quando **não** houver **fornecedor do bem** ou **serviço** no país
  - **b) Número de propostas**
    - **Regra geral**
      - Se não houver pelo menos **3 propostas**, **repete-se o convite**
    - **Exceção**
      - Limitações de mercado
      - Manifesto desinteresse dos convidados
  - **c) Publicidade**
    - Feita diretamente aos convidados
  - **d) Instrumento convocatório**
    - **Carta-convite**
    - **Não há edital**
  - **Obs.:** Se couber **convite**, a Administração poderá utilizar a **tomada de preços** e, em qualquer caso, a **concorrência**
- **Obs.:**
  - **Parcelamento do objeto**
    - **É princípio** (deve ser observado)
      - **Lei 8.666/93, art. 23, § 1º**
    - Objeto de **natureza divisível**
      - Obrigatória a adjudicação **por item**, e **não por preço global**
      - Desde que técnica e economicamente viável
      - **Súmula 247 do TCU**
  - **Fracionamento da despesa**
    - **É vedado**
      - **Lei 8.666/93, art. 23, § 2º**
    - Quando parcelado, deve ser escolhida a modalidade pertinente ao objeto todo, ou seja, o somatório das parcelas

# MODALIDADES DE LICITAÇÃO II

**Modalidades de Licitação**

- **4. Leilão**
  - **a) Conceito**
    - Procedimento licitatório adotado em razão da **natureza do objeto**
    - Adotado para **alienações**
  - **b) Objeto do leilão**
    - i. Bens móveis
      - Inservíveis para a Administração
      - Até o valor de R$ 650.000,00
    - ii. Bens imóveis
      - Cuja aquisição haja derivado de
        - Procedimentos judiciais
        - Dação em pagamento
    - iii. Produtos
      - Legalmente apreendidos ou penhorados
  - **c) Características**
    - Permite a participação de qualquer interessado
    - **Não** há exigência de **habilitação**
    - É vencedor do leilão aquele que oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação
- **5. Concurso**
  - **a) Conceito**
    - Procedimento licitatório adotado em razão da **natureza do objeto**
    - Utilizado para escolha de:
      - i. Trabalho técnico, científico ou artístico
      - ii. Serviços técnicos profissionais especializados (STPE)
        - Selecionados preferencialmente mediante concurso
  - **b) Procedimento**
    - Constituição de comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame (**Lei 8.666/93, art. 51, § 5°**)
    - Julgamento
      - **Não** utiliza os **tipos** de licitação
        - **Lei 8.666/93, art. 45, § 1°**
      - Realizado pela comissão especial, conforme definido no regulamento próprio do concurso
- **6. Pregão**
  - **a) Conceito**
    - Procedimento licitatório adotado em razão da **natureza do objeto**
    - Utilizado para aquisição de **bens e serviços comuns**
    - **Lei 10.520/02, art. 1°**
  - **b) Objeto do pregão**
    - **Bens e serviços comuns**
      - São aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser
        - Objetivamente definidos pelo edital
        - Segundo especificações usuais de mercado
    - **Não** se aplica a contratação de **obras de engenharia**, **locações imobiliárias** e **alienações** em geral (**Decreto 5.450/05, art. 6°**)
    - Pode ser utilizado para qualquer valor de contrato
  - **c) Adoção do pregão**
    - Obrigatório
      - União
      - **Decreto 5.450/05, art. 4°**
    - Facultativo
      - Estados, DF e Municípios
      - **Lei 10.520/02, art. 1°**
  - **d) Tipo de licitação**
    - Menor preço
      - **Lei 10.520/02, art. 4°, X**
  - **e) Modalidades de pregão**
    - Presencial
    - Eletrônica
  - **f) Peculiaridades do pregão**
    - Inversão das fases
      - A habilitação dos licitantes é fase posterior à de julgamento das propostas
    - **Homologação** ocorre depois da **adjudicação**
      - ✔ Regra
        - Pregoeiro **adjudica**
        - Autoridade competente **homologa**
      - **Exceção**
        - Quando há interposição de recursos, a autoridade competente **adjudica** e **homologa**
        - **Lei 10.520/02, art. 4°, XXI e XXII**
- **7. Consulta**
  - Modalidade de licitação aplicável **exclusivamente às agências reguladoras**
  - Utilizada para aquisição de bens e serviços **não comuns**
    - **Excetuados** obras e serviços de engenharia civil

# TIPOS DE LICITAÇÃO

**Tipos de Licitação**

- **1. Conceito**
  - É o critério utilizado para **julgamento das propostas**
  - Somente admitem-se os tipos previstos na legislação pertinente à licitação pública
    - Lista exaustiva
    - **Lei 8.666/93, art. 45, § 1º**
  - **Deve ser:**
    - Objetivo
    - Previamente estabelecido no **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**
  - ⚠ **Obs.:**
    - **Não se aplica a**
      - i. Concurso
      - ii. Concessão e permissão de serviço público
- **2. Tipos**
  - **a) Menor preço**
    - **Vencedor**
      - Aquele que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço
      - Julgamento concentrado em questões econômico-financeiras
    - ⚠ **Obs.: Pregão**
      - Somente admite o tipo menor preço
  - **b) Melhor técnica**
    - Tipo utilizado exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual
    - **Procedimento**
      - **i. Instrumento convocatório fixa o preço máximo**
      - **ii. Abertura das propostas técnicas dos licitantes previamente qualificados**
        - Avaliação e classificação
      - **iii. Abertura das propostas de preço**
        - Somente dos licitantes que atingiram valoração mínima
        - **Negociação**
          - Referência
            - Proposta de menor preço
          - Ordem
            - A partir da proponente melhor classificada
    - **Lei 8.666/93, art. 45, § 1°, II c/c art. 46**
  - **c) Técnica e preço**
    - Tipo utilizado exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual
    - **Procedimento**
      - **i. Abertura das propostas técnicas dos licitantes previamente qualificados**
        - Avaliação e classificação das propostas técnicas
      - **ii. Abertura das propostas de preço**
        - Avaliação e valoração das propostas de preço
      - **iii. Resultado**
        - Média ponderada das valorações das propostas de técnica e preço
    - **Lei 8.666/93, art. 45, § 1°, III c/c art. 46**
    - ⚠ **Obs.: Bens e serviços de INFORMÁTICA**
      - **i. Padronizados**
        - Bens e serviços de informática **comuns**
          - São aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital
        - Permitem a utilização da modalidade **pregão**
          - Tipo **menor preço**
      - **ii. Não padronizados**
        - Bens e serviços de informática **específicos**
        - Utiliza-se o tipo **técnica e preço**
          - **Lei 8.666/93, art. 45, § 4º**
  - **d) Maior lance ou oferta**
    - Casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso
    - **Lei 8.666/93, art. 45, § 1°, IV**

# PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO I

- **Procedimentos de Licitação**
  - **1. Fase interna**
    - **a) Início**
      - Inicia-se na repartição interessada, com a abertura do processo
      - É definido o objeto da licitação e o recurso próprio para a despesa
      - **Lei 8.666/93, art. 38**
    - **b) Elaboração do edital**
      - **Edital**
        - É a lei interna da Licitação
          - Vincula a Administração e os proponentes aos seus termos
        - **Não** é utilizado na modalidade **CONVITE**
          - Carta-convite
    - **c) Prazos**
      - Prazo **mínimo** entre a publicação do resumo do edital e o recebimento das propostas
        - **45 dias**
          - Concurso
          - Concorrência
            - Regime de empreitada integral
            - Tipo melhor técnica
            - Tipo técnica e preço
        - **30 dias**
          - Concorrência
            - Demais casos não especificados acima
          - Tomada de preços
            - Tipo melhor técnica
            - Tipo técnica e preço
        - **15 dias**
          - Tomada de preços
            - Demais casos não especificados acima
          - Leilão
        - **5 dias úteis**
          - Convite
        - **8 dias úteis**
          - Pregão
    - **Não confundir**
      - **Formas** de execução
        - **i. Direta**
          - É aquela feita diretamente pela Administração Pública
        - **ii. Indireta**
          - É aquela feita por terceiros, mediante contrato celebrado com a Administração Pública
      - **Regimes** de execução
        - São regimes (espécies) de execução indireta
        - **i. Empreitada por preço global**
          - Contrata a execução da obra ou do serviço por **preço certo e total**
        - **ii. Empreitada por preço unitário**
          - Contrata a execução da obra ou do serviço por **preço certo de unidades determinadas**
        - **iii. Empreitada integral**
          - Contrata um
            - Empreendimento em sua integralidade
            - Entrega ao contratante em condições de entrada em operação
        - **iv. Tarefa**
          - Mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo
  - **2. Fase externa**
  - **3. Anulação e revogação**

# PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO II

**Procedimentos de Licitação**

- **1. Fase interna**
- **2. Fase externa**
  - **Lei 8.666/93**
    - **Lei geral das licitações**
    - **i. Habilitação (qualificação)**
      - Etapa relacionada à avaliação das **qualidades dos licitantes**
      - A administração verifica a aptidão do candidato para a futura contratação
      - **Obs.:**
        - O licitante inabilitado **não poderá** participar dos atos subsequentes
          - Preclusão do direito de participar
      - **Exigência de documentação relativa a:**
        - i. Habilitação jurídica
        - ii. Qualificação técnica
        - iii. Qualificação econômico-financeira
        - iv. Regularidade fiscal **e trabalhista**
        - v. Cumprimento da **CF, art. 7°, XXXIII**
          - Restrições e proibições ao trabalho dos menores
      - **Pode ser DISPENSADA**
        - Nas modalidades convite, leilão e concurso
        - Para fornecimento de bens para pronta entrega
        - **Lei 8.666/93, art. 32, § 1°**
        - **Obs.:**
          - A **regularidade fiscal** referente à **seguridade social** **não pode ser dispensada** em nenhum caso
          - **CF, art. 195, § 3°**
      - **Pode ser SUBSTITUÍDA**
        - No caso do certificado de registro cadastral
        - **Lei 8.666/93, art. 32, § 2°**
    - **ii. Julgamento (classificação)**
      - Etapa relacionada à avaliação das **propostas**
      - **Fases**
        - **I - Análise da admissibilidade da proposta**
          - Análise formal
            - Adequação ao edital
            - Adequação aos requisitos legais
          - Análise material
            - Exequibilidade
            - Qualidade
        - **II - Análise da vantajosidade da proposta**
          - Relacionada aos tipos de licitação
    - **iii. Homologação**
      - Autoridade competente aprova o procedimento
      - Controle de legalidade do procedimento licitatório
    - **iv. Adjudicação**
      - Licitante adquire qualidade de vencedor e de titular da preferência para celebração do contrato
  - **Lei 10.520/05**
    - **Lei do Pregão**
    - **i. Fase competitiva**
      - Licitantes ofertam lances
    - **ii. Fase de habilitação**
      - Realizada com o licitante que apresentou melhor proposta na fase competitiva
      - **Lei 10.520/05, art. 4°, XII**
    - **iii. Adjudicação**
      - Pregoeiro adjudica
    - **iv. Homologação**
      - Autoridade competente homologa
      - **Exceção**
        - Quando licitante impetra recurso, **a autoridade competente adjudica** e **homologa**
        - **Lei 10.520/05, art. 4°, XXI e XXII**
- **3. Anulação e Revogação**
  - **a) Anulação**
    - Controle de **LEGALIDADE**
      - De ofício
      - Por provocação de terceiros
    - **Não** gera obrigação de **indenizar**
      - Entretanto, a nulidade do contrato não exonera a administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado
  - **b) Revogação**
    - Controle de **MÉRITO**
    - Por razões de interesse público, decorrente de **fato superveniente** devidamente comprovado
    - O seu fundamento deve ser **posterior** à abertura da licitação

# CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**Contratos Administrativos**

- **1. Conceito**
  - **Hely Lopes**
    - Conceito de **Contrato Administrativo**
      - Ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou com outra entidade administrativa, para consecução de objetivos de interesse público, nas condições desejadas pela própria Administração
    - **Características**
      - i. Acordo de vontades (bilateralidade)
      - ii. Regime jurídico de direito público
        - Incidência de prerrogativas especiais
  - **Maria Sylvia**
    - **Contratos da administração**
      - Acepção ampla, abrangendo todos os ajustes dos quais a Administração Pública seja parte
      - **a) Sob regime de direito PRIVADO**
        - **Características**
          - i. Princípio da igualdade entre as partes
          - ii. Autonomia da vontade
          - iii. Força obrigatória das convenções
            - *Pacta sunt servanda*
        - **Ex.:** Contrato de locação no qual a Administração Pública figure como locatária
      - **b) Sob regime de direito PÚBLICO**
        - São denominados **contratos administrativos**
        - **Características**
          - i. Princípio da supremacia da administração pública em relação ao particular
            - Cláusulas exorbitantes
          - ii. Princípio da legalidade
            - Atuação administrativa nos limites autorizados por lei
          - iii. Mutabilidade das cláusulas regulamentares
    - Conceito de **Contrato Administrativo**
      - Ajustes que a Administração, nessa qualidade, celebra com pessoa física ou jurídica, públicas ou privadas, para consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público
- **2. Formalização**
  - **Regra**
    - **Contratos administrativos**
      - São sempre formais e escritos
    - **Contrato escrito**
      - É aquele lavrado nas repartições interessadas
    - **Contrato solene**
      - É aquele lavrado no cartório de notas
        - Relativo a direitos reais sobre bens imóveis
        - **Lei 8.666/93, art. 60**
  - **Exceção**
    - **Contrato verbal**
      - Pequenas compras de pronto pagamento
        - Valor não superior a R$ 4.000,00
        - Sob regime de adiantamento
      - **Lei 8.666/93, art. 60, parágrafo único**
  - **Publicidade**
    - A publicação do resumo do instrumento de contrato ou de seus aditamentos é **condição indispensável** à **eficácia** do contrato
    - **Lei 8.666/93, art. 61, parágrafo único**
    - **Não confundir**
      - **Eficácia**
        - Potencialidade de produção de efeitos jurídicos
        - Aptidão para produção concreta de efeitos
      - **Vigência**
        - Período no qual o adimplemento do contrato permanece obrigatório entre as partes

# CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CLÁUSULAS EXORBITANTES I

**Cláusulas Exorbitantes**

- **1. Conceito**
  - São **prerrogativas** de direito público conferidas por lei à Administração Pública, que a colocam em situação de superioridade frente ao contratado
  - Exorbitam das cláusulas comuns do direito privado
  - São decorrentes do regime jurídico dos contratos administrativos
    - Derivam do **princípio da supremacia do interesse público**
- **2. Exigência de garantia**
  - **a) Conceito**
    - A critério da autoridade competente, desde que prevista no instrumento convocatório, pode ser exigida prestação de **garantia** nas contratações de obras, serviços e compras
  - **b) Características**
    - Discricionária
      - A critério da autoridade competente
    - Deve ser prevista no instrumento convocatório (**Lei 8.666/93, art. 56**)
  - **c) Modalidades**
    - **i. Caução**
      - em dinheiro
      - em títulos da dívida pública
    - **ii. Seguro-garantia**
    - **iii. Fiança bancária**
    - **Obs.:**
      - As modalidades estão previstas na lei (relação exaustiva)
      - Cabe ao **contratado** a escolha da modalidade (**Lei 8.666/93, art. 56, § 1°**)
  - **d) Percentuais**
    - **Regra geral**
      - Não excederá a **5% do valor do contrato**
    - **Regras específicas**
      - **Elevação do limite até 10 %**
        - Grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis
      - **Exigência de garantia adicional**
        - Para os contratos que importem na entrega de bens pela Administração Pública
          - O contratado ficará como depositário
          - A garantia será acrescida do valor desses bens
        - **Lei 8.666/93, art. 56, § 5°**
      - **Exigência de garantia para propostas de baixo valor**
        - Obras / Serviços de Engenharia
          - Tipo menor preço
        - Situação de risco
          - Proposta < 80% do limite previsto na lei
        - **Lei 8.666/93, art. 48, § 2°**
- **3. Alteração unilateral do contrato**
  - **a) Conceito**
    - Prerrogativa concedida à Administração Pública para, **unilateralmente**, alterar os contratos administrativos (**Lei 8.666/93, art. 65, I**)
    - Aos contratos administrativos **não** se aplica integralmente o **princípio do *pacta sunt servanda***
      - ***Pacta sunt servanda***
        - Obrigação que têm as partes de cumprir fielmente o que foi entre elas avençado
  - **b) Abrangência**
    - **Cláusulas regulamentares ou de serviço**
      - **Alcança**
    - **Cláusulas Econômicas**
      - **Não alcança** (**Lei 8.666/93, art. 58, §§ 1° e 2°**)
      - Tais cláusulas estabelecem a relação entre
        - Remuneração do contratado
        - Encargos assumidos
      - **Não** podem ser **alteradas** sem prévia concordância do contratado
        - Garantia ao **equilíbrio econômico-financeiro**
    - **Não confundir**
      - **Revisão** (**Lei 8.666/93, art. 58, § 2º e art. 65, "d", §§ 5º e 6º**)
        - Trata-se de alteração contratual que afeta o equilíbrio econômico-financeiro
        - A revisão caracteriza alteração do contrato e visa o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro
      - **Reajuste** (**Lei 8.666/93, art. 55, III e art. 65, § 8º**)
        - Trata da previsão antecipada da ocorrência da inflação e da adoção de solução para neutralizar seus efeitos
        - Não caracteriza alteração do contrato, mas sim atualização do valor pago frente à inflação
  - **c) Tipos**
    - **i. Qualitativas**
      - Modificação do projeto ou das especificações
        - Melhor adequação técnica aos seus objetivos
      - Não sujeita a limites objetivos
    - **ii. Quantitativas**
      - **± 25%**
        - Valor inicial atualizado do contrato
      - **+ 50%**
        - Reforma
          - I - Edifício
          - II - Equipamento
      - **Não** há **limite** para **SUPRESSÕES**
        - Desde que resultante de acordo entre os contratantes

# CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CLÁUSULAS EXORBITANTES II

## Cláusulas Exorbitantes

- **4. Rescisão unilateral do contrato**
  - **Lei 8.666/93, art. 78, I a XII e XVII**
  - **a) Conceito**
    - Prerrogativa concedida à Administração Pública para extinguir unilateralmente o contrato antes do prazo, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário
  - **b) Casos**
    - i. Inadimplemento do contratado
    - ii. Desaparecimento do sujeito
    - iii. Interesse público
      - De alta relevância e amplo conhecimento
      - Justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo
    - iv. Caso fortuito ou força maior
- **5. Fiscalização**
  - Representante da Administração fiscaliza a execução do contrato — **Lei 8.666/93, art. 67**
  - Não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado pelos danos que, por culpa ou dolo, a execução venha a causar a terceiros — **Lei 8.666/93, art. 70**
- **6. Aplicação de penalidades**
  - **a) Advertência**
    - **Lei 8.666/93, art. 87, I**
  - **b) Multa**
    - i. Atraso injustificado — **Lei 8.666/93, art. 86**
    - ii. Inexecução — **Lei 8.666/93, art. 87, II**
    - **Obs.:**
      - As multas podem ser diretamente descontadas da garantia do contrato
      - Trata-se de excepcional autoexecutoriedade da cobrança de multa
  - **c) Suspensão temporária**
    - **Abrange**
      - Suspensão temporária em participar de licitação
      - Impedimento de contratar com a **Administração Pública**
    - **Motivo**
      - Inexecução total ou parcial do contrato
    - **Duração**
      - Máximo 2 anos
    - **Competência**
      - Autoridade competente
  - **d) Declaração de inidoneidade**
    - **Abrange**
      - Suspensão temporária em participar de licitação
      - Impedimento de contratar com a **Administração Pública**
    - **Motivo**
      - Inexecução total ou parcial do contrato
    - **Duração**
      - Mínimo 2 anos
    - **Competência**
      - Exclusiva de Ministro de Estado ou Secretário Estadual / Municipal
- **7. Ocupação temporária**
  - **Lei 8.666/93, art. 58, V**
  - **a) Conceito**
    - Para os serviços essenciais, a Administração Pública possui a prerrogativa de ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato
  - **b) Hipóteses**
    - i. Como medida acautelatória, para apuração administrativa de irregularidades na execução do contrato
      - Objetiva **apurar a irregularidade**
    - ii. Imediatamente após a rescisão unilateral do contrato administrativo
      - Objetiva assegurar a **continuidade** da prestação **do serviço público**

# MUTABILIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**Mutabilidade dos Contratos Administrativos**

- **1. Abrangência**
  - **Abrange**
    - ✔ Cláusulas regulamentares
  - **Não abrange**
    - A **mutabilidade** não decorrente de acordo **não alcança** as **cláusulas econômico-financeiras**
    - **Cláusulas econômico-financeiras**
      - É direito do contratado a manutenção do **equilíbrio econômico-financeiro** (**Lei 8.666/93, art. 65, II, "d"**)
      - **Equilíbrio econômico-financeiro**
        - Equilíbrio entre o encargo assumido pelo contratado e a contraprestação pecuniária assegurada pela Administração
- **2. Equilíbrio econômico dos contratos administrativos**
  - **a) Conceito**
    - Teoria elaborada com vistas a analisar os diversos elementos de insegurança (riscos) que caracterizam a mutabilidade dos contratos administrativos e suas respectivas consequências
  - **b) Áleas (riscos)**
    - São os **riscos** que o **particular** enfrenta ao contratar com a Administração
    - Divididos em
      - i. Álea ordinária (empresarial)
      - ii. Álea extraordinária
  - **i. Álea ordinária (empresarial)**
    - Risco inerente ao negócio
    - Resultado da própria flutuação do mercado
    - Todo contrato possui determinado risco econômico, denominado **álea contratual ordinária**
    - **Consequência**
      - Por ser previsível, o **particular** responde pelo risco
  - **ii. Álea extraordinária**
    - **I - Administrativa**
      - i. Alteração unilateral do contrato
        - Qualitativa
        - Quantitativa
      - ii. Fato do príncipe
        - **Medidas de ordem geral**, não diretamente relacionadas ao contrato, mas que nele repercutem, causando desequilíbrio econômico-financeiro
      - iii. Fato da administração
        - Conduta da Administração que, como parte contratual, torne impossível a execução do contrato ou provoque seu desequilíbrio econômico
      - **Consequência**
        - A administração responde pelo reestabelecimento do equilíbrio rompido
        - Direito do contratado à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro
        - **Lei 8.666/93, art. 65, II, "d"**
    - **II - Econômica**
      - Acontecimento externo ao contrato, **imprevisível**, estranho à vontade das partes
      - Causa desequilíbrio muito grande, excessivamente oneroso para o contratado
      - **Teoria da imprevisão**
        - Aplicação da regra ***rebus sic stantibus***
          - Convenção não permanece em vigor se as coisas não permanecerem como eram no momento da celebração
        - Se de um lado, a ocorrência de circunstâncias excepcionais não libera o particular da obrigação contratual, por outro não é justo que ele responda sozinho pelos prejuízos sofridos
        - **Causas**
          - Caso fortuito
          - Força maior
          - Interferências imprevistas
      - **Consequência**
        - Em princípio, repartem-se os prejuízos

# EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**Extinção dos Contratos Administrativos**

- **1. Ordinária**
  - Término normal do vínculo obrigacional
    - Decorre do adimplemento do contrato
  - Pode decorrer de
    - i. Conclusão do objeto do contrato
    - ii. Término do prazo do contrato
- **2. Extraordinária**
  - **a) Anulação**
    - Extinção do contrato decorrente de
      - i. Ilegalidade na celebração
      - ii. Vício insanável na licitação
        - **Lei 8.666/93, art. 49, § 2°**
    - ⚠ **Consequências**
      - A declaração de **nulidade** opera retroativamente
        - Desconstitui os efeitos jurídicos já produzidos
        - Impede os efeitos que o contrato deveria produzir
      - A declaração de **nulidade não** exonera a Administração do **dever de indenizar** o contratado pelo que ele houver executado até a data da declaração
      - **Lei 8.666/93, art. 59**
  - **b) Rescisão**
    - Desfazimento do contrato administrativo durante sua execução (**Lei 8.666/93, art. 79**)
    - **i. Rescisão unilateral (administrativa)**
      - Ato unilateral da administração
        - É **cláusula exorbitante**
      - I - Por culpa do contratado
        - Faltas contratuais
      - II - Sem culpa do contratado
        - Interesse público
        - Caso fortuito ou força maior
    - **ii. Rescisão amigável**
      - Situações em que há descumprimento contratual por parte da Administração
    - **iii. Rescisão judicial**
      - Único modo à disposição do **contratado**
      - O contratado somente pode pleitear a rescisão do contrato pela via judicial
    - **Exceção do contrato não cumprido**
      - Definição
        - ***Exceptio non adimpleti contractus***
        - É a suspensão da execução do contrato pela parte prejudicada por motivo de inadimplência do outro contratante (**CC, art. 477**)
      - Aplicabilidade nos contratos administrativos
        - Regra geral
          - **Inoponibilidade** do princípio contra a Administração Pública
          - Princípio da supremacia e da continuidade do serviço público
        - Abrandamento
          - Atraso de pagamento superior a 90 dias
            - **Contratado** pode pleitear a **rescisão judicial**
          - **Exceto**
            - Calamidade pública
            - Grave perturbação da ordem
            - Guerra
          - **Lei 8.666/93, art. 78, XV**
    - **iv. Rescisão de pleno direito**
      - Decorre de fato extintivo
        - Objeto
        - Sujeito
      - Independe de manifestação de vontade

# SERVIDORES PÚBLICOS - AGENTES PÚBLICOS

**Agentes Públicos**

- **1. Conceito**
  - **Agentes públicos** são todos aqueles que exercem **função pública** como prepostos do Estado
- **2. Agente administrativo**
  - **a) Conceito**
    - São aqueles vinculados ao Estado por uma relação permanente de trabalho
    - Exercem com caráter de **permanência** uma função pública
    - São os usualmente conhecidos como **SERVIDORES PÚBLICOS**
  - **b) Características**
    - i. Profissionalidade
      - Exercem efetiva profissão quando no desempenho de suas funções
    - ii. Definitividade
      - Regra geral, o servidor exerce sua função com cunho de **permanência**
      - **Exceção**
        - Função de caráter temporário
    - iii. Relação jurídica de trabalho
  - **c) Tipos**
    - **i. Servidor estatutário**
      - Ocupam **cargo** público
        - I - Vitalício
          - Membros do Poder Judiciário
          - Membros do Ministério Público
          - Membros dos Tribunais de Contas
          - Parte da doutrina classifica os ocupantes de **cargos vitalícios** como **agentes políticos**
        - II - Efetivo
          - Ocupante de cargos
            - Isolados; ou
            - Organizados em carreira
        - III - Em comissão
      - Regime **legal**
        - Estatuto jurídico (estatutário)
    - **ii. Empregado público**
      - Ocupam **emprego** público
      - Regime **contratual**
        - CLT
    - **iii. Servidor temporário**
      - Exercem **função pública**
      - Necessidade **temporária** de excepcional interesse público
      - Regime jurídico especial (misto)
      - **CF, art. 37, IX**
- **3. Agente político**
  - **a) Conceito**
    - São os agentes públicos que exercem a **função política**
  - **b) Características**
    - Possuem ***status* constitucional**
      - ✔ Sujeitos às regras da Constituição Federal
      - ✘ **Não sujeitos** às regras dos servidores públicos
    - Não estão, em regra, sujeitos à hierarquia
- **4. Agente em delegação**
  - Recebem do Estado a competência para executar determinada atividade pública
  - **Ex.:**
    - Leiloeiros, peritos, serviços notariais
    - Concessionários, permissionários e autorizatários
- **5. Agente honorífico**
  - Colaboram com o Estado temporariamente
  - **Não** possuem **vínculo profissional** com a Administração Pública
  - **Ex.:** Jurados, mesários etc.
- **6. Agente credenciado**
  - Recebem a incumbência de representar a Administração Pública em determinadas atividades

# SERVIDORES PÚBLICOS - NORMAS CONSTITUCIONAIS I

**Servidores Públicos**

- **1. Acesso**
  - **a) Cargo, emprego e função pública**
    - **i. Brasileiro**
      - Deve preencher os requisitos estabelecidos na lei
        - Norma de eficácia **contida**
      - **Requisitos** para acesso a cargos e empregos públicos
        - I - Devem ser previstos em **lei**
          - ✘ **Edital não** pode estabelecer requisitos ou restrições ao acesso
        - II - Devem observar o princípio da **razoabilidade** e estar relacionados à natureza das atribuições do cargo ou emprego
        - III - Devem se pautar em **critérios objetivos**
      - **CF, art. 37, I**
    - **ii. Estrangeiro**
      - Na forma da lei
        - Norma constitucional de eficácia **limitada**
      - **CF, art. 37, I**
    - **iii. Cargos privativos de brasileiro nato**
      - **CF, art. 12, § 3º**
      - I - Presidente e Vice-Presidente da República
      - II - Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
      - III - Ministro do Supremo Tribunal Federal
      - IV - Ministro de Estado da Defesa
      - V - Oficial das Forças Armadas
      - VI - Carreira diplomática
  - **b) Concurso público**
    - **Obrigatório**
      - **i. Cargo público**
        - **Efetivo**
        - ✘ **Comissão**
          - Livre nomeação e exoneração
          - **Não precisa de concurso**
      - **ii. Emprego público**
    - **Prazo de validade**
      - Até 2 anos
        - Prorrogável
          - 1 vez, por igual período
        - **CF, art. 37, III**
      - Durante o prazo improrrogável, o aprovado será convocado com prioridade sobre novos concursados
        - **CF, art. 37, IV**
        - **Súmula STF 15**
- **2. Estabilidade**
  - **a) Conceito**
    - É uma garantia de ordem constitucional
    - Conferida a ocupantes de **cargo público EFETIVO**
    - Visa assegurar sua permanência no cargo, enquanto atendidos os requisitos legais
  - **b) Requisitos**
    - i. **Aprovação** em concurso público para cargo público de provimento **efetivo**
    - ii. **Três anos** de efetivo exercício
    - iii. **Avaliação especial de desempenho** por comissão instituída para essa finalidade
  - **c) Hipóteses de perda do cargo após a estabilidade**
    - i. Sentença judicial **transitada em julgado**
    - ii. **Processo administrativo**, assegurada ampla defesa
    - iii. Procedimento de **avaliação periódica de desempenho**
      - Norma constitucional de eficácia **limitada**
      - Na forma da **lei complementar**
      - **CF, art. 41, § 1°**
    - iv. Cumprimento dos **limites** com a despesa com pessoal ativo e inativo
      - Norma constitucional de eficácia **limitada**
      - **CF, art. 169, § 4°**
- **3. Acumulação**
  - ✘ **Vedada**
    - Acumulação remunerada de **cargos**, **empregos** ou **funções**
    - **CF, art. 37, XVI e XVII**
    - **Exceto**
      - Havendo compatibilidade de horários
        - 2 cargos de professor
        - Cargo de professor + cargo técnico ou científico
        - 2 cargos privativos da área de saúde
        - Mandato de vereador — **CF, art. 38, III**
        - Permissão para juízes exercerem o magistério — **CF, art. 95, p. único, I**
        - Permissão para membros do Ministério Público exercerem o magistério — **CF, art. 128, § 5º, II, "d"**
  - Acumulação de remuneração com proventos de aposentadoria do regime de previdência **próprio** dos servidores (RPPS)
    - ✘ **Vedada acumulação**
      - Proventos de aposentadoria do RPPS; com
      - Remuneração de cargo, emprego ou função
      - **Exceto para**
        - Cargos acumuláveis na forma da Constituição
        - Cargos eletivos
        - Cargos em comissão
    - **CF, art. 37, § 10°**

# SERVIDORES PÚBLICOS - NORMAS CONSTITUCIONAIS II

**Servidores Públicos**

## 4. Direito a Associação Sindical

- Ao servidor público civil é garantido o direito à **livre associação sindical**
  - Norma constitucional de eficácia **plena**
- Fixação de vencimentos dos servidores públicos
  - ✘ Não pode ser objeto de convenção coletiva
  - **Súmula STF 679**

## 5. Sistema Remuneratório

- **a) Subsídio**
  - Modalidade de remuneração conferida a certos cargos
    - Fixada em **parcela única**
    - **Vedado** o acréscimo de **gratificação**, **adicional**, **abono**, **prêmio**, verba de representação ou outra espécie remuneratória
  - **Obrigatório** para
    - Chefes do Poder Executivo
    - Ministros de Estado
    - Secretários Estaduais e Municipais
    - Membros do
      - Poder Legislativo
      - Poder Judiciário
      - Ministério Público
      - Tribunais de Contas
  - Podem adotar
    - Servidores públicos **organizados em carreira**
- **b) Vencimentos (remuneração em sentido estrito)**
  - Retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público
    - Aplicado aos servidores **estatutários**
  - **Composição**
    - Vencimentos = Vencimento básico do cargo + Vantagens pecuniárias permanentes
  - O vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens permanentes, é irredutível
- **c) Salário**
  - Contraprestação pecuniária paga aos empregados públicos
- **d) Limites**
  - **i. União**
    - **Subsídio do Ministro do STF**
      - Fixado por lei de iniciativa do STF
      - É o teto geral, para todos os Poderes, em todas as esferas da Federação
  - **ii. Estados/DF**
    - **Poder Executivo**
      - Subsídio do **Governador**
    - **Poder Legislativo**
      - Subsídio dos **Deputados Estaduais/Distritais**
    - **Poder Judiciário**
      - Subsídio dos **Desembargadores** do Tribunal de Justiça, **limitado a 90,25%** do subsídio do Ministro do STF
      - Limite aplicável também aos
        - I - Membros do Ministério Público
        - II - Procuradores
        - III - Defensores Públicos
    - ⚠ **Obs.:**
      - Facultado aos Estados/DF fixar, como limite único, o subsídio dos Desembargadores do TJ
        - Mediante emenda à Constituição Estadual
      - **Não se aplica** o limite ao subsídio dos Deputados Estaduais/Distritais, nem dos Vereadores
  - **iii. Municípios**
    - Subsídio do **Prefeito**
  - **iv. Salário dos empregados públicos**
    - **CF, art. 37, § 9º**
    - Aplicabilidade do teto somente às estatais que receberem recursos do ente político para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral
  - **v. Parcelas de caráter indenizatório previstas em lei**
    - **Não** são computadas na aplicação do teto
    - **CF, art. 37, § 11**

# SERVIDORES PÚBLICOS - NORMAS CONSTITUCIONAIS III

**Servidores Públicos**

- **6. Direito de Greve**
  - Exercido nos termos e nos limites definidos em **lei específica**
    - Norma constitucional de eficácia **limitada**
    - **CF, art. 37, VII**
  - **STF**
    - Aplicação, enquanto não editada a lei que regulamenta o inciso VII do art. 37 da CF, no que couber, da lei de greve vigente no **setor privado**
- **7. Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos**
  - **a) Abrangência**
    - Servidores públicos titulares de **cargo efetivo**
    - ✘ **Não se aplica** ao ocupante de
      - **Cargo em comissão**
      - **Emprego público**
      - **Cargo temporário**
      - } Aplica-se o Regime Geral de Previdência Social (**CF, art. 40, § 13**)
  - **b) Características**
    - **i. Regime contributivo**
      - Para concessão de aposentadoria o que importa é o **tempo de contribuição (   )**, e não o **tempo de serviço ( ✘ )**
    - **ii. Regime solidário**
      - Legitimou a exigência de **contribuição** dos **aposentados** e **pensionistas** (**CF, art. 40, § 18**)
  - **c) Proventos de aposentadoria**
    - Calculados a partir das remunerações utilizadas como base para contribuição do servidor, na forma da lei
    - Representou o **fim** das **aposentadorias** com proventos **integrais** para os servidores que ingressaram no serviço público **depois** da **EC 41/03**
    - A **EC 41/03 suprimiu** a regra que assegurava **paridade** entre os proventos de **aposentadoria** e **pensão** e a remuneração dos **servidores ativos**
  - **d) Hipóteses de aposentadoria**
    - **i. Invalidez permanente**
      - Proventos **proporcionais** ao tempo de **contribuição**
      - ✘ **Exceto**
        - i. Acidente em serviço
        - ii. Moléstia profissional
        - iii. Doença grave, contagiosa ou incurável
        - iv. Servidores aposentados por invalidez que tenham **ingressado** no serviço público **até 31/12/03** (**EC 70/12**)
          - Os proventos serão calculados com base no valor da remuneração do **cargo efetivo** em que se der a aposentadoria, assegurada a **paridade** de reajuste com os ativos
    - **ii. Compulsória**
      - Proventos **proporcionais** ao tempo de **contribuição**
      - 70 anos
    - **iii. Voluntária**
      - **Requisito** de tempo mínimo para os dois casos
        - **10 anos** de efetivo **exercício** no serviço público
        - **5 anos** no **cargo** efetivo em que se dará a aposentadoria
      - **Casos**
        - I - Proventos **não proporcionais** ao tempo de **contribuição**
          - Proventos calculados a partir das remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor
          - **Homem**
            - Idade mínima: **60 anos**
            - Tempo de contribuição: **35 anos**
          - **Mulher**
            - Idade mínima: **55 anos**
            - Tempo de contribuição: **30 anos**
          - **Obs.:** **Professor** exclusivo da educação **infantil** e do ensino **fundamental** e **médio**
            - Tempo de contribuição e idade - **reduzidos em 5 anos**
              - **Não vale para professores universitários !**
        - II - Proventos **proporcionais** ao tempo de **contribuição**
          - **Homem**: Idade mínima **65 anos**
          - **Mulher**: Idade mínima **60 anos**
  - **e) Abono de permanência**
    - Benefício concedido ao servidor que **permanece trabalhando** após ter cumprido todos os **requisitos** para a aposentadoria **voluntária não proporcional ao tempo de contribuição**
    - Servidor fica **dispensado** do pagamento da **contribuição previdenciária**, até completar as exigências para a aposentadoria compulsória

# SERVIDORES PÚBLICOS - LEI 8.112/90 I

- **Lei 8.122/90**
  - **1. Provimento**
    - **a) Conceito**
      - Ato administrativo pelo qual se preenche o cargo vago
      - Pode ser
        - i. Originário
          - Vínculo inicial do servidor ao cargo
          - Nomeação
        - ii. Derivado
          - Depende de vínculo anterior com a Administração Pública
          - **Vedados**
            - **ACESSO** ou **ASCENSÃO**
            - e a **TRANSFERÊNCIA**
            - Declarados inconstitucionais
    - **b) Formas**
      - **i. Nomeação**
        - Forma de provimento **originário**
        - Cargo **efetivo** mediante **concurso público**
        - Cargo em **comissão**
          - **Não** exige **concurso público**
      - **ii. Promoção**
        - Forma de provimento **derivado**
        - Forma de vacância do cargo anterior
        - Em cargo efetivo organizado em **carreira**
      - **iii. Readaptação**
        - Forma de provimento **derivado**
        - Investidura do servidor em cargo de atribuições compatíveis com a **limitação** que tenha sofrido em sua **capacidade física** ou **mental**
        - Verificada em inspeção médica
        - Caso **não** haja **cargo vago**, o servidor ficará como **excedente**
      - **iv. Reversão**
        - Forma de provimento **derivado**
        - Retorno à atividade do **aposentado**
          - I - Por invalidez
            - **Junta médica oficial** declara insubsistentes os motivos da aposentadoria
            - Encontrando-se provido o cargo, o servidor ficará como **excedente**
          - II - Voluntário
            - No interesse da Administração Pública
            - Requisitos
              - i. Tenha solicitado a reversão
              - ii. A aposentadoria tenha sido voluntária
              - iii. Estável quando na atividade
              - iv. Aposentadoria ocorrida nos 5 anos anteriores à solicitação
              - v. Haja cargo vago
      - **v. Aproveitamento**
        - Forma de provimento **derivado**
        - Retorno à atividade do servidor em **disponibilidade**
        - Enquanto em disponibilidade, é remunerado proporcionalmente ao tempo de **serviço**, e **não** ao tempo de **contribuição**
        - Exclusivo para servidor estável
      - **vi. Reintegração**
        - Forma de provimento **derivado**
        - Retorno à atividade do **ilegalmente demitido**
        - Ressarcimento de todos os prejuízos sofridos
        - **Extinto o cargo**
          - O servidor será aproveitado em outro cargo; ou
          - Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de **serviço**
        - Eventual ocupante do cargo poderá ser
          - I - **Reconduzido** ao cargo de origem, sem direito à indenização
          - II - **Aproveitado** em outro cargo
          - III - Posto em **disponibilidade**, com remuneração proporcional ao tempo de **serviço**
        - Exclusivo para servidor estável
      - **vii. Recondução**
        - Forma de provimento **derivado**
        - Casos
          - I - Estágio probatório relativo a outro cargo
            - Inabilitação
            - Desistência (**Súmula AGU**)
          - II - Reintegração do anterior ocupante
        - Exclusivo para servidor estável
  - **2. Posse**
    - **a) Conceito**
      - Ato bilateral entre o aprovado em concurso público e a Administração Pública
      - **Não confundir** com NOMEAÇÃO
        - Ato unilateral da Administração Pública (forma de provimento **originário** do cargo)
    - **b) Prazo**
      - Prazo para **POSSE**
        - **30 dias**, contados da publicação do ato de provimento
        - **Obs.:** Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo previsto
      - Prazo para o **EXERCÍCIO**
        - **15 dias**, contados da data da posse

# SERVIDORES PÚBLICOS - LEI 8.112/90 II

**Lei 8.112/90**

- **3. Vacância**
  - São as hipóteses previstas na lei nas quais o **servidor desocupa o cargo**, tornando-o passível de ser preenchido por outra pessoa
  - **Formas**
    - **i. Exoneração**
      - Cargo efetivo
        - **De ofício**
          - I - Reprovação em estágio probatório
          - II - Toma posse e não entra em exercício no prazo legal
        - **A pedido**
        - **Lei 8.112/90, art. 34**
      - Cargo em comissão
        - A juízo da autoridade competente
        - A pedido
        - **Lei 8.112/90, art. 35**
      - Excesso de despesas com pessoal ativo e inativo — **CF, art. 169, § 4º**
      - ⚠ **Obs.:** **Não é sanção**
    - **ii. Demissão**
      - É **sanção**, penalidade disciplinar a ser aplicada nos casos legalmente previstos
      - **Lei 8.112/90, art. 132**
    - **iii. Promoção**
    - **iv. Readaptação**
    - **v. Aposentadoria**
      - Passagem do servidor da atividade para a inatividade, segundo as regras próprias
    - **vi. Falecimento**
    - **vii. Posse em outro cargo inacumulável**
  - ⚠ **Obs.:**
    - O estatuto **não inclui** no rol de **vacâncias** a **recondução**. Contudo, na prática, quando de sua ocorrência, há provimento de um cargo e, ao mesmo tempo, outro fica vago
    - Formas de **provimento** e **vacância**
      - **Lei 8.112/90** — Promoção e readaptação
      - **Doutrina** — Promoção, readaptação e recondução
- **4. Estágio Probatório**
  - Período de exercício do servidor, durante o qual é observada e apurada pela Administração, a conveniência ou não de sua permanência no serviço público, mediante a verificação dos requisitos estabelecidos em lei para a aquisição da **estabilidade**
  - **Prazo** — 3 anos
  - **Critérios** (**Lei 8.112/90, art. 20**)
    - i. Assiduidade
    - ii. Disciplina
    - iii. Capacidade de iniciativa
    - iv. Produtividade
    - v. Responsabilidade
- **5. Remoção**
  - Deslocamento do **SERVIDOR**, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede
  - **Lei 8.112/90, art. 36**
  - **Formas**
    - **i. A pedido**
      - I - A critério da Administração Pública
      - II - Independentemente do interesse da Administração Pública
    - **ii. De ofício**
  - ⚠ **Obs.:** **Não** é forma de **provimento** ou **vacância**
- **6. Redistribuição**
  - Deslocamento do **CARGO** de provimento **efetivo**, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder
  - **Lei 8.112/90, art. 37**
  - ⚠ **Obs.:** **Não** é forma de **provimento** ou **vacância**
- **7. Substituição**
  - Servidores investidos em cargo ou função de **direção** ou **chefia** e os ocupantes de **cargo de Natureza Especial** terão **substitutos** indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade
  - **Lei 8.112/90, arts. 38 e 39**

# SERVIDORES PÚBLICOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

- **PAD**
  - **1. Introdução**
    - **a) Abrangência**
      - **i. Objetiva**
        - Ilícitos administrativos **disciplinares**
          - Ilícito associado ao **exercício do cargo**
          - Apura fatos relacionados à **disciplina** dos servidores
      - **ii. Subjetiva**
        - Servidores **estatutários**
        - Ocupantes de cargo
          - Efetivo
          - Comissão
    - **b) Ciência de irregularidade**
      - Autoridade que tiver **ciência de irregularidade** no serviço público é obrigada a promover a sua apuração **mediante**
        - **Sindicância**
        - **PAD**
      - Dever de apuração
      - **Lei 8.112/90, art. 143**
    - **c) Denúncia**
      - Requisitos de admissibilidade
        - i. **Identificação** e endereço do denunciante
          - **Não** pode ser **anônima**
        - ii. Formulada por **escrito**
          - Formal
        - iii. O objeto da denúncia deve configurar **infração disciplinar**
    - **d) Representação**
      - Dever do servidor
        - **Lei 8.112/90, art. 116, VI e XII**
      - Encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada
  - **2. Sindicância**
    - **a) Conceito**
      - **Sindicância em sentido amplo**
        - Procedimento administrativo que visa à apuração de irregularidade
      - Tipologia
        - **i. Sindicância inquisitorial**
          - Procedimento administrativo investigativo, discricionário e de natureza inquisitorial
        - **ii. Sindicância contraditória**
          - Procedimento célere, destinado a apurar responsabilidade de menor gravidade
          - **Lei 8.112/90**
    - **b) Comissão**
      - 2 ou 3 servidores **estáveis**
    - **c) Fases**
      - A **Lei 8.112/90** não estabelece nenhuma fase
      - Doutrina
        - Recomenda mesmo regramento do PAD - Rito Ordinário
    - **d) Consequências**
      - i. Arquivamento do processo
      - ii. Aplicação de penalidade de
        - Advertência
        - Suspensão de até 30 dias
      - iii. Instauração de PAD
    - **e) Penalidades**
      - i. Advertência
      - ii. Suspensão por até 30 dias
    - **f) Prazos**
      - Conclusão
        - Até 30 dias
        - Prorrogação
          - Por igual prazo

# SERVIDORES PÚBLICOS - PAD - RITO ORDINÁRIO

**PAD - Rito Ordinário**

- **1. Conceito**
  - Instrumento destinado a apurar **responsabilidade** de servidor por **infração praticada**
    - i. No exercício de suas atribuições; OU
    - ii. Que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido
  - **Obrigatório** quando ilícito praticado ensejar penalidade de
    - **i. Suspensão por mais de 30 dias**
    - ii. Outras mais graves
      - **I - Demissão**
      - **II - Cassação de**
        - **Aposentadoria**
        - **Disponibilidade**
      - **III - Destituição de cargo em comissão**
- **2. Comissão**
  - Formada por 3 (três) servidores **estáveis**
  - O **presidente** da comissão deve ter
    - i. Cargo **efetivo** de mesmo nível ou superior; e/ou
    - ii. Nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado
- **3. Prazos**
  - Conclusão do PAD
    - Não excederá 60 dias, contados da publicação do ato constitutivo da comissão
    - Prorrogável por igual período
- **4. Fases**
  - **a) Instauração**
    - Inicia com a publicação do ato que constituir a comissão
    - Deve ser precedida de **exame de admissibilidade**
      - Análise prévia, em que a autoridade competente decide se determina ou não a instauração do PAD
      - Deve haver indícios de
        - i. Materialidade (fato); e/ou
        - ii. Autoria (sujeito)
  - **b) Inquérito administrativo**
    - **i. Instrução**
      - Busca elementos para amparar a formação de convicção da comissão e da autoridade julgadora
      - Objetiva a coleta de provas
      - Atos de instrução probatória (rol exemplificativo)
        - Diligências
        - Perícias
        - Depoimentos de testemunhas
        - Interrogatório do acusado
      - **Indiciação**
        - Último ato da instrução
        - Instrumento de acusação formal do servidor
        - Servidor passa de **acusado** para **INDICIADO**
        - A **indiciação** delimita a acusação quanto a
          - i. Autoria
            - Qualifica o servidor
          - ii. Materialidade
            - Descreve os fatos
              - Contraditório
              - Direito de ciência
              - Direito de contestação
            - Aponta as provas
    - **ii. Defesa**
      - **Forma**
        - Forma **escrita**
        - Princípio do **formalismo moderado** (**instrumentalidade das formas**)
      - **Revelia**
        - Não apresentação da defesa no prazo
        - Efeitos da **revelia**
          - i. Designação de **defensor dativo**
            - Servidor estável ou não
            - Requisitos
              - Cargo; e/ou
              - Escolaridade
          - ii. Competência para designar o defensor dativo
            - Autoridade instauradora
    - **iii. Relatório**
      - Dirigido à autoridade instauradora
      - Menção às provas
        - Deve conter grau de convicção
      - Deve ser **conclusivo** quanto à
        - I - Inocência
        - II - Responsabilidade
          - Dispositivo legal transgredido
          - Circunstâncias
            - Agravantes
            - Atenuantes
  - **c) Julgamento**
- **5. Contraditório e ampla defesa**
  - Devem ser concedidos a partir da fase do **inquérito administrativo**
  - **Lei 8.112/90, art. 153**
- **6. Afastamento preventivo**
  - **Cabível**
  - **Medida cautelar**
    - Para que servidor não venha influir na apuração
    - **Não é penalidade**
  - **Prazo**
    - Até 60 dias
    - Prorrogável por igual período

# SERVIDORES PÚBLICOS - PAD - RITO SUMÁRIO E PRAZOS

**PAD - Rito Sumário e Prazos**

- **1. Rito Sumário**
  - **a) Hipóteses**
    - **i. Acumulação ilegal de**
      - Cargos;
      - Empregos; ou
      - Funções públicas
    - **ii. Abandono de cargo**
      - Ausência intencional por mais de 30 dias
      - **Lei 8.112/90, art. 138**
    - **iii. Inassiduidade habitual**
      - Falta injustificada por 60 dias
      - Interpoladamente em período de 12 meses
      - **Lei 8.112/90, art. 139**
  - **b) Comissão**
    - 2 servidores estáveis
  - **c) Fases**
    - **i. Instauração**
      - Indicação
        - Autoria
        - Materialidade da transgressão
    - **ii. Instrução sumária**
      - I - Indiciação
      - II - Defesa
      - III - Relatório
    - **iii. Julgamento**
- **2. Prazos**
  - **a) Prazo do processo**
    - Prazo para conclusão mais prazo para julgamento
    - **i. Sindicância**
      - 30 + 30 + 20 = 80 dias
    - **ii. PAD - Rito ordinário**
      - 60 + 60 + 20 = 140 dias
    - **iii. PAD - Rito sumário**
      - 30 + 15 + 5 = 50 dias
  - **b) Prescrição**
    - **i. Penas expulsivas (capitais)**
      - 5 anos
    - **ii. Suspensão**
      - 2 anos
    - **iii. Advertência**
      - 180 dias
    - **3 momentos**
      - I - Começa a correr
        - A partir de quando o fato se tornou conhecido
      - II - Interrompe
        - Abertura sindicância
        - Instauração PAD
      - III - Recomeça
        - Após prazo decisão final (prazo processo)

# CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO

**Conceito de Serviço Público**

- **1. Introdução**
  - Atualmente, alguns autores adotam um conceito amplo para serviço público, enquanto outros adotam um conceito restrito, não se podendo afirmar, contudo, que um seja mais correto que o outro
- **2. Mais amplo**
  - Os serviços públicos incluiriam todas as atividades do Estado (**função pública**)
  - ✔ **Inclui**
    - Legislação
    - Jurisdição
    - Execução
  - ⚠ **Obs.:** O **Cespe** adotou esse conceito (TCU/2007) ao considerar **errada** a afirmativa segundo a qual o DF deveria prestar os **serviços públicos** previstos como de competência dos Estados e dos Municípios, cumulativamente
- **3. Amplo**
  - Os serviços públicos abrangeriam as atividades de **administração pública** em sentido **material**
  - **Exclui**
    - Legislação
    - Jurisdição
  - ✔ **Inclui**
    - Execução
      - Serviço público
        - Serviço público em sentido estrito
        - Serviços administrativos da Administração Pública
      - Polícia administrativa
      - Fomento
      - Intervenção indireta no domínio econômico
- **4. Restrito**
  - Os **serviços públicos** abrangeriam
    - i. Serviço público em **sentido estrito**
      - Prestações de utilidades ou comodidades materiais efetuadas **DIRETAMENTE** à população, pela Administração Pública ou seus delegatários
    - ii. **Serviços administrativos** da Administração Pública
      - Atividades internas (atividades-meio) da Administração Pública, voltadas **INDIRETAMENTE** aos interesses ou necessidades dos administrados
  - **Exclui**
    - Legislação
    - Jurisdição
    - Execução
      - Polícia administrativa
      - Fomento
      - Intervenção indireta no domínio econômico
  - **Inclui**
    - Serviço público
      - Serviço público em **sentido estrito**
      - **Serviços administrativos** da Administração Pública
  - ⚠ **Obs.:** Conceito adotado por **Maria Sylvia Di Pietro**
- **5. Mais restrito**
  - Os serviços públicos abrangeriam somente as prestações de utilidades ou comodidades materiais efetuadas **DIRETAMENTE** à população, pela Administração Pública ou seus delegatários
    - Serviço público em **sentido estrito**
  - **Exclui**
    - Legislação
    - Jurisdição
    - Execução
      - **Serviços administrativos** da Administração Pública
      - Polícia administrativa
      - Fomento
      - Intervenção indireta no domínio econômico
  - ✔ **Inclui**
    - Somente o serviço público em **sentido estrito**
  - **Obs.:** Conceito adotado por **Celso Antônio**, **Marcelo Alexandrino** e **Vicente Paulo**

# SERVIÇOS PÚBLICOS - CONSIDERAÇÕES GERAIS

**Serviços Públicos**

- **1. Critérios**
  - Em suas origens, os autores adotavam **3 CRITÉRIOS** para conceituar serviço público
  - **a) Critério orgânico (subjetivo)**
    - Serviços públicos seriam somente aqueles prestados **diretamente** pelo **ESTADO**, mediante seus órgãos ou entidades estatais
    - Crítica
      - Esse critério entrou em declínio com o surgimento de formas de prestação **indireta** de serviços públicos (**delegação** a pessoas privadas)
  - **b) Critério material (objetivo)**
    - Adotado pela escola ou corrente **essencialista**
    - Utiliza, como **critério** para definição de serviço público, a **natureza da atividade** (relevância)
    - Serviços públicos seriam aqueles relacionados à satisfação de **NECESSIDADES ESSENCIAIS** da coletividade (interesses coletivos **primários**)
      - **Serviços essenciais**
    - Crítica
      - Nem sempre os serviços públicos constituem atividades essenciais à coletividade
      - Existem atividades prestadas pelo Estado em razão da sua **conveniência** (interesses coletivos **não-essenciais**)
        - **Serviços úteis**
  - **c) Critério formal**
    - Adotado pela escola ou corrente **formalista** (**legalista**)
    - Defende a tese de que não é possível identificar um núcleo relativo à natureza da atividade que a leve a ser classificada como serviço público
    - Utiliza, como **critério** para definição de serviço público, o **regime jurídico** sob o qual a atividade é desenvolvida
    - Serviços públicos seriam as atividades estatais exercidas sob **regime jurídico de DIREITO PÚBLICO**
      - Supremacia do interesse público
      - Indisponibilidade do interesse público
    - Crítica
      - **Conceito muito amplo** que abrangeria, além da função administrativa, a jurisdicional e a legislativa
      - Em alguns casos incidem **regras de direito privado** (**regime jurídico híbrido**), principalmente quando o serviço público é executado por pessoas privadas
- **2. Formas de prestação**
  - **a) Centralizada**
    - O serviço é prestado pela administração direta
  - **b) Descentralizada**
    - O serviço é prestado por pessoa diferente do ente federado a que a Constituição atribui a titularidade
    - **i. Por serviços**
      - O serviço é prestado por entidade da administração indireta, à qual a lei transfere a sua titularidade
      - Descentralização mediante **outorga legal**
    - **ii. Por colaboração**
      - O serviço é prestado por particulares, aos quais, mediante delegação do Poder Público, é atribuída a sua mera execução
      - Descentralização mediante **delegação**
        - **CF, art. 175**
- **3. Delegação de serviço público**
  - **Disposições constitucionais** (**CF, art. 175**)
    - Incumbe ao Poder Público, diretamente ou sob regime de **concessão** ou **permissão**, sempre através de **licitação**, a prestação de serviços públicos
      - **Serviços públicos econômicos**
    - A lei disporá sobre
      - i. Regime das empresas concessionárias e permissionárias, **contrato** e condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão
      - ii. Direitos dos usuários
      - iii. Política tarifária
      - iv. Obrigação de manter serviço adequado
  - **Espécies**
    - **a) Concessão**
      - **i. Comum**
        - **I - Serviço público**
        - **II - Serviço público precedido da execução de obra pública**
        - **Lei 8.987/95**
      - **ii. Parcerias Público-Privadas**
        - **I - Concessão patrocinada**
        - **II - Concessão administrativa**
        - **Lei 11.079/04**
        - **Ver mapa "Parcerias Público-Privadas"**
    - **b) Permissão**
      - **Lei 8.987/95**
    - **c) Autorização**
    - **Ver mapas "Delegação" e "Disposições da Lei 8.987/95"**

# CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

**Classificação dos Serviços Públicos**

- **1. Quanto ao usuário**
  - **a) Gerais (*uti universi*)**
    - **Indivisíveis**
      - Prestados a **toda a coletividade**, indistintamente
      - São usufruídos apenas **indiretamente** pelos indivíduos
    - Usuários são indeterminados e indetermináveis
    - **Ex.:** Defesa pública, serviços administrativos, iluminação pública, limpeza urbana
  - **b) Individuais (*uti singuli*)**
    - **Específicos**
      - Visam à satisfação **individual** e **direta** das necessidades dos cidadãos
    - Podem ser remunerados mediante **taxa** (regime legal) ou **tarifas** (regime contratual)
    - **Ex.:** Fornecimento de água encanada, gás canalizado, energia elétrica
- **2. Quanto à prestação**
  - **a) Delegáveis (não exclusivos)**
    - Podem ser prestados pelo Estado ou, alternativamente, serem delegados a particulares
    - ✔ Admitem **delegação**
  - **b) Indelegáveis (exclusivos)**
    - Somente podem ser prestados pelo Estado
    - **Não** admitem **delegação**
- **3. Quanto ao objeto**
  - **a) Administrativos**
    - Atendem a **necessidades internas** da Administração Pública
    - Não são usufruídos diretamente pela comunidade
    - **Ex.:** Imprensa oficial
  - **b) Sociais**
    - Atendem a necessidades coletivas, em que a atividade do Estado é **essencial**
      - Atendem aos **direitos sociais** da população
      - **CF, art. 6º e Título VIII**
    - Possuem **natureza SOCIAL**
      - O Poder Público os presta **sem intuito de lucro**
    - **Não** são de **titularidade exclusiva** do Poder Público
      - Quando exercido por **particulares**
        - **Não** é **serviço público**
        - ✔ É serviço **privado**
    - **Ex.:** Saúde, educação, previdência, cultura
  - **c) Econômicos (comerciais ou industriais)**
    - Atendem a necessidades coletivas de ordem econômica
      - **CF, art. 175**
    - Possuem **natureza ECONÔMICA**
      - Explorados com a possibilidade de **lucro**
    - ✔ São de **titularidade exclusiva** do Poder Público
      - Forma de prestação
        - **Direta**
          - Prestado pelo Poder Público
        - **Indireta**
          - Prestado por particulares mediante delegação de serviço público
    - **Ex.:** Transporte, energia elétrica, telecomunicações
    - **Não** se confundem com **atuação direta do Estado no domínio econômico**
      - Regime de **concorrência**
        - Exploração direta de atividade econômica
        - **CF, art. 173**
      - Regime de **monopólio**
        - Exclusivos da União
        - **CF, art. 177**
- **4. Próprios e impróprios**
  - **Maria Sylvia**
    - **a) Serviço público próprio**
      - São aqueles que, atendendo a **necessidades coletivas**, o Estado assume como seus e os executa **diretamente** (por meio de seus agentes) ou **indiretamente** (mediante concessionários e permissionários)
    - **b) Serviço público impróprio**
      - São atividades privadas exercidas por particulares mas que, por atenderem a **necessidades coletivas**, dependem de **autorização** do Poder Público, sendo por ele regulamentadas e fiscalizadas
      - **Não é** realmente **serviço público** em sentido jurídico
      - **Ex.:** Serviços de seguro e de previdência privada
  - **Hely Lopes**
    - **a) Serviço público próprio**
      - São aqueles relacionados às atribuições do Poder Público e para os quais a Administração usa de **SUPREMACIA**
      - Só devem ser prestados por órgãos e entidades públicas, **sem delegação a particulares**
    - **b) Serviço público impróprio**
      - São aqueles que **não afetam** substancialmente as **necessidades da comunidade**, mas **satisfazem** a interesses comuns
      - A administração os presta **remuneradamente**, por intermédio de:
        - Seus órgãos
        - Administração indireta
        - Concessionários, permissionários, autorizatários

# SERVIÇOS PÚBLICOS - DELEGAÇÃO

**Delegação**

- **1. Concessão Comum**
  - **a) Conceito**
    - **i. Concessão de serviço público**
      - Delegação da prestação
        - Mediante licitação na modalidade **concorrência**
        - Feita a pessoa **jurídica** ou a **consórcio** de empresas
        - Por **prazo determinado**
    - **ii. Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública**
      - Construção delegada
        - Licitação na modalidade **concorrência**
        - Feita a pessoa **jurídica** ou a **consórcio** de empresas
        - Investimento remunerado / amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra
        - Por prazo **determinado**
  - **b) Características**
    - i. Prestação de serviço precedida ou não de obra
    - ii. Modalidade de licitação
      - **Concorrência**
        - Regra geral
      - **Leilão**
        - Nos casos de **privatização** simultaneamente com outorga de **concessão** de serviço público prestado por pessoas jurídicas sob controle da União
          - **Exceto** para serviços de **telecomunicação**
          - **Lei 9.074/95, art. 27**
        - Regra aplicável também nos casos em que o titular da concessão de competência da União for empresa sob controle dos Estados, DF ou dos Municípios, desde que as partes acordem quanto às regras estabelecidas
          - **Lei 9.074/95, art. 30**
    - iii. Concessionário
      - Pessoa **jurídica**
      - **Consórcio** de empresas
    - iv. Por prazo **determinado**
    - v. Não é cabível revogação do contrato
  - **Obs.:**
    - Licitação na modalidade **leilão**
      - Privatização simultaneamente com outorga de concessão de serviço público prestado pelas estatais
        - **Exceto** serviços de Telecom
    - **Lei 9.074/95, art. 27**
  - **Ver mapa de "Disposições da Lei 8.987/95"**
- **2. Permissão**
  - **a) Conceito**
    - Delegação da prestação de serviços públicos
      - A título **precário**
      - Mediante **licitação**
      - Feita a pessoa **física** ou pessoa **jurídica**
  - **b) Características**
    - **i. Prestação de serviço público**
    - **ii. Modalidade de licitação**
      - **Cabível**, conforme o caso
    - **iii. Permissionário**
      - Pessoa **física**
      - Pessoa **jurídica**
    - **iv. A título precário**
      - Embora a Lei 8.987/95 não estabeleça expressamente, os contratos de permissão de serviço público devem ser celebrados por prazo **determinado**
  - **Ver mapa de "Disposições da Lei 8.987/95"**
- **3. Autorização**
  - Serviço de **interesse** predominante ou exclusivo do **particular**
  - **Não** há o caráter de **generalidade** / **universalidade**
    - Regra geral, o serviço é prestado a usuários restritos, sendo o beneficiário próprio **particular** autorizado
  - **Não** há **licitação** prévia
  - É **ato administrativo**
    - **Unilateral**
    - **Discricionário**
      - Depende do controle de mérito da Administração Pública (conveniência e oportunidade)
      - **Obs.:** A Lei Geral de Telecomunicações define autorização como ato **vinculado**
        - Nesse caso, **não** caberá a análise de **mérito**
        - Ato declaratório
          - Direito subjetivo do particular que preencher os requisitos legais e regulamentares
    - **Precário**
      - Regra geral, é outorgada **sem prazo** determinado
      - **Inexistência** de direito à **indenização** no caso de revogação
      - **Obs.:**
        - Excepcionalmente, nos casos em que a autorização tenha sido **outorgada** por **prazo certo**, a sua **revogação** antes do termo final estipulado pode gerar **direito à indenização** dos prejuízos que o particular tenha sofrido (danos emergentes)

# SERVIÇOS PÚBLICOS - DELEGAÇÃO COMUM - LEI 8.987/95

## Disposições da Lei 8.987/95

- **1. Serviço adequado**
  - **Lei 8.987/95**: Lei de normas gerais sobre os regimes de concessão e de permissão de serviços públicos
  - **Serviço adequado** é o que satisfaz as condições de
    - **i. Regularidade**
    - **ii. Continuidade**
      - **Não** caracteriza **descontinuidade** do serviço
        - 1. Interrupção em situação de **emergência**
        - 2. Após **prévio aviso**
          - I - Motivada por razões de:
            - Ordem **técnica**
            - **Segurança** das instalações
          - II - Por **inadimplemento** do usuário, considerado o interesse da **coletividade**
    - **iii. Eficiência**
    - **iv. Segurança**
    - **v. Atualidade**
      - Compreende:
        - I - Modernidade
          - Das técnicas, equipamentos, instalações e conservação
        - II - Melhoria e expansão do serviço
    - **vi. Generalidade**
    - **vii. Cortesia na sua prestação**
    - **viii. Modicidade das tarifas**
- **2. Política tarifária**
  - **a) Tarifa**
    - **Preço público** que representa a contraprestação pecuniária de um serviço público, pago diretamente pelo usuário ao respectivo prestador
    - Fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação
  - **b) Revisão**
    - Alterações **pontuais** no valor da tarifa para **RESTABELECER** o **equilíbrio econômico-financeiro**
    - Decorre de fatores que alteram de modo **extraordinário** as condições existentes no momento da celebração do contrato
      - Álea extracontratual e extraordinária
    - **Casos**
      - **Fato do Príncipe**
        - Criação, alteração ou extinção de **tributos** ou **encargos legais**, **após** a apresentação da **proposta**, quando comprovado seu impacto
          - **Ressalvados** os **impostos** sobre a **renda**
        - **Lei 8.987/95, art. 9º, § 3º**
      - **Fato da Administração**
        - Alteração **unilateral** do contrato que **afete** o seu inicial **equilíbrio econômico-financeiro**
        - **Lei 8.987/95, art. 9º, § 4º**
  - **c) Reajuste**
    - Alterações **periódicas** no valor da tarifa para **atualizá-la** em relação a **perdas inflacionárias**
    - Objetiva a **MANUTENÇÃO** do **equilíbrio econômico-financeiro**
    - Baseado em **índices** que reflitam a variação dos preços dos insumos
- **3. Licitação**
  - **a) Modalidade**
    - i. Concessão
      - Concorrência
      - Leilão
        - **Lei 9.074/95**
    - ii. Permissão
      - Cabível
  - **b) Tipo**
    - Menor valor da tarifa
    - Maior oferta
      - Nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão
    - Melhor proposta técnica com preço fixo
    - Melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas
    - Combinação de tipos, nos termos da Lei 8.987/95
  - O edital poderá prever a **inversão** da ordem das fases de **habilitação** e **julgamento**
    - **Lei 8.987/95, art. 18-A**
- **4. Principais prerrogativas do poder concedente**
  - i. Alteração **unilateral** das cláusulas de execução
    - Deve assegurar a **manutenção** do **equilíbrio econômico-financeiro** do contrato
  - ii. Extinção **unilateral** da concessão ou da permissão antes do término do prazo estabelecido
  - iii. Inspeção e fiscalização
  - iv. Aplicação de penalidades contratuais e administrativas
  - v. Intervenção
    - Procedimento acautelatório, adotado no caso de prestação **inadequada** do serviço
    - **Finalidade**
      - Assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas
      - Apurar eventuais irregularidades havidas na prestação do serviço
    - **Procedimento**
      - Feita mediante **DECRETO** do poder concedente, que conterá:
        - Designação do interventor
        - Prazo da intervenção
        - Objetivos e limites da medida
      - Prazos
        - **30 dias** para **instaurar** procedimento administrativo para
          - Comprovar as causas determinantes da intervenção
          - Apurar responsabilidades
          - Assegurar o direito de ampla defesa
        - De **até 180 dias** para **conclusão** do procedimento administrativo
      - Cessada a intervenção, se não for **extinta** a concessão, será **devolvida** à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor

# SERVIÇOS PÚBLICOS - DELEGAÇÃO COMUM - LEI 8.987/95

**Disposições da Lei 8.987/95**

## 5. Contrato de concessão

- **a) Arbitragem**
  - O contrato poderá prever mecanismos **privados** para resolução de disputas relacionadas ao contrato, inclusive **arbitragem** (deve ser realizada no **Brasil** e em lingua **portuguesa**)
- **b) Contratação de terceiros**
  - ✔ O concessionário poderá contratar com terceiros
    - i. Desenvolvimento de atividades **inerentes**, **acessórias** ou **complementares** ao serviço concedido
    - ii. Implementação de projetos **associados**
  - **Não** se trata da contratação de terceiros para prestação do **serviço público concedido**
  - Contrato **privado**
    - Natureza jurídica de **DIREITO PRIVADO**, sem qualquer relação jurídica entre terceiros e o poder concedente
- **c) Subconcessão**
  - É a **transferência parcial** da execução do próprio **serviço público concedido**
  - A subconcessão tem a mesma **natureza pública** do contrato de concessão
  - **Requisitos**
    - Deve estar **prevista** no **contrato** de concessão
    - Deve ser expressamente **autorizada** pelo **poder concedente**
    - Deve ser precedida de **concorrência**
    - A subconcessionária **se sub-rogará** (assumirá) todos os direitos e as obrigações da concessionária dentro dos limites da subconcessão
- **d) Transferência da concessão**
  - É a entrega do **objeto da concessão** a outra pessoa
  - **Requisitos**
    - Deve ter a **prévia** anuência do poder concedente
    - Pretendente deve:
      - Atender às exigências de **capacidade** técnica, financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço
      - Comprometer-se com todas as cláusulas do contrato em vigor
- **e) Transferência do controle acionário**
  - É a transferência do **controle societário** da concessionária, não se alterando a pessoa jurídica, uma vez que os sócios possuem personalidade jurídica distinta da entidade
  - **Requisitos**
    - Deve ter a **prévia** anuência do poder concedente
    - Pretendente deve:
      - Atender às exigências de **capacidade** técnica, financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço
      - Comprometer-se com todas as cláusulas do contrato em vigor
- **Obs.:** A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária **sem prévia anuência** do poder concedente implica a **caducidade** da concessão

## 6. Extinção da concessão

- **a) Reversão**
  - É o advento do termo contratual (término do prazo estabelecido no contrato)
  - **Procedimento**
    - Extinta a concessão, os **bens reversíveis**, especificados no contrato (**art. 23, X**), passam à propriedade do poder concedente
    - **Bens reversíveis**
      - São aqueles descritos no contrato que passam automaticamente à propriedade do poder concedente com a extinção da concessão
    - A reversão é feita com a **indenização** dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados
      - Visa garantir a continuidade e atualidade do serviço
- **b) Encampação**
  - Retomada do serviço, **antes do término** do prazo da concessão, por motivo de **interesse público**
  - Adotada mediante **lei autorizativa específica**, após **prévio** pagamento da **indenização**
  - **Condições para encampação**
    - Interesse público
    - Lei autorizativa específica
    - Pagamento **prévio** da indenização
- **c) Caducidade**
  - Extinção da concessão em razão de **inexecução** total ou parcial do contrato por parte da **concessionária**
  - **Tipos**
    - **i. Vinculada**
      - **Transferência** da concessão ou do controle acionário **sem prévia anuência** do poder concedente
    - **ii. Discricionária**
      - Decorre de **inexecução** total ou parcial do contrato
  - **Procedimento**
    - i. **Comunicação** à concessionária dos descumprimentos contratuais, dando-lhe um **prazo** para **corrigir** as falhas e transgressões apontadas
    - ii. Instauração de **Processo Administrativo**, onde:
      - Verifica-se a inadimplência
      - Assegura-se o direito a ampla defesa
    - iii. **Declaração** da caducidade
      - Mediante **DECRETO**
      - **Independente** de **indenização prévia**
      - A indenização será calculada no decorrer do processo
- **d) Rescisão**
  - Forma **judicial** de extinção da concessão por **iniciativa** da **concessionária**
  - Decorre de **descumprimento** das normas **contratuais** pelo **poder concedente**
  - Adotada exclusivamente por **ação judicial**
  - Serviços prestados **não** poderão ser **interrompidos** ou paralisados, até a **decisão judicial transitada em julgado** (**inaplicabilidade** plena do ***exception nom adimpleti contrato***)
- **e) Anulação**
  - Extinção do contrato em decorrência de **vício** (motivo de ilegalidade ou legitimidade)
- **f) Falência/extinção da concessionária**

# SERVIÇOS PÚBLICOS - CONCESSÃO - PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

## Parcerias Público-Privada

### 1. Conceito

- As Parcerias Público-Privadas (PPP) são **modalidades** específicas de contratos de **concessão**, dispostas na **Lei 11.079/04**
- **Modalidades de PPP**
  - **i. Concessão Patrocinada** – Trata-se de concessão de serviço público, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, **contraprestação pecuniária** do parceiro público ao parceiro privado
  - **ii. Concessão Administrativa** – É o contrato de prestação de serviços de que a **Administração Pública** seja a **usuária** direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação
- **Não** constitui PPP a concessão **comum**, pois esta não envolve contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado
- **Vedações à PPP**
  - i. Valor do contrato seja **inferior** a **20 milhões** de reais
  - ii. Período de prestação **inferior** a **5 anos**
  - iii. Tenha como **objeto único** fornecimento de **mão de obra**, de **equipamentos** ou a execução de **obra pública**

### 2. Licitação

- **Modalidade** – **Concorrência**
- **Condições p/ abertura do processo**
  - As despesas criadas ou aumentadas **não poderão afetar** as metas de resultados fiscais
  - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar a PPP
  - Seu objeto estar previsto no PPA em vigor
  - **Autorização legislativa específica** – Para as concessões **patrocinadas** em que **mais de 70%** da remuneração do parceiro privado for paga pela Adm. Pública
- O edital **poderá** prever
  - Exigência de **garantia** de proposta do licitante
  - Emprego dos mecanismos **privados** para resolução de disputas, inclusive **arbitragem**
- **Procedimento**
  - O julgamento poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas, desclassificando-se os licitantes que não alcançarem a pontuação mínima
  - **Critérios** de julgamento
    - i. Menor valor da tarifa
    - ii. Melhor proposta em razão da combinação do critério de menor valor da tarifa com o de melhor técnica
    - iii. Menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública
    - iv. Melhor proposta em razão da combinação do critério de menor valor da contraprestação a ser paga pela Adm. Pública com o de melhor técnica
  - Apresentação das **propostas econômicas**
    - i. Propostas escritas em envelopes lacrados
    - ii. Propostas escritas, seguidas de **lances em viva voz**
      - Feitos na ordem inversa da classificação das propostas escritas, sendo **vedado** ao **edital limitar** a quantidade de **lances**
      - Poderá haver **restrição** aos **licitantes** cuja proposta escrita for no máximo 20% maior que a melhor proposta
- O edital poderá prever a **inversão** da ordem das fases de **habilitação** e **julgamento**

### 3. Contrato de PPP

- As cláusulas dos contratos de PPP atenderão, no que couber, às do contrato de concessão comum
- **Prazo de vigência**
  - Deve ser compatível com a amortização dos investimentos realizados
  - **Não** pode ser **inferior** a **5 anos**, **nem superior** a **35 anos**, incluindo eventual prorrogação
- **Contraprestação da Administração Pública**
  - A contraprestação pode ser feita por
    - i. Ordem bancária
    - ii. Cessão de créditos **NÃO tributários**
    - iii. Outorga de direitos em face da Administração Pública
    - iv. Outorga de direitos sobre bens públicos **dominicais**
  - A remuneração poderá ser **variável**, conforme o desempenho do parceiro privado
  - A contraprestação da Adm. Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto da PPP – O pagamento poderá ser **parcelado**
- **Reajuste** – Poderá haver cláusulas de **atualização automática**
  - Aplicadas **sem** necessidade de **homologação** pela Adm. Pública
  - **Exceto** por razões fundamentadas para a rejeição do reajuste

### 4. Sociedade de propósito específico (SPE)

- Antes da celebração do contrato deverá ser constituída uma SPE
  - Incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria
  - Poderá assumir a forma de companhia de capital aberto
- A transferência do controle da SPE é condicionada à autorização expressa da Administração Pública
- O pretendente à aquisição do controle deverá
  - Atender às exigências de **capacidade** técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço
  - Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor
- É **vedado** à Adm. Pública ser **titular** da maioria do **capital votante** das SPE – Exceto por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em caso de inadimplemento do financiamento

# RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

**Responsabilidade Civil do Estado**

- **1. Conceito**
  - Também chamada de **Responsabilidade Extracontratual do Estado**
    - **i. Responsabilidade civil**
      - Obrigação de reparar danos patrimoniais
    - **ii. Extracontratual**
      - Não decorre de descumprimento de contrato
  - Obrigação que tem o Estado de **indenizar** os danos **patrimoniais** ou **morais** que seus agentes, atuando em seu nome, ou seja, na **qualidade de agentes públicos**, causem à esfera juridicamente tutelada dos particulares
- **2. Evolução histórica**
  - **a) Teoria da irresponsabilidade**
    - Estados não podiam ser responsabilizados, pois eram personificados pela figura do rei
    - *"The king can do no wrong"*
  - **b) Teorias civilistas**
    - Teoria da **culpa civil comum** do Estado
    - Pretendia equiparar o Estado ao indivíduo
    - Teoria da **responsabilidade subjetiva** (do agente público)
    - **Requisitos**
      - i. Culpa ou dolo do agente público
      - ii. Dano
  - **c) Teoria da culpa administrativa**
    - Teoria da **culpa do serviço** (culpa anônima do serviço público)
    - **Transição** entre a teoria da **responsabilidade subjetiva** e a teoria do **risco administrativo** (**responsabilidade objetiva**)
    - A responsabilidade por indenizar passa a ser do Estado e não mais do agente (anônima)
    - A obrigação de indenizar surge de uma das 3 formas da **falta do serviço**:
      - i. Inexistência do serviço
      - ii. Mau funcionamento do serviço
      - iii. Retardamento do serviço
    - **Requisitos**
      - **i. Falta do serviço**
        - Deve ser comprovada
      - **ii. Dano**
  - **d) Teoria do risco**
    - Teoria da **responsabilidade OBJETIVA**
    - **i. Risco administrativo**
      - A obrigação de reparar o dano **ocorre independentemente** da existência da **falta do serviço** ou da **culpa do agente público**
      - **Requisitos**
        - I - Fato do serviço
          - Não se exige a comprovação de culpa
        - II - Dano
        - III - Nexo de causalidade
          - Relação de causalidade entre a prestação de serviço público e o dano causado a terceiro
      - **Excludentes de responsabilidade**
        - I - Culpa exclusiva da vítima
        - II - Culpa de terceiros
        - III - Força maior
      - Ônus da prova de culpa do particular, se existente, cabe sempre à Administração
        - A vítima fica dispensada de comprovar a culpa da Administração
      - **CF, art. 37, § 6°**
    - **ii. Risco integral**
      - **Não** há **excludentes de responsabilidade**
      - A obrigação de indenizar ocorre mesmo que o dano decorra de culpa exclusiva do particular
        - Basta a existência de evento danoso e nexo causal
      - Para Hely Lopes, essa teoria jamais foi adotada em nosso ordenamento jurídico

# RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO II

## Responsabilidade Civil do Estado

### 3. Responsabilidade Extracontratual na CF/88

- **RESPONSABILIDADE OBJETIVA** do Estado (**CF, art. 37, § 6°**)
- Teoria do **risco administrativo**
  - Conduta **comissiva**
- **Abrangência**
  - **i. Pessoa jurídica de direito público**
    - Administração Direta
    - Autarquias e fundações públicas
  - **ii. Pessoa jurídica de direito privado**
    - Empresas públicas **prestadoras de serviço público**
    - Sociedades de economia mista **prestadoras de serviço público**
    - Fundações públicas de direito privado que prestem serviço público
    - Delegatárias de serviços públicos
      - Concessionárias
      - Permissionárias
      - Autorizadas
  - **Obs.:**
    - **Não** inclui as **empresas públicas** e **sociedades de economia mista EXPLORADORAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA**
    - Estas são regidas pelo Direito Civil e/ou pelo Direito Comercial
- A responsabilidade civil objetiva das prestadoras de serviço público **abrange** os danos causados aos **usuários** do serviço público e também a **terceiros não usuários** do serviço público
- Agente estatal deve estar exercendo seu ofício ou função, ou proceder como se a estivesse exercendo

### 4. Responsabilidade Subjetiva da Administração

- Teoria da **culpa administrativa**
- A CF/88 não traz regras relativas a responsabilidade civil por eventuais danos causados por omissões do Poder Público
  - Mas a jurisprudência construiu o entendimento que esta é possível
- Culpa anônima ou culpa do serviço
- Conduta **omissiva** do Poder Público
  - Omissão culposa
  - Deve ser comprovada a **falta do serviço**
    - O ônus da prova é do particular
- **Excludentes de responsabilidade**
  - i. Exclusivamente atos de terceiros
  - ii. Força maior (fenômenos da natureza)

### 5. Atos Legislativos

- Em regra, não acarretam responsabilidade extracontratual do Estado
- **Exceção**
  - **i. Edição de leis inconstitucionais**
  - **ii. Edição de leis de efeitos concretos**

### 6. Atos Jurisdicionais

- A regra geral é a irresponsabilidade do Estado pelos atos jurisdicionais
- **Área criminal**
  - O Estado indenizará o condenado por erro judiciário (**CF, art. 5º, LXXV**)
  - **Não** alcança a esfera **cível**

### 7. Ação de Reparação do dano

- **a) Acordo administrativo**
  - Reconhecido o dano pelo Poder Público, e havendo acordo entre as partes, pode haver **indenização** diretamente pela **via administrativa**
  - Reparação do dano amigavelmente
- **b) Ação judicial**
  - **Contra a Administração, somente**
  - Contra a Administração e o agente público, em litisconsórcio
    - **STF é contrário** a essa possibilidade
  - Contra o agente público, somente
    - **STF é contrário** a essa possibilidade
  - Prazo de **prescrição** da ação de reparação
    - **5 anos**
      - **Jurisprudência STJ**
      - **Decreto 20.910/32, art. 1º**
      - **Lei 9.494/97, art. 1º-C**
- **c) Ação regressiva**
  - O Estado indeniza o terceiro, e o agente público indeniza o Estado
  - **Requisitos**
    - i. Que a Administração já tenha sido condenada a indenizar a vítima pelo dano; e
    - ii. Que tenha havido culpa ou dolo por parte do agente cuja atuação ocasionou o dano
  - **CF, art. 37, § 6°**

# CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Controle da Administração Pública**

- **1. Conceito**
  - O controle da Administração Pública está embasado no **princípio da legalidade**
  - Conjunto de instrumentos pelos quais a própria **Administração Pública**, os Poderes **Judiciário** e **Legislativo**, e ainda o **povo**, diretamente ou por meio de seus órgãos especializados, possam exercer o poder de **fiscalização**, **orientação** e **revisão** da atuação administrativa de todos os órgãos, entidades e agentes públicos, em todas as esferas do Poder
- **2. Classificação**
  - **a) Conforme a origem**
    - **i. Interno**
      - Exercido no âmbito interno do **mesmo Poder**, por órgãos presentes em sua estrutura
      - Dá-se sobre **legalidade**, **eficiência** e **mérito** dos seus atos (**CF, art. 74**)
    - **ii. Externo**
      - Exercido de **um Poder sobre outro**, relativamente a **atos administrativos**
      - Também é externo o controle da administração direta sobre a indireta
      - **Ex.:** Auditoria realizada pelo TCU sobre despesas realizadas pelo P. Executivo
    - **iii. Popular**
      - Trata-se da possibilidade de a coletividade fiscalizar a Administração Pública
      - **Ex.:** Proposição de ação popular (**CF, art 5º, LXXIII**)
  - **b) Conforme o momento de exercício**
    - **i. Prévio**
      - Chama-se **preventivo**, prévio, ou ***a priori***
      - Ocorre quando é efetivado antes do início ou da conclusão do ato
    - **ii. Concomitante**
      - Controle durante a realização do ato
      - **Ex.:** Auditoria durante a execução do orçamento
    - **iii. Posterior**
      - Chamado controle posterior, subsequente ou corretivo
      - Ocorre após a finalização do ato
      - Seu objetivo é desfazê-lo, se ilegal ou inconveniente e inoportuno, corrigi-lo ou, ainda, confirmá-lo
  - **c) Quanto ao aspecto controlado**
    - **i. Legalidade / legitimidade**
      - Verifica-se se o ato foi praticado em conformidade com a ordem jurídica
      - Faz-se o confronto entre uma conduta administrativa e uma norma jurídica
      - Resulta na validade, anulação ou convalidação do ato controlado
    - **ii. Mérito**
      - Visa verificar a **oportunidade** e a **conveniência** administrativas do ato controlado
      - Trata-se de **atuação discricionária**, exercida sobre **atos discricionários**
      - Em regra, compete exclusivamente ao próprio Poder que editou o ato administrativo
      - Resulta na revogação, pela administração, de atos discricionários por ela própria editados
      - Poder **Judiciário** exerce controle de **LEGALIDADE** e **LEGITIMIDADE** sobre os **limites** da atuação **discricionária** da administração
        - **Nunca** realiza controle de **mérito** de ato praticado por outro Poder
  - **d) Quanto à amplitude**
    - **i. Hierárquico**
      - Decorre do escalonamento vertical de órgãos da mesma pessoa jurídica da administração pública
      - É sempre um **controle interno**
        - **Relação de SUBORDINAÇÃO** entre controlado e controlador
      - **Ex.:** Ministérios exercem controle hierárquico sobre suas secretarias
    - **ii. Finalístico**
      - Exercido pela administração direta sobre as entidades da administração indireta
      - Resulta da **descentralização administrativa**
        - **Relação de VINCULAÇÃO** entre as pessoas
      - Depende de norma legal que estabeleça meios e ocasiões de controle
      - Também denominado **tutela administrativa** ou **supervisão ministerial**
  - **e) Quanto ao órgão que o exerce**
    - **i. Administrativo**
      - Aspectos de **legalidade** e de **mérito**, de forma provocada ou por iniciativa própria (*ex officio*)
      - É o **controle interno**, fundado no poder de **autotutela** (legalidade e mérito)
      - A Administração pode **anular** seus próprios atos, quando **eivados de vícios** que os tornam ilegais **ou revogá-los**, por motivo de **conveniência** ou **oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos
    - **ii. Legislativo ou Parlamentar**
      - Exercido sob os aspectos político e financeiro
      - **Meios**
        - I - CPI
        - II - Convocação de autoridades e pedido de informação
        - III - Participação na função administrativa
        - IV - Função jurisdicional
        - V - Fiscalização contábil, financeira e orçamentária
        - VI - Sustação de atos normativos
    - **iii. Judiciário**
      - Exercido pelo Judiciário sobre atos administrativos emanados de qualquer dos Poderes
      - Verifica exclusivamente a **legalidade** ou **legitimidade** dos atos administrativos, **nunca** o **mérito**

# IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA I

**Improbidade Administrativa**

- **1. Aspectos gerais**
  - **a) Base constitucional**
    - **CF, art. 37, § 4º**
    - Os atos de improbidade administrativa importarão em
      - i. Suspensão dos direitos políticos
      - ii. Perda da função pública
      - iii. Indisponibilidade dos bens
      - iv. Ressarcimento ao erário
    - Regulamentação legal
      - **Lei 8.429/92**
  - **b) Sujeitos passivos**
    - i. Administração Pública direta e indireta, de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do DF e dos Municípios
    - ii. Empresa estatal ou entidade para cuja criação ou custeio o erário concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual
    - iii. Entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como aquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio ou da receita anual, limitando-se a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos
  - **c) Sujeitos ativos**
    - **Agentes públicos em sentido amplo**
      - i. Exerça mandato, cargo em comissão ou função de confiança
      - ii. Exerça cargo efetivo ou emprego público
    - **Lei 8.429/92, art. 2º**
  - **d) Natureza das sanções**
    - **i. Administrativa**
      - Perda da função pública
      - Proibição de contratar com o Poder Público
    - **ii. Civil**
      - Ressarcimento ao erário
      - Perda dos bens e valores ilícitos
      - Multa civil
    - **iii. Política**
      - Suspensão dos direitos políticos
    - Nota: A Lei 8.429/92 **não** estabelece **SANÇÕES PENAIS** pela prática de atos de improbidade
- **2. Descrição dos atos de improbidade**
  - **a) Enriquecimento ilícito**
    - Vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de
      - Cargo
      - Mandato
      - Função
      - Emprego
      - Atividades
      - } Públicos
    - **Lei 8.492/92, art. 9º**
  - **b) Prejuízo ao erário**
    - Ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje
      - Perda patrimonial
      - Desvio
      - Apropriação
      - Malbarateamento
      - Dilapidação
      - } dos bens ou haveres do Poder Público
    - **Lei 8.492/92, art. 10**
    - Sanções
  - **c) Atentam contra os princípios da Adm. Pública**
    - Ação ou omissão que viole os deveres de
      - Honestidade
      - Imparcialidade
      - Legalidade
      - Lealdade
    - **Lei 8.492/92, art. 11**
    - Sanções

# IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA II

**Improbidade Administrativa**

- **3. Sanções**
  - **a) Enriquecimento ilícito**
    - i. **Suspensão dos direitos políticos** de **OITO a DEZ anos**
    - ii. Perda da função pública
    - iii. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio
    - iv. Ressarcimento integral do dano, quando houver
    - v. **Proibição de contratar** com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo **prazo de DEZ anos**
    - vi. Pagamento de **multa civil** de **até TRÊS vezes** o valor do **acréscimo patrimonial**
  - **b) Prejuízo ao erário**
    - i. **Suspensão dos direitos políticos** de **CINCO a OITO anos**
    - ii. Perda da função pública
    - iii. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância
    - iv. Ressarcimento integral do dano
    - v. **Proibição de contratar** com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo **prazo de CINCO anos**
    - vi. Pagamento de **multa civil** de **até DUAS vezes** o valor do **dano**
  - **c) Atentam contra os princípios da Adm. Pública**
    - i. **Suspensão dos direitos políticos** de **TRÊS a CINCO anos**
    - ii. Perda da função pública
    - iii. Ressarcimento integral do dano, quando houver
    - iv. **Proibição de contratar** com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo **prazo de TRÊS anos**
    - v. Pagamento de **multa civil** de até **CEM vezes** o valor da **remuneração percebida pelo agente**
- **4. Procedimentos administrativos e ações judiciais**
  - **Qualquer pessoa** pode representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação (**Lei 8.492/92, art. 14**)
  - Legitimados *ad causam* para propor a ação:
    - **Lei 8.492/92, art. 17**
    - **i. Ministério Público**
      - Quando não for parte no processo, atuará como fiscal da lei
    - **ii. Pessoa jurídica interessada** (que tenha sofrido lesão patrimonial)
  - **É vedada** a **transação**, **acordo** ou **conciliação** nas ações por atos de improbidade administrativa
  - A **perda da função pública** e a **suspensão dos direitos políticos** só se efetivam com o **trânsito em julgado** da sentença condenatória
    - **Lei 8.492/92, art. 20**
    - Autoridade judicial ou administrativa poderá, todavia, determinar o **afastamento temporário** do agente público
- **5. Juízo competente**
  - **Não** há **foro especial** na ação de improbidade administrativa
  - **Natureza cível**
- **6. Prescrição**
  - **Lei 8.429/92, art. 23**
  - **a) Mandato, cargo em comissão, função de confiança**
    - Prescrevem em até **cinco anos** após o término
  - **b) Cargo efetivo ou emprego público**
    - Estabelecido em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão
  - **c) Ressarcimento ao erário**
    - **Imprescritíveis**
    - **CF, art. 37, § 5º**

# PROCESSO ADMINISTRATIVO I

## Processo Administrativo

### 1. Abrangência e aplicação

- **Lei 9.784/99**
  - Disciplina o **processo administrativo** no âmbito da administração pública **FEDERAL**
- Lei administrativa **FEDERAL**
  - Aplicável à Administração Pública **federal**, direta e indireta, inclusive órgãos do Legislativo e Judiciário
  - **Não** é lei **nacional**
    - **Não obriga** Estados e Municípios
- Tem caráter **supletivo** ou **subsidiário**
  - Se houver lei específica, a **Lei 9.784/99** regula somente eventual omissão
  - **Ex.:** Processo administrativo disciplinar - PAD, Lei 8.112/90 (lei específica)

### 2. Princípios

- **a) Princípios expressos**
  - A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da (**Lei 9.784/99, art. 2º**)
    - Legalidade
    - Finalidade
    - Motivação
    - Razoabilidade
    - Proporcionalidade
    - Moralidade
    - Ampla defesa
    - Contraditório
    - Segurança jurídica
    - Interesse público
    - Eficiência
- **b) Princípios implícitos**
  - **i. Informalismo**
    - Só são exigidas formas determinadas para os atos processuais se a lei assim estabelecer
  - **ii. Oficialidade**
    - Iniciado o processo pelo administrado, compete à Administração movimentá-lo até a decisão final
  - **iii. Verdade material**
    - Deve-se buscar o conhecimento dos fatos efetivamente ocorridos
  - **iv. Gratuidade**
    - Não existem ônus como sucumbência, custas ou honorários

### 3. Início do processo e legitimados

- **a) Início do processo**
  - **Lei 9.784/99, art. 5º**
  - **i. De ofício**
    - Decorrência do **princípio da oficialidade**
  - **ii. A pedido**
    - Mediante provocação do interessado
    - Deverá apresentar à Administração requerimento escrito
    - **É vedada** a simples **RECUSA IMOTIVADA**
- **b) Legitimados**
  - **Lei 9.784/99, art. 9º**
  - i. Titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação
  - ii. Possui direito ou interesses afetados pela decisão do processo
  - iii. Organizações e associações representativas (direitos e interesses coletivos)
  - iv. Pessoas ou associações quanto a direitos ou interesses difusos

### 4. Impedimento e Suspeição

- **a) Impedimento**
  - **Lei 9.784/99, art. 18**
  - É **impedido** de atuar no processo administrativo o servidor ou autoridade que
    - i. Tenha interesse direto ou indireto na matéria
    - ii. Participado como perito, testemunha ou representante
    - iii. Ocorrem situações quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau
    - iv. Esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro
- **b) Suspeição**
  - **Lei 9.784/99, art. 20**
  - Autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou respectivos cônjuges ou parentes até terceiro grau
  - Alegação de suspeição é **faculdade do interessado**

# PROCESSO ADMINISTRATIVO II

**Processo Administrativo**

- **5. Forma, tempo e lugar dos atos**
  - **a) Forma**
    - **Princípio do informalismo** — **Lei 9.784/99, art. 22**
      - Os atos do processo **não dependem** de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir
  - **b) Tempo e lugar**
    - **Lei 9.784/99, art. 23**
      - A realização dos atos do processo se dá em **dias úteis**, no horário de funcionamento da repartição na qual tramitar
- **6. Intimação do interessado**
  - **a) Intimar**
    - Dar **ciência ao interessado** de
      - algum ato praticado no processo; ou
      - de alguma providência que deva ser adotada
      - } dependa ou não, do comparecimento do interessado à repartição
  - **b) Atos que necessitam ser intimados**
    - **Lei 9.784/99, art. 28**
      - i. Resultem ao interessado **imposição de deveres**
      - ii. **Ônus**, **sanções** ou **restrição** ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse
  - **c) Formas**
    - i. Pessoal, provada a ciência do interessado
    - ii. Via postal, com aviso de recebimento
    - iii. Outros meios, desde que assegurem a certeza da ciência do interessado
    - iv. Por meio de publicação oficial, em caso de interessados indeterminados, ou com domicílio indefinido
- **7. Instrução e decisão**
  - **a) Instrução**
    - **Lei 9.784/99, art. 29**
      - Destina-se à averiguação e comprovação dos dados necessários à tomada de uma decisão fundamentada
    - **Ônus da prova é do interessado**, isto é, cabe a ele provar os fatos alegados — **Lei 9.784/99, art. 36**
    - Encerrada a instrução, abre-se um prazo de **10 dias** para manifestação do interessado
  - **b) Decisão**
    - Concluída a instrução, a administração tem o prazo de até **30 dias** para emitir a decisão
    - A edição de uma decisão explícita é obrigatória para a administração — **Lei 9.784/99, art. 48**
- **8. Recurso administrativo**
  - A **Lei 9.784/99** consagra o direito ao **duplo grau de jurisdição administrada**
  - Trata-se de **recurso hierárquico**, e ocorre por razões de **legalidade** e de **mérito** administrativo
  - Em regra ocorre a **inexigibilidade de garantia** de instância (caução) para interposição de recursos, salvo exigência legal
  - **Recursos**, salvo disposição legal, **não** têm **efeito suspensivo**

# BENS PÚBLICOS I

**Bens Públicos**

- **1. Noções gerais**
  - **a) Conceito**
    - São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às **pessoas jurídicas de direito PÚBLICO** interno; **todos os outros** são **particulares**
      - **Pessoas jurídicas de direito PÚBLICO**
        - União
        - Estados
        - Distrito Federal
        - Municípios
        - Autarquias e fundações públicas de natureza autárquica
    - Conceito relacionado ao aspecto **formal**
      - **Código Civil, art. 98**
  - Os bens das **pessoas jurídicas de direito PRIVADO** integrantes da administração pública **NÃO SÃO BENS PÚBLICOS**
    - Empresas estatais **PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO**
      - Podem estar sujeitas a regras próprias do regime jurídico dos bens públicos
- **2. Classificação quanto à destinação**
  - **a) Uso comum do povo**
    - São aqueles que podem ser utilizados sem qualquer formalidade
    - Em regra, são colocados à disposição da população **gratuitamente**
    - **Ex.:** Rios, mares, estradas, ruas e praças
  - **b) Uso especial**
    - Destinados especificamente à **execução** de determinado **serviço público**
    - **Ex.:** Edifícios da administração pública em geral
  - **c) Dominicais**
    - Constituem o **patrimônio disponível** das pessoas jurídicas de direito público interno
    - **Não** estão **afetados** a qualquer finalidade pública
    - **Ex.:** Terrenos públicos baldios, terras devolutas
- **3. Características**
  - **a) Inalienabilidade**
    - Bens públicos de uso comum do povo e de uso especial **não podem ser vendidos** (**CC, art. 100**)
    - **Exceção**
      - Bens **dominicais** e **desafetados** podem ser alienados, observadas as **exigências legais**
        - **Exigências legais** (**art. 17, Lei 8.666/93**)
          - Demonstração do interesse público
          - Prévia avaliação
          - Licitação
          - Autorização legislativa em caso de bem **imóvel**
  - **b) Impenhorabilidade**
    - **Não** se sujeitam à **penhora**
      - Impassíveis de execução judicial
    - Débitos da Fazenda Pública serão pagos por **precatórios**
      - **CF, art. 100**
  - **c) Imprescritibilidade**
    - **Proibida** aquisição de bens públicos por **USUCAPIÃO**
    - Usucapião
      - Prescrição aquisitiva do direito de propriedade
    - **CF, art. 191, parágrafo único**
  - **d) Não-oneração**
    - Bens públicos **não podem** ser gravados por **direitos reais de garantia**
    - Direitos reais de garantia
      - Penhor
      - Anticrese
      - Hipoteca
- **4. Afetação e desafetação**
  - **a) Afetação**
    - Diz respeito à utilização do bem público
    - Ocorre quando determinado bem público esteja sendo utilizado para uma finalidade pública
    - **Ex.:** Um prédio em que funcione uma repartição pública esta **afetado** ao fim público
    - Bens **afetados** **não podem**, enquanto permanecerem nessa situação, ser **alienados**
  - **b) Desafetação**
    - Ocorre quando um bem público não está sendo utilizado para qualquer fim público
    - **Ex.:** Imóvel da União que não esteja sendo usado para qualquer fim público
    - Somente os bens desafetados podem ser alienados
    - Caso os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial venham a ser desafetados, converter-se-ão em bens dominicais

# BENS PÚBLICOS II

**Bens Públicos**

- **5. Principais espécies de bens públicos**
  - **a) Terras devolutas**
    - Enquadram-se como bens **dominicais**
    - São todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acham destinadas a qualquer fim público específico
  - **b) Terrenos da marinha**
    - Pertencem à União (**CF, art. 20, VII**)
  - **c) Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios**
    - Pertencem à União (**CF, art. 20, XI**)
    - São as habitadas por índios em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, e as necessárias a sua reprodução física e cultural (**CF, art. 231, § 1º**)
    - Enquadram-se como bens de **uso especial**
  - **d) Plataforma continental**
    - Pertencem à União (**CF, art. 20, V**)
    - É a extensão das áreas continentais sob o mar até a profundidade de cerca de 200 metros
  - **e) Ilhas**
    - Podem ser lacustres, fluviais e marítimas (costeiras e oceânicas)
    - **Ilhas marítimas**
      - Em regra, pertencem à **União**
      - Mas os Estados poderão ter áreas das ilhas costeiras e oceânicas (**CF, art. 20, IV**)
    - **Ilhas fluviais e lacustres**
      - Em regra, pertencem aos **Estados-membros**
      - **Exceto** se estiverem em
        - Zonas limítrofes com outros países
        - Rios que banham mais de um Estado
        - } Pertencem à União (**CF, art. 20, III**)
  - **f) Faixa de fronteira**
    - Área de até 150 km de largura paralela à divisa com outros países
    - Pertencem à União (**CF, art. 20, § 2º**)
- **6. Uso privativo de bens públicos**
  - **a) Autorização de uso de bem público**
    - Trata-se de **ato** administrativo
      - Discricionário
      - Unilateral
      - Precário
        - Revogáveis a qualquer tempo sem indenização
        - Cabe indenização se outorgada com prazo ou condicionada
      - Sem previsão de prazo de duração
    - **Não há licitação prévia** à outorga de autorização de uso
    - Predomínio do interesse particular
    - **Ex.:** Fechamento de uma rua para realização de festa popular
  - **b) Permissão de uso de bem público**
    - Trata-se de **ato** administrativo
      - Discricionário
      - Unilateral
      - Precário
        - Revogáveis a qualquer tempo sem indenização
        - Cabe indenização se outorgada com prazo ou condicionada
      - Sem previsão de prazo de duração
    - Em regra, deve ser precedida de licitação
    - Interesses: do particular e coletividade
    - **Ex.:** Ocupação de área pública para instalação de banca de revista
  - **c) Concessão de uso de bem público**
    - Trata-se de **contrato** administrativo
      - Precedido por autorização legislativa e/ou licitação
      - **Não há precariedade**
        - Rescisão nas hipóteses previstas em lei
        - Cabe indenização, se a causa não for imputável ao concessionário
      - Deve ter prazo determinado
    - Interesses: do particular e coletividade
    - Trata-se de direito **pessoal**
      - **Não é** direito **real**
      - **Não pode ser transferido** sem a previsão contratual ou anuência da Administração Pública
    - **Ex.:** Restaurante / lanchonete em repartição pública
  - **d) Concessão de direito real de uso de bem público**
    - Trata-se de **contrato** administrativo
      - Transferência ao particular do uso de um **terreno público**, ou do respectivo **espaço aéreo**
      - Por prazo certo **ou indeterminado**
      - De forma remunerada ou gratuita
      - Em regra, deve ser precedida de licitação
    - Trata-se de direito **real**
      - **Não é** de direito **pessoal**
      - Transfere-se por ato *inter vivos* ou por sucessão
    - Confere ao particular um **DIREITO REAL RESOLÚVEL**
      - Pode se extinguir nas hipóteses previstas na lei ou no contrato